

'14

RELATÓRIO & CONTAS

RELATÓRIO & CONTAS 2014

1 O GRUPO SONAECOM

- 1.1. Identificação sumária do grupo
 - 1.2. Principais desenvolvimentos corporativos em 2014
 - 1.3. Proposta de aplicação de resultados
-

2 O NEGÓCIO DA SONAECOM

- 2.1. Evolução do negócio em 2014
 - 2.2. Resultados NOS em 2014
 - 2.3. Resultados SSI em 2014
 - 2.4. Resultados Individuais da Sonaecom em 2014
-

3 O MERCADO DE CAPITALIS

- 3.1. O mercado em 2014
 - 3.2. Evolução do preço da ação em 2014
 - 3.3. Estrutura acionista e ações próprias
-

4 GOVERNO DA SOCIEDADE

Parte I – Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Parte II – Avaliação do Governo Societário

Parte III – Análise de cumprimento das recomendações de Governo das Sociedades

Anexo I

Anexo II

Anexo III

5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

8 RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO
& CONTAS
2014

1

o GRUPO
SONAECOM

1.1. Identificação sumária do grupo

1.2. Principais desenvolvimentos corporativos em 2014

1.3. Proposta de aplicação de resultados



1.1. Identificação sumária do grupo

Criada em 1994 e admitida à negociação ao Euronext Lisbon em 2000, a Sonaecom é a sub-holding do Grupo Sonae para a área de telecomunicações e tecnologias da informação.

Na sua carteira de negócios destacavam-se, antes da fusão da sua participada Optimus com a Zon, ocorrida em agosto de 2013, duas unidades de negócio: a Optimus, operador integrado de telecomunicações em Portugal e a área de Software e Sistemas de Informação (SSI) operando ainda no segmento Online e Media, **com um conjunto de negócios como o "Público", jornal diário generalista com 25 anos de existência em Portugal.** Após a fusão entre a Zon e a Optimus, a Sonaecom passou a deter uma participação relevante num grupo empresarial integrado de telecomunicações - o Grupo NOS - que constitui destacadamente o principal ativo do seu portfolio de participações.

A Sonaecom detém uma participação de 50% na ZOPT, SGPS, S.A., a qual, por sua vez, detém 50,01% do capital social da NOS, SGPS, S.A. (NOS). Adicionalmente, a Sonaecom deteve, até 25 de fevereiro de 2014, uma participação direta de 7,28% no capital da NOS.

O primeiro semestre de 2014 foi marcado pelo lançamento, pela Sonaecom, de uma Oferta Pública de Aquisição de ações próprias. Após a fusão entre a Optimus e a Zon, o Conselho de Administração da Sonaecom concedeu aos acionistas da Sonaecom a opção de alienar, em condições de igualdade, as suas ações, tendo como contrapartida as ações da NOS detidas diretamente que, não sendo necessárias à prossecução da atividade da Sociedade, permitiam exposição direta à NOS, o ativo de referência do *portfolio* da Sonaecom. Após a Oferta, a participação direta no capital social da NOS foi reduzida para 2,14%.

1.1.1. Sobre a Sonaecom

Missão

A Sonaecom é uma empresa orientada para o crescimento, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura, de uma forma determinada, criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

1.1.2. Os nossos valores

Ética e Confiança

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo e assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

As pessoas no centro do nosso sucesso

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um, através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa.

Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, é crucial para a atração, retenção e desenvolvimento de colaboradores de elevada capacidade e potencial.

Ambição

É a nossa força orientadora, corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resiliente e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

Inovação

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado.

Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este fator dentro dos padrões regulares de risco.



Responsabilidade Social

Temos um sentido de responsabilidade social ativo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

Frugalidade e eficiência

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

Cooperação e independência

Adotamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os governos, com o objetivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.

1.2. Principais desenvolvimentos corporativos em 2014

Anúncio sobre Transação efetuada pelas Partes Relacionadas da Sonaecom

Em 23 e 24 de janeiro de 2014, nos termos previamente autorizados pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, CMVM, a Sonae - SGPS, S.A. (Sonae) adquiriu, em operação realizada fora de Bolsa, um total de 1.454.134 ações da Sonaecom a Administradores e Partes Relacionadas da Sonaecom. A consideração desta aquisição foi determinada e estabelecida em 20 de fevereiro de 2014, a data do apuramento de resultados da Oferta Pública, pelo mesmo valor pago aos acionistas que aceitaram a Oferta. Após esta operação, a Sonae passou a deter, diretamente, 78.133.508 ações e, indiretamente, 194.063.119 ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom, equivalentes a uma participação total de 272.196.627 ações.

Anúncio sobre resultados de Oferta Pública de Aquisição de Ações Próprias

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

A liquidação física e financeira da Oferta ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2014, sendo a consideração da Oferta composta por 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS e por 19.631 euros em numerário. Na sequência da Oferta, a Sonaecom passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

Participação Qualificada da Goldman Sachs

Em 28 de fevereiro de 2014, a Goldman Sachs Inc. comunicou à Sonaecom a redução da sua participação qualificada desde 25 de fevereiro de 2014, de 2,12% para 0,79% do seu capital social, correspondente a 2.881.353 ações e direitos de voto.

Assembleia Geral de Acionistas

Em 24 de abril de 2014, no decorrer da Assembleia Geral Anual da empresa, os Senhores Acionistas aprovaram todas as propostas em agenda, conforme segue:

1. Aprovar a eleição dos membros para o preenchimento das vagas na mesa da Assembleia Geral disponíveis à data da Assembleia Geral Anual;
2. Discutir e aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, Individuais e Consolidadas relativos ao exercício de 2013;
3. Aprovação da afetação do Resultado Líquido relativo ao exercício de 2013;
4. Avaliação dos órgãos de administração e fiscalização da Empresa;
5. Discussão e aprovação da declaração de política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e dos seus Dirigentes, bem como o Plano de Atribuição de Ações e respetivo regulamento ("Plano de Incentivo de Médio Prazo" ou "MTIP") a ser aplicado pela Comissão de Vencimentos;
6. Autorização da aquisição e alienação de ações próprias até ao limite legal de 10%;
7. Autorização da aquisição ou detenção de ações representativas do capital da sociedade por sociedades dela dependentes, nos termos do disposto no artigo 325.º B do Código das Sociedades Comerciais.

Composição do Conselho de Administração da Sonaecom

Na sequência da deliberação tomada na Assembleia Geral Anual, em 24 de abril de 2014, a composição do Conselho de Administração foi reduzida de 11 para 3 membros, mantendo-se em funções Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (Presidente do Conselho de Administração, Executivo), Maria Cláudia Teixeira de Azevedo e António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.



Transações de Dirigentes

A Sonae informou a Sonaecom de diversas aquisições, ocorridas entre 24 de fevereiro e 17 de julho de 2014, de ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom. Após a concretização destas transações, a Sonae passou a deter diretamente 81.022.964 ações da Sonaecom, sendo-lhe também atribuíveis os 194.063.119 direitos de voto referentes às ações detidas pela sua subsidiária Sonae Investments, B.V..

Aquisição de 60% do capital da S21Sec

Em 18 de julho de 2014, a Sonaecom adquiriu 60% do capital social da S21Sec, fazendo mais uma aposta no mercado de IT Security, um mercado em grande expansão.

A S21Sec é uma multinacional, sediada em Espanha, especializada em serviços e tecnologias de Cyber Security cuja finalidade é a proteção dos ativos de maior valor e maior criticidade dentro das organizações: a informação, as operações e a imagem corporativa. A empresa tem produtos/plataformas próprias e trabalha com um foco especial no combate à fraude e ao e-crime com presença em diversos segmentos como Administrações Públicas, empresas de energia e infraestruturas críticas, entidades financeiras e empresas de telecomunicações.

Venda do capital da Mainroad à NOS

Em 22 de setembro de 2014, a Sonaecom anunciou que a sua subsidiária Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (SSI), chegou a um acordo com a NOS – Comunicações, S.A., para vender a totalidade do capital da Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A., uma empresa líder em Portugal na área de tecnologia de informação, com dois *data centres* – um no Porto e outro em Lisboa – e que oferece um conjunto completo de serviços: *business continuity*, *cloud computing* e *IT managed services*. A transação efetivou-se em 30 de setembro de 2014.

1.3. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 5.820.800,19 euros seja aplicado como segue:

- i) Reserva Legal, no montante de 291.040,01 euros;
- ii) Distribuição pelos acionistas, no montante de 5.529.760,18 euros.

O Conselho de Administração propõe ainda que o montante global de 8.449.354,32 euros, da rubrica de Outras Reservas, seja igualmente distribuído pelos acionistas.

Foi ainda aprovado que, considerando que não é possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento das propostas acima referidas sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, esclarece-se que:

- i) A cada ação emitida corresponderá um dividendo líquido de 0,045 euros;
- ii) O montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,045 euros líquidos por ação emitida), não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Outras Reservas.

RELATÓRIO
& CONTAS
2014

2

O NEGÓCIO DA SONAECOM

2.1. Evolução do negócio em 2014

2.2. Resultados NOS em 2014

2.3. Resultados SSI em 2014

2.4. Resultados individuais
da Sonaecom em 2014

2.1. Evolução do negócio em 2014

2.1.1. Resultados Consolidados Sonaecom

Volume de Negócios

Em 2014, o Volume de Negócios consolidado alcançou 122,3 milhões de euros, aumentando 8,1% face a 2013, ou 3,5% excluindo o contributo da S21Sec.

Este desempenho foi consequência do aumento de 16,8% das Vendas de Equipamento e de 4,5% das Receitas de Serviço (ou 10,9% e 0,4%, respetivamente, excluindo o contributo da S21Sec).

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 117,5 milhões de euros, 8,5% acima do valor registado em 2013. O nível de Custos com Pessoal aumentou 11,0%, principalmente impactado pelos colaboradores da S21Sec. Os Custos Comerciais aumentaram 19,3%, para 33,8 milhões de euros, impulsionados pelo aumento do Custo das Mercadorias Vendidas na SSI, em linha com a evolução das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, o decréscimo de 1,6% é maioritariamente explicado pelo baixo nível de Provisões e de Custos de *Outsourcing*.

EBITDA

O EBITDA atingiu 36,3 milhões de euros, 36,5% acima do valor alcançado em 2013, em resultado, principalmente, das operações descontinuadas. A linha referente ao Método de Equivalência Patrimonial e o EBITDA do portefólio decresceram 5,0% e 9,2%, respetivamente. A linha referente ao MEP foi particularmente afetada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS. No que diz respeito ao EBITDA do portefólio, este alcançou 7,7 milhões de euros, correspondente a uma margem de 6,3%, um valor que compara com 7,4% em 2013. Esta evolução é sobretudo justificada pelo elevado peso das Vendas de Equipamento, que geram tipicamente menores margens.

Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom aumentou 41,4% quando comparado com o ano anterior, para 29,1 milhões de euros. Este acréscimo é maioritariamente explicado pelo maior EBITDA.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor negativo de 1,3 milhões de euros em 2014, apesar dos dividendos recebidos no montante de 1,3 milhões de euros através da participação direta de 2,14% na NOS. O ajustamento ao justo valor da NOS, tendo por base o preço de mercado, contribuiu com um valor negativo de 3,1 milhões de euros sendo que, em 2013, esse ajustamento foi positivo em 46,6 milhões de euros.

O EBT da Sonaecom diminuiu para 27,8 milhões de euros, sendo este decréscimo explicado pelo menor valor de Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se nos 28,0 milhões de euros, valor que compara com 75,7 milhões de euros obtidos em 2013.

CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional do portefólio diminuiu de 7,4 milhões de euros para 6,9 milhões de euros, representando 5,6% das Vendas.

Estrutura de Capital

A Dívida Bruta alcançou 11,8 milhões de euros, face a 25,9 milhões de euros em 2013, e inclui a Dívida Bruta total de 10,5 milhões de euros da S21Sec, na qual a Sonaecom detém uma participação de 60%.

A Dívida Líquida totalizou um confortável valor negativo de 170,2 milhões de euros, isto é, uma posição de *cash* positiva.

2.1.2. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de euros	4T13 ^(R)	4T14	Δ 14/13	3T14	q.o.q.	2013 ^(R)	2014	Δ 14/13
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	4T13^(R)	4T14	Δ 14/13	3T14	q.o.q.	2013^(R)	2014	Δ 14/13
Volume de Negócios	26,4	32,1	21,8%	31,8	1,2%	113,2	122,3	8,1%
Receitas de Serviço	18,3	22,7	24,3%	20,6	10,1%	80,1	83,7	4,5%
Vendas de Equipamento	8,1	9,4	16,2%	11,1	-15,3%	33,0	38,6	16,8%
Outras Receitas	0,9	0,6	-30,9%	1,6	-62,0%	3,5	2,9	-18,6%
Custos Operacionais	24,5	29,9	22,2%	30,9	-3,3%	108,3	117,5	8,5%
Custos com Pessoal	9,6	11,9	24,0%	11,8	0,9%	40,0	44,4	11,0%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	6,3	7,5	19,2%	9,8	-23,8%	28,3	33,8	19,3%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	8,6	10,5	22,3%	9,3	13,1%	39,9	39,3	-1,6%
EBITDA	0,4	2,3	-	22,4	-89,7%	26,6	36,3	36,5%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	2,8	2,8	2,0%	2,4	17,4%	8,4	7,7	-9,2%
MEP ⁽⁴⁾	-2,7	-0,5	79,8%	7,3	-	16,6	15,7	-5,0%
Unidades descontinuadas ⁽⁵⁾	0,3	0,0	-100,0%	12,6	-100,0%	1,6	12,9	-
Margem EBITDA do portefólio (%)	10,6%	8,9%	-1,7pp	7,6%	1,2pp	7,4%	6,3%	-1,2pp
Depreciações e Amortizações	1,2	2,3	88,5%	1,7	34,0%	6,0	7,1	19,7%
EBIT	-0,8	0,0	-	20,6	-100,0%	20,6	29,1	41,4%
Resultados Financeiros	37,6	4,6	-87,8%	0,3	-	58,8	-1,3	-
Proveitos Financeiros	38,6	0,4	-99,0%	0,7	-43,8%	70,8	4,4	-93,8%
Custos Financeiros	1,0	-4,2	-	0,4	-	12,0	5,7	-52,4%
EBT	36,8	4,6	-87,5%	21,0	-78,2%	79,4	27,8	-65,0%
Impostos	-1,1	-0,3	71,3%	-0,7	58,3%	-3,8	-0,7	81,9%
Resultado Líquido	35,7	4,3	-88,0%	20,3	-78,9%	75,6	27,1	-64,2%
Atribuível ao Grupo	35,8	4,9	-86,3%	20,5	-76,0%	75,7	28,0	-63,1%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	-0,1	-0,6	-	-0,2	-	-0,1	-0,9	-

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems, a participação de 45% na SIRS e a participação de 50% na ZOPT; (5) Inclui o contributo da Mahroad até ao momento da sua venda e a mais valia gerada na venda; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2013, a estrutura da Sonaecom após a concretização da fusão entre a Optimus e a Zon, e após a venda da Mainroad.

2.1.3. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros	4T13	4T14	Δ 14/13	3T14	q.o.q.	2013	2014	Δ 14/13
BALANÇO CONSOLIDADO								
Total Ativo Líquido	1 227,1	1 095,8	-10,7%	1 080,6	1,4%	1 227,1	1 095,8	-10,7%
Ativo Não Corrente	767,3	792,5	3,3%	773,1	2,5%	767,3	792,5	3,3%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	22,2	28,3	27,5%	28,7	-1,5%	22,2	28,3	27,5%
Goodwill	28,4	28,7	1,0%	29,5	-2,6%	28,4	28,7	1,0%
Investimentos	711,4	723,2	1,6%	707,6	2,2%	711,4	723,2	1,6%
Impostos Diferidos Ativos	5,2	6,8	31,5%	7,1	-3,2%	5,2	6,8	31,5%
Outros	0,0	5,5	-	0,3	-	0,0	5,5	-
Ativo Corrente	459,8	303,4	-34,0%	307,5	-1,4%	459,8	303,4	-34,0%
Clientes	36,4	40,0	9,8%	39,4	1,5%	36,4	40,0	9,8%
Liquidez	188,0	182,0	-3,2%	182,9	-0,5%	188,0	182,0	-3,2%
Outros	235,3	81,3	-65,4%	85,2	-4,6%	235,3	81,3	-65,4%
Capital Próprio	1 136,8	1 023,9	-9,9%	1 004,3	1,9%	1 136,8	1 023,9	-9,9%
Atribuível ao Grupo	1 136,5	1 024,5	-9,9%	1 004,4	2,0%	1 136,5	1 024,5	-9,9%
Interesses Sem Controlo	0,3	-0,6	-	-0,1	-	0,3	-0,6	-
Total Passivo	90,3	72,0	-20,3%	76,4	-5,8%	90,3	72,0	-20,3%
Passivo Não Corrente	29,3	13,2	-55,0%	18,4	-28,1%	29,3	13,2	-55,0%
Empréstimos Bancários	24,8	9,1	-63,5%	8,5	6,5%	24,8	9,1	-63,5%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	3,1	2,6	-15,7%	3,0	-13,3%	3,1	2,6	-15,7%
Outros	1,4	1,6	8,4%	6,9	-77,4%	1,4	1,6	8,4%
Passivo Corrente	61,0	58,8	-3,6%	58,0	1,3%	61,0	58,8	-3,6%
Empréstimos	1,0	2,0	98,2%	2,0	0,7%	1,0	2,0	98,2%
Fornecedores	21,8	21,6	-0,9%	21,5	0,4%	21,8	21,6	-0,9%
Outros	38,2	35,2	-7,8%	34,5	2,0%	38,2	35,2	-7,8%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	3,3	2,2	-34,5%	1,9	16,3%	7,4	6,9	-7,7%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	12,5%	6,7%	-5,8pp	5,8%	0,9pp	6,6%	5,6%	-1,0pp
CAPEX Total	3,3	2,2	-34,4%	1,9	11,8%	7,9	12,5	58,5%
EBITDA de portefólio-CAPEX Operacional	-0,5	0,7	-	0,6	20,9%	1,0	0,8	-19,9%
Divida Bruta	25,9	11,8	-54,5%	16,9	-30,1%	25,9	11,8	-54,5%
Divida Líquida	-162,1	-170,2	-5,0%	-166,0	-2,6%	-162,1	-170,2	-5,0%

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

2.1.4. FCF Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros	4T13 ^(R)	4T14	Δ 14/13	3T14	q.o.q.	2013 ^(R)	2014	Δ 14/13
FREE CASH FLOW ALAVANCADO								
EBITDA do portefólio -CAPEX Operacional	-0,5	0,7	-	0,6	20,9%	1,0	0,8	-19,9%
Variação de Fundo de Maneio	-8,4	5,4	-	-3,4	-	-8,5	1,0	-
Items não Monetários e Outros	0,0	-1,4	-	0,2	-	-0,5	1,4	-
Cash Flow Operacional	-8,9	4,7	-	-2,7	-	-8,0	3,1	-
Investimentos	0,0	0,0	-	14,0	-100,0%	113,8	7,7	-93,2%
Dividendos	0,0	0,0	-	7,3	-100,0%	0,0	8,6	-
Ações Próprias	0,0	0,0	-	0,0	-	-2,5	0,0	100,0%
Resultados Financeiros	1,0	0,0	-	1,0	-	16,6	-0,3	-
Impostos	-0,8	-0,1	90,8%	-0,7	89,5%	-3,1	-1,1	63,8%
FCF ⁽¹⁾	-8,6	4,6	-	18,9	-75,7%	116,7	18,1	-84,5%

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2013, a estrutura da Sonaecom após a concretização da fusão entre a Optimus e a Zon e após a venda da Mainroad.

2.2. Resultados NOS em 2014

TOTAL RGUs

7.610,5 milhares

RGUs CONVERGENTES

1.853,3 milhares

% Clientes 3,4 & 5P

81,4%

Subscritores IRIS

693,6 milhares

Indicadores Financeiros

Milhões de euros

DESTAQUES NOS PRO-FORMA	4T13	4T14	Δ 14/13	3T14	q.o.q.	2013	2014	Δ 14/13
Volume de Negócios	356,3	353,8	-0,7%	347,8	1,7%	1426,8	1383,9	-3,0%
EBITDA	118,3	113,5	-4,0%	133,4	-14,9%	536,6	510,5	-4,9%
Margem EBITDA (%)	33,2%	32,1%	-1,1pp	38,4%	-6,3pp	37,6%	36,9%	-0,7pp
Resultado Líquido	-13,1	12,3	-	18,8	-34,6%	63,4	74,7	17,8%
CAPEX	80,7	142,5	76,7%	86,6	64,6%	269,5	374,4	38,9%
EBITDA-CAPEX	37,6	-29,0	-	46,8	-	267,1	136,1	-49,0%
CAPEX Recorrente	77,1	83,2	7,9%	68,0	22,3%	261,4	275,8	5,5%
EBITDA-CAPEX Recorrente	41,2	30,3	-26,4%	65,4	-53,6%	275,2	234,7	-14,7%

As Receitas Operacionais da NOS registaram 1.383,9 milhões de euros em 2014, uma diminuição de 3,0% face ao ano anterior.

O EBITDA alcançou 510,5 milhões de euros, uma redução de 4,9% face a 2013, e representando uma margem EBITDA de 36,9%.

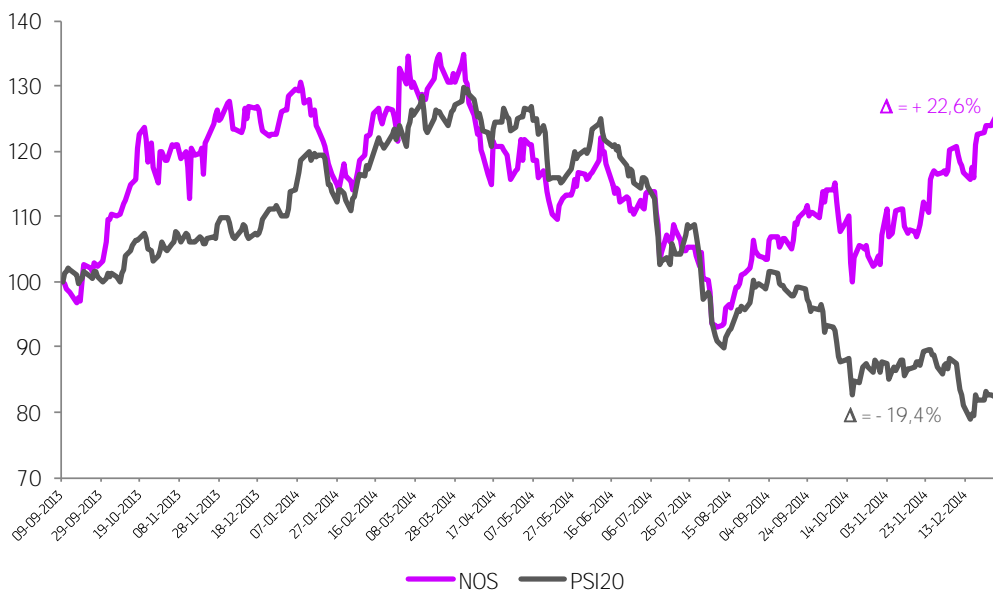
Em 2014, o CAPEX Recorrente atingiu 275,8 milhões de euros, um aumento de 5,5% quando comparado com o ano anterior. Como consequência da evolução do EBITDA e do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Recorrente diminuiu 14,7%.

O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA manteve-se em 1,9x no final de 2014.

A maturidade média da Dívida Financeira Líquida era de 2,63 anos no final de 2014.

A NOS publicou os resultados de 2014 em 26 de fevereiro de 2015, disponíveis em www.nos.pt.

Desempenho bolsista



No seguimento da fusão entre a Optimus e a ZON (atualmente NOS), desde o primeiro dia de negociação em bolsa das novas ações emitidas, 9 de setembro, até 31 de dezembro de 2014, a capitalização bolsista da empresa valorizou 22,6%, o que corresponde a um aumento da cotação da ação de €4,270 para €5,236. No mesmo período, o PSI20, principal índice nacional, desvalorizou 19,4%.

Durante o ano de 2014, a cotação da ação da NOS desvalorizou 3,03% de €5,400 para €5,236, sendo que o PSI20 desvalorizou 26,8%.

2.3. Resultados SSI em 2014



Durante o ano de 2014, a SSI deu passos sólidos no prosseguimento da sua estratégia de gestão ativa de portefólio. Depois da aposta no mercado em crescimento de cibersegurança, através da aquisição de uma participação de 60% do capital social da S21Sec, ocorrida em 18 de julho, a SSI vendeu 100% do capital social da Mainroad à NOS, em 30 de setembro, num contexto de crescente convergência entre as tecnologias de informação e comunicação.

Atualmente, a divisão da SSI da Sonaecom é composta por quatro empresas do sector IT/IS, focadas na expansão internacional. Após as duas últimas mudanças no portefólio, as receitas internacionais da SSI representam agora cerca de 55% das receitas totais (dados do 4T14).

A WeDo Technologies, líder mundial no mercado de *enterprise business assurance*, continuou a expandir a sua presença internacional. A empresa, que colabora com algumas das principais empresas mundiais *blue chip* dos setores de retalho, energia e financeiro, assim como com mais de 190 operadores de telecomunicações de mais de 90 países, encerrou 2014 com as Receitas Internacionais a representar 74,8% do seu Volume de Negócios.

Focada na melhoria contínua dos seus serviços e produtos de *software*, a WeDo Technologies anunciou, em fevereiro de 2014, o lançamento do RAID:FMS 7, *software* que permite aos prestadores de serviço a gestão de ameaças de risco associados a novos produtos e serviços numa única plataforma, estando já a trabalhar no RAID 8.

Em 2014 a WeDo Technologies foi novamente nomeada, agora pela Stratecast (Frost & Sullivan), como sendo o líder mundial na área de Financial Assurance, que engloba: Revenue Assurance, Fraud Management e Margin Assurance.

De salientar ainda que, durante 2014, a empresa adquiriu novos clientes no Paquistão, Bangladesh, Malásia, Indonésia, Hungria, Marrocos, Bahrein, Omã, Madagáscar, Angola, Suíça, Quirguistão, Turquia, Alemanha, México (um dos principais retalhistas), Bolívia, Áustria, Irlanda, EUA e Jamaica. Em Portugal, além da empresa de energia, já referida nos trimestres anteriores, a WeDo conquistou o primeiro cliente no segmento de saúde, o que reflete claramente o crescimento da empresa no mercado de *enterprise business assurance*, tanto em Portugal como no estrangeiro.

A S21Sec é uma multinacional com sede em Espanha, especializada em serviços e tecnologias de cibersegurança com o objetivo de proteger os ativos digitais mais críticos e de elevado valor das organizações: dados, operações e imagem corporativa. Com os seus próprios produtos e plataformas, a empresa atua com um foco especial em anti-fraude e *e-crime* em vários segmentos como governamental, entidades financeiras, telecomunicações, energia e outras infra-estruturas críticas. A S21Sec encontra-se num processo de reestruturação que já apresenta sinais positivos.

A Saphety continua a consolidar a sua posição em soluções *purchase-to-pay*, otimização de processos de negócio e sincronização de dados de informação e multimédia para as organizações mundiais da GS1. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.100 clientes e 100.000 utilizadores em cerca de 20 países. Em 2014, a Saphety conquistou novos contratos, incluindo a GS1 Greece e a GS1 México, duas referências para as nossas soluções de sincronização; a Yazaki no Brasil, com a implementação do SaphetyDoc em mais de 76 fornecedores no setor automóvel; a Ford Lusitana, e a EDP em Portugal, com o SaphetyDoc. Adicionalmente, é de salientar que o mercado internacional cresceu mais de 20% e representou em 2014 25% do Volume de Negócios.

No que diz respeito à Bizdirect, o Centro de Competência lançado em Viseu, e que contou com a visita do Primeiro-Ministro Português, já entregou com sucesso alguns projetos. Este centro foi criado para dar resposta ao crescimento da procura de projetos em áreas de CRM (*customer relationship management*) e ECM (*enterprise content management*), investindo na formação de profissionais e focando-se no mercado internacional. O investimento em equipamento de IT e *software* registou também melhorias, as quais permitiram à Bizdirect aumentar em 2014 o seu Volume de Negócios em 20,2%. As receitas internacionais cresceram significativamente e representam 12,2% do total do Volume de Negócios.

2.3.1. Indicadores Operacionais

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS	4T13 ^(R)	4T14	Δ 14/13	3T14	q.o.q.	2013 ^(R)	2014	Δ 14/13
Receitas Serviços IT/Colaborador ⁽¹⁾ ('000 euros)	29,2	25,1	-13,9%	24,1	4,5%	130,1	110,9	-14,8%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	25,6%	25,4%	-0,2pp	31,2%	-5,8pp	24,3%	27,3%	3,0pp
Vendas Equipamento/Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	180,7	283,0	56,6%	363,8	-22,2%	732,0	1 072,7	46,5%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	5,8	4,1	-28,8%	4,0	3,7%	21,2	16,2	-23,6%
Colaboradores	589	851	44,5%	825	3,2%	589	851	44,5%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect; (R) Os valores foram reexpressos de forma a reflectirem a estrutura da Sonaeacom após a venda da Mainroad.

As Receitas de Serviço de IT por Colaborador atingiram 110,9 mil euros em 2014, 14,8% abaixo de 2013, devido ao efeito do crescimento de 44,5% no número de colaboradores. O rácio EBITDA por Colaborador atingiu 16,2 mil euros, 23,6% abaixo de 2013, fruto da evolução do EBITDA, associado ao crescimento do número de colaboradores.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios aumentaram de 24,3% para 27,3%, entre 2013 e 2014, em virtude da evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

2.3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de euros	4T13 ^(R)	4T14	Δ 14/13	3T14	q.o.q.	2013 ^(R)	2014	Δ 14/13
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	21,9	27,8	27,2%	28,0	-0,6%	94,3	106,3	12,7%
Receitas de Serviço	16,3	20,8	27,5%	19,3	7,7%	71,4	77,3	8,2%
Vendas de Equipamento	5,6	7,1	26,3%	8,7	-19,0%	22,9	29,0	26,6%
Outras Receitas	0,7	0,5	-36,3%	1,3	-63,5%	2,7	2,0	-26,8%
Custos Operacionais	19,2	24,8	29,2%	26,0	-4,6%	84,7	96,5	13,9%
Custos com Pessoal	6,9	9,3	35,8%	9,3	-0,3%	29,8	33,9	13,7%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	5,3	6,2	17,5%	8,6	-28,5%	23,0	28,7	24,9%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	7,1	9,3	31,4%	8,0	16,2%	31,9	33,9	6,2%
EBITDA	3,7	3,5	-6,1%	8,9	-60,9%	13,4	17,6	30,9%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	3,4	3,5	2,8%	3,3	7,0%	12,3	11,7	-4,7%
Unidades descontinuadas ⁽⁴⁾	0,3	0,0	-100,0%	5,6	-100,0%	1,2	5,9	-
Margem EBITDA (%)	15,7%	12,7%	-3,0pp	11,8%	0,9pp	13,0%	11,0%	-2,0pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	2,6	1,8	-31,7%	1,5	18,9%	6,4	5,9	-7,6%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	12,1%	6,5%	-5,6pp	5,4%	1,1pp	6,8%	5,6%	-1,2pp
EBITDA-CAPEX Operacional	0,8	1,7	118,6%	1,8	-3,2%	5,9	5,8	-1,4%
CAPEX Total	2,6	1,8	-31,6%	1,6	13,3%	6,8	6,0	-12,1%

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados na SSI; (4) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda e a mais valia gerada; (5) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros; (R) Os valores foram reexpressos de forma a reflectirem a estrutura da Sonaeacom após a venda da Mainroad.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas da SSI e da sua gestão ativa de portefólio, tendo crescido 12,7% entre 2013 e 2014, registando 106,3 milhões de euros. As Receitas de Serviço aumentaram 8,2%, atingindo 77,3 milhões de euros. As Vendas de Equipamento aumentaram 26,6%, totalizando 29,0 milhões de euros.

O mercado de Infraestrutura de IT, onde a Bizdirect se posiciona, manifestou sinais de recuperação em 2014.

Excluindo os cinco meses de contribuição da S21Sec, em 2014 o Volume de Negócios da SSI teria aumentado 7,0%.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais aumentaram 13,9%, alcançando 96,5 milhões de euros, em virtude, principalmente, do maior nível de Custos Comerciais, mas também devido a um aumento dos Custos com Pessoal e dos Outros Custos Operacionais. Quando comparados com 2013, os Custos Comerciais aumentaram 24,9%, para 28,7 milhões de euros, devido ao maior Custo das Mercadorias Vendidas, alinhado com as maiores Vendas de Equipamento. Os Custos com Pessoal aumentaram 13,7%, sobretudo devido à integração da S21Sec.

EBITDA

O EBITDA total aumentou 30,9%, totalmente justificado pelas operações descontinuadas.

O EBITDA do portefólio atingiu 11,7 milhões de euros, diminuindo 4,7% face ao ano anterior mas crescendo 2,8% no 4T14, face ao 4T13.

A margem EBITDA do portefólio situou-se nos 11,0% em 2014, diminuindo 2,0 p.p., mas alcançando os 12,7% no 4T14.



EBITDA-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível do EBITDA, o EBITDA-CAPEX Operacional situou-se nos 5,8 milhões de euros, diminuindo 1,4% quando comparado com 2013.

2.4. Resultados Individuais da Sonaecom em 2014

2.4.1. Indicadores Operacionais

Os Resultados individuais da Sonaecom SGPS para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2014 e 2013, podem ser resumidos como segue:

Milhões de euros	2013	2014	14/13	%
Receitas de Serviço	2,6	0,3	(2,3)	-88%
Custos Operacionais (1)	(4,5)	(2,5)	2,0	-45%
EBITDA	(1,8)	(2,0)	(0,2)	9%
EBIT	(1,9)	(2,0)	(0,1)	6%
Dividendos Recenidos	24,7	8,6	(16,1)	-
Actividade Financeira Líquida	13,6	2,5	(11,1)	-82%
Outros Resultados Financeiros	(120,7)	(3,6)	117,1	-97%
EBT	(89,1)	5,4	94,5	-106%
Resultado Líquido	(90,6)	5,8	96,4	-106%

(1) Exclui Amortizações, Depreciações e Provisões

A 31 de dezembro de 2014, a Sonaecom SGPS tinha 3 administradores, o que compara com 4 administradores executivos e 6 não executivos em 2013. Para informação mais detalhada sobre as alterações na gestão, analisar o anexo do capítulo 4 deste relatório – Relatório de Governo das Sociedades.

Receitas de Serviço

As Receitas de Serviço totalizaram 0,3 milhões de euros, que comparam com 2,6 milhões de euros no ano passado, e respeitam essencialmente a serviços de gestão prestados às suas subsidiárias, os quais diminuíram significativamente desde a fusão da Optimus com a Zon (a 27 de agosto de 2013).

Custos Operacionais

O montante de custos operacionais (excluindo depreciações, amortizações e provisões) ascendeu a 2,5 milhões de euros, que comparam com os 4,5 milhões de euros de 2013. Esta diminuição está associada com a redução de administradores (executivos e não executivos).

EBITDA

O EBITDA foi negativo de 2,0 milhões de euros (negativo em 1,8 milhões de euros em 2013). A diminuição face ao ano anterior é totalmente justificada pela redução das receitas de serviço.

Dividendos

Em 2014, a Sonaecom SGPS recebeu dividendos da NOS, no montante de 1,3 milhões de euros, e da ZOPT, no montante de 7,3 milhões de euros. Em 2013, a Sonaecom SGPS recebeu 24,7 milhões de euros de dividendos da Optimus.

Actividade Financeira Líquida

A actividade financeira líquida (juros recebidos menos juros pagos) foi positiva em 2,5 milhões de euros, significativamente abaixo dos 13,6 milhões de euros de 2013 devido ao menor nível de suprimentos efetuados às subsidiárias.

Outros Resultados Financeiros

Os outros resultados financeiros foram negativos em 3,6 milhões de euros, quase totalmente justificados pelos 3,1 milhões de euros de perdas decorrentes do justo valor das ações representativas de 2,14% do capital social da NOS. Em 2013, esse ajustamento representou um valor positivo de 46,6 milhões de euros, os quais foram totalmente anulados pela imparidade reconhecida no investimento financeiro na Optimus, no valor de 167,2 milhões de euros.

Resultado Líquido

Os resultados líquidos do exercício foram positivos em 5,8 milhões de euros, maioritariamente justificados pelos dividendos recebidos.

2.4.2. Indicadores Financeiros

A tabela seguinte sumariza os movimentos de liquidez mais significativos que ocorreram durante o exercício de 2014:

Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS	Milhões de euros
Liquidez a 31 de Dezembro de 2013	185,9
Caixa e Depósitos Bancários	26,3
Aplicações de tesouraria	159,7
Bancária	156,5
Subsidiárias	3,2
Variação da Dívida Bruta Nominal	(41,6)
Dívida Externa	(19,9)
Aplicações de tesouraria de subsidiárias	(21,7)
Suprimentos concedidos	(23,3)
Dividendos pagos	-
Free Cash Flow	9,3
Juros pagos	(2,9)
Juros recebidos	3,7
Dividendos Recebidos	8,6
Free cash flow operacional e outros	(0,1)
Liquidez a 31 de Dezembro de 2014	176,9
Caixa e Depósitos Bancários	0,2
Aplicações de tesouraria	176,7
Bancária	176,7
Subsidiárias	0,0

Durante o exercício de 2014, a liquidez da Sonaecom SGPS diminuiu 9,0 milhões de euros para os 176,99 milhões de euros devido aos seguintes movimentos:

- (i) O FCF foi positivo de 9,3 milhões de euros (incluindo dividendos de 8,6 milhões de euros da NOS e da ZOPT);
- (ii) Os empréstimos concedidos às subsidiárias diminuíram 2,6 milhões de euros e as prestações acessórias aplicadas nas subsidiárias diminuíram 20,7 milhões de euros;

Mas,

- (iii) A Dívida Externa diminuiu 19,9 milhões de euros, e
- (iv) As aplicações de tesouraria das subsidiárias na Sonaecom SGPS diminuíram 21,7 milhões de euros.

No final de 2014, a dívida líquida da Sonaecom SGPS era negativa de 176,8 milhões de euros, e era composta por

- (i) Liquidez de 176,9 milhões de euros;
- (ii) Dívida externa de 0,1 milhões de euros.

3

O MERCADO DE CAPITAIS

3.1. O mercado em 2014

3.2. Evolução do preço da ação
em 2014

3.3. Estrutura acionista
e ações próprias

3.1. O mercado em 2014

A Sonaecom está cotada na bolsa de valores portuguesa - Euronext Lisbon – desde junho de 2000, com o símbolo SNC. Na tabela seguinte são apresentadas as principais estatísticas relativas ao desempenho das ações da Sonaecom em 2014.

Ações da Sonaecom no mercado de valores em 2014

Mercado de Capitais	Euronext Lisbon
Símbolo	SNC
ISIN	PTSNCOAM0006
Código Bloomberg	SNC PL Equity
Código Reuters	SNC.LS
Número de ações cotadas	311.340.037
Capital Social	230.391.627
Preço por ação no último dia de dezembro (em euros)	1,450
Preço por ação - máximo (em euros)	2,651
Preço por ação - mínimo (em euros)	1,270
Volume de transações médio diário em 2014 (em nº ações)	192.806
Volume de transações médio diário em 2013 (em nº ações)	531.197
Capitalização bolsista no último dia de dezembro (em euros)	451.443.054

Performance do mercado

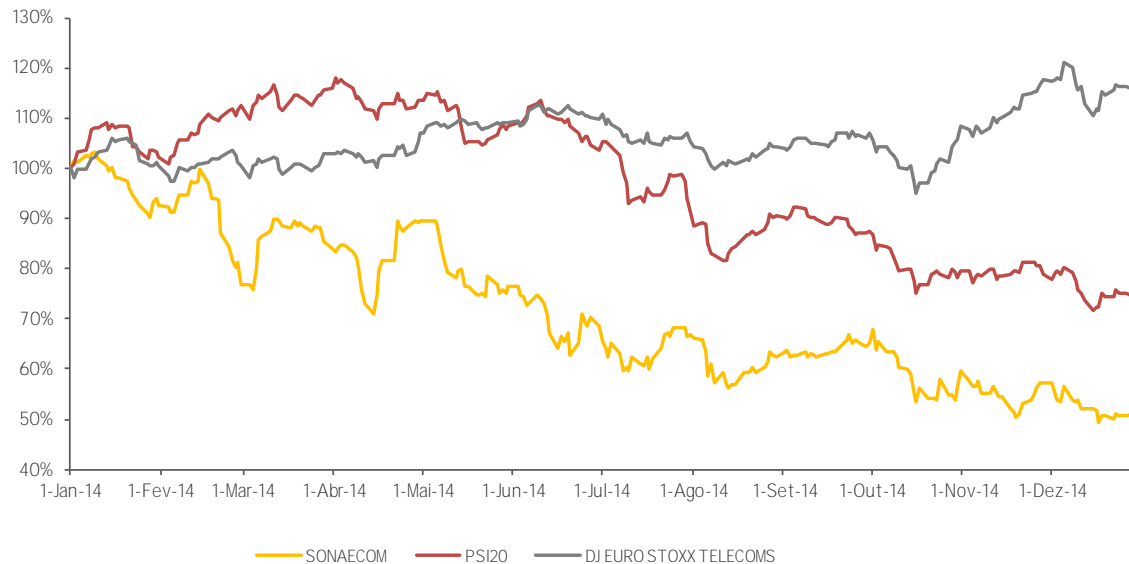


Gráfico 1 – Performance da Sonaecom vs PSI-20 e DJ Euro Stoxx Telecoms em 2014

No final de 2014, as ações da Sonaecom alcançaram o valor de 1,450 euros por ação, 43,6% abaixo da cotação de fecho de 2,569 euros por ação, em 31 de dezembro de 2013. A cotação atingiu um máximo de 2,651 euros por ação, a 9 de janeiro de 2014, e um mínimo de 1,270 euros por ação, a 17 de dezembro de 2014.

O ano de 2014 foi marcado pelo lançamento, pela Sonaecom, de uma Oferta Pública de Aquisição de ações próprias.

Deste modo, foi concedida aos acionistas da Sonaecom a opção de alienar, em condições de igualdade, as suas ações da Sonaecom, tendo como contrapartida 37.489.324 ações da NOS que, não sendo necessárias à prossecução da atividade da Sociedade, permitiam exposição direta à NOS, o ativo de referência do portfólio da Sonaecom. A Sonaecom ofereceu um preço global equivalente a 2,45 euros por ação Sonaecom, composto por entrega de ações NOS e de um montante remanescente em dinheiro, quando aplicável.

O Período da Oferta ocorreu entre 6 e 19 de fevereiro de 2014. As ordens de aceitação atingiram um total de 54.906.831 ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom. Após o cancelamento destas ações, o capital social da Sonaecom foi reduzido para 230.391.627,38 euros, sendo representado por 311.340.037 ações de valor nominal 0,74 euros. Como consequência do menor nível de *free float*, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20, o índice de referência do mercado de capitais português.

No que respeita ao mercado português, o PSI-20 terminou o ano de 2014 com 4.798,99 pontos, o que reflete uma variação negativa de 26,8% face ao final de 2013. O índice europeu do mercado de telecomunicações, DJ Euro Stoxx Telecoms, terminou o ano de 2014 com um aumento de 14,1%.

No final de 2014, a capitalização bolsista da Sonaecom situava-se em cerca de 451 milhões de euros. O volume médio de transações diárias atingiu 193 mil ações, o que corresponde a uma diminuição de 63,7% face a 2013 (531 mil ações).

3.2. Evolução do preço da ação em 2014

Desempenho das ações da Sonaecom

A cotação dos títulos da Sonaecom diminuiu 43,6% entre 2013 e 2014.

Consideramos provável que as ações da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelos eventos que de seguida se listam:

- 5 de fevereiro de 2014: Sonaecom informa sobre Prospeto e respetivo Anúncio de Oferta Pública de Aquisição;
- 20 de fevereiro de 2014: Sonaecom informa sobre resultados de Oferta Pública de Aquisição;
- 4 de março de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 7 de março de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 11 de março de 2014: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao ano de 2013;
- 12 de março de 2014: Sonaecom informa sobre redução de capital;
- 14 de março de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 21 de março de 2014: Sonaecom informa sobre renúncia de membros do Conselho de Administração;
- 21 de março de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 26 de março de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 1 de abril de 2014: Sonaecom informa sobre alterações à composição do Conselho de Administração;
- 17 de abril de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 24 de abril de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 24 de abril de 2014: Informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Geral de acionistas, decorrida no mesmo dia;
- 2 de maio de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 9 de maio de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;
- 12 de maio de 2014: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao primeiro trimestre de 2014;
- 18 de julho de 2014: Sonaecom informa sobre aquisição de ações próprias pela Sonaecom;

- 6 de agosto de 2014: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao primeiro semestre de 2014;
- 25 de setembro de 2014: Sonaecom informa sobre acordo para venda da totalidade do capital da Mainroad;
- 10 de novembro de 2014: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes aos primeiros nove meses de 2014;

3.3. Estrutura acionista e ações próprias

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,67% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Estrutura acionista simplificada da Sonaecom

Acionista	Número de ações detidas	% Participação a 31 dez. 2014
Sonae - SGPS, S.A.	275 086 083	88,36%
Ações Próprias	5 571 014	1,79%
<i>Free Float</i>	30 682 940	9,86%

A Sonae – SGPS, S.A. (Sonae) é o maior acionista da Sonaecom. A Sonae é um grupo multinacional português, líder de mercado no setor alimentar e em formatos de retalho especializado, com duas parcerias *core*: centros comerciais e telecomunicações. A Sonae detém uma participação de 88,36% na Sonaecom, equivalente a 89,97% dos seus direitos de voto.

Em 31 de dezembro de 2014, o *free float* (% de ações não detidas ou controladas pelos acionistas com participações qualificadas e excluindo as ações próprias) situou-se em aproximadamente 9,86%.

Em 2014, como consequência direta da Oferta Pública de Aquisição, o número de ações emitidas pela Sonaecom foi reduzido de 366.246.868 para 311.340.037.

Para além das ações adquiridas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição, a Sonaecom não adquiriu ações próprias em 2014.

RELATÓRIO
& CONTAS
2014

4

GOVERNO DA SOCIEDADE

Parte I Estrutura Acionista,
Organização e Governo
da Sociedade

Parte II Avaliação do Governo
Societário

Parte III Análise de cumprimento
das recomendações
de Governo
das Sociedades

Anexos I, II e III

PARTE I - ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. Estrutura Acionista

I - Estrutura do Capital Social

1. Estrutura de capital

O capital social da sociedade é de 230.391.627,38 euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 311.340.037 ações ordinárias, nominativas, cada com o valor nominal de 0,74 euros.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonaecom não têm nenhuma restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

3. Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2014, a Sonaecom detinha 5.571.014 ações próprias, representativas de 1.789% do seu capital.

4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonaecom em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sonaecom que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista nem que cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A maioria do capital social da Sonaecom é imputada a um único acionista.

5. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sonaecom.

II - Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao Art.º 8º, nº1, alínea b) do Regulamento 05/2008 da CMVM, descrevem-se as participações qualificadas a 31 de dezembro de 2014:

Acionista	Número de ações	% Participação no capital	Com ações próprias	% Direitos de voto	
				Sem ações próprias	Sem ações próprias
Diretamente					
Sontel BV	194.063.119	62,33%	62,33%		63,47%
Sonae- SGPS, S.A.	81.022.964	26,02%	26,02%		26,50%
Total imputável ⁽¹⁾	275.086.083	88,36%	88,36%		89,97%

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº 1 do Artº 20º e do nº 1 do Artº 21º do CVM, o "ultimate beneficial owner", porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina a Sonae - SGPS S.A. e a Sontel BV.

8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentada nos termos do nº5 do Art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais

A informação pode ser consultada no Anexo I deste Relatório.

9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

Esta é uma competência que reside exclusivamente na Assembleia Geral de Acionistas.

10. Relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Os negócios ou transações com titulares de participações qualificadas fazem parte da atividade normal das filiais da Sonaecom e são efetuados em condições normais de mercado. Os montantes envolvidos respeitam essencialmente a juros e não são materiais.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I - Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas*

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato
Até 24 de abril de 2014, a Mesa da Assembleia Geral foi composta pelos seguintes membros:

João Augusto Esmeriz Vieira de Castro	Presidente	Mandato 2012-2015
António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes	Secretário	Mandato 2012-2015

Na sequência da renúncia, por motivos pessoais, apresentada pelo Presidente da Mesa João Augusto Esmeriz Vieira de Castro e da renúncia apresentada pelo Secretário da Mesa António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes, aos respetivos cargos, foi deliberado na Assembleia Geral Anual de 24 de abril de 2014, eleger, para ocupar os lugares em aberto, e até ao termo do mandato em curso:

António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes	Presidente	Mandato 2012-2015
Maria Daniela Farto Baptista Passos	Secretária	Mandato 2012-2015

* Ao longo do ano de referência

b) Exercício do direito de Voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Os estatutos da sociedade não preveem qualquer limitação à contagem do número de votos nem está prevista a existência de ações sem direito de voto.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Artigo 20

Esta norma não existe nos Estatutos da Sonaecom, uma vez que estes não preveem qualquer limitação ao número de votos que podem ser exercidos por um acionista ou grupo de acionistas.

14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir diversamente.

II – Administração e Supervisão

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

Esta sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é centralizada no Conselho de Administração. A estrutura de fiscalização inclui um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, monitorizar os riscos, desenvolver os objetivos e estratégia da organização. O Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalização.

16. Regras Estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e com os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

Os estatutos preveem que, se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores votarem acionistas representativos de, pelo menos, 10% do capital social, proceder-se-á à eleição de um administrador por votação entre os acionistas da referida minoria, na mesma assembleia, e o administrador assim eleito substituirá automaticamente a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em último lugar na mesma lista. O mesmo acionista não pode propor mais de um candidato.

No caso de serem apresentados candidatos por mais de um grupo de acionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas candidaturas. Estas regras não se aplicam, no entanto, à eleição de um administrador suplente.

Encontra-se, ainda, estabelecido estatutariamente que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer administrador, que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias, o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos acionistas na Assembleia Geral seguinte.

Todavia, a falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador eleito ao abrigo das regras especiais acima descritas determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o seu Presidente.

17. Composição do Conselho de Administração

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número entre três e doze membros, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, existindo ainda a possibilidade de reeleição dos seus membros. O atual mandato do Conselho de Administração cobre o período 2012-2015.

Até 24 de abril de 2014, a composição do Conselho de Administração foi a seguinte:

Membros

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente [renunciou em 27 de março de 2014, renúncia essa que produziu efeitos em 24 de abril de 2014]
António Sampaio e Mello	Administrador não-executivo Independente [renunciou em 26 de março de 2014, renúncia essa que produziu efeitos em 24 de abril de 2014]
David Charles Denholm Hobley	Administrador não-executivo [renunciou em 26 de março de 2014, renúncia essa que produziu efeitos em 24 de abril de 2014]
Gervais Gilles Pellissier	Administrador não-executivo [renunciou em 18 de março 2014, renúncia essa que produziu efeitos em 24 de abril de 2014]
Jean-François René Pontal	Administrador não-executivo Independente [renunciou em 26 de março de 2014, renúncia essa que produziu efeitos em 24 de abril de 2014]
Frank Dangeard	Administrador não-executivo Independente [renunciou em 26 de março de 2014, renúncia essa que produziu efeitos em 24 de abril de 2014]
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador executivo e CEO
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo e CEO das divisões de SSI e <i>Online & Media</i>
Miguel Nuno Santos Almeida	Administrador executivo e Deputy CEO [renunciou em 26 de março de 2014, renúncia essa que produziu efeitos em 24 de abril de 2014]

Face às renúncias apresentadas pelos membros do Conselho de Administração Jean-François René Pontal, David Charles Denholm Hobley, Gervais Gilles Pellissier, António Maria Theotónio Pereira Sampaio e Mello, Frank Emmanuel Dangeard, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e Miguel Nuno Santos Almeida, nas datas supra referidas, foi deliberado na Assembleia Geral Anual, realizada em 24 de abril de 2014, reduzir o número de membros do Conselho de Administração para três membros.

Na sequência dessa deliberação, o Conselho de Administração passou a ser o seguinte:

Membros	Cargo	Data 1ª Designação	Data Termo Mandato
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Presidente do Conselho de Administração	24/04/2007	31/12/2015
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador Executivo	23/04/2010	31/12/2015
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador Executivo e CEO das divisões SSI e <i>Online & Media</i>	05/04/2006	31/12/2015

18. Distinção dos membros do Conselho de Administração

Membros

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Presidente do Conselho de Administração
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo e CEO das divisões de SSI e <i>Online & Media</i>

O Conselho de Administração, face à respetiva composição, resultante da deliberação tomada pelos sócios na Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014 - de redução do número de membros deste órgão para três membros - e, face à dimensão da sociedade, entende que não se justifica a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado.

A Sociedade entende que face à sua atual dimensão, à estrutura acionista e à reduzida dispersão do capital social, não se justifica a existência de administradores independentes.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

As habilitações académicas, experiência e responsabilidades dos administradores encontram-se divulgadas no Anexo II deste relatório.

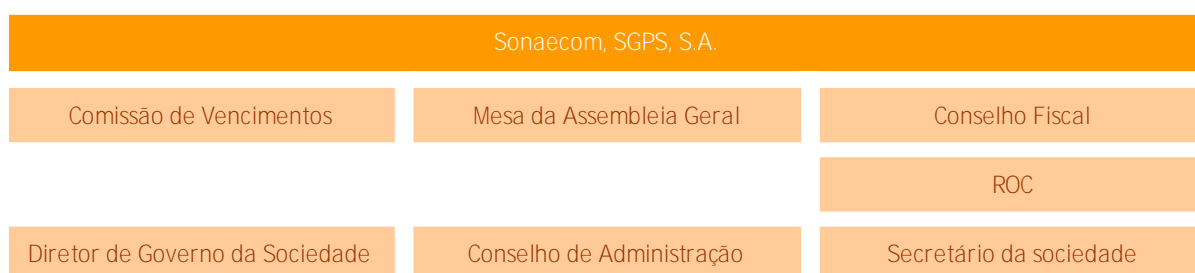
20. Relações familiares, profissionais e comerciais significativas de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, membro do Conselho de Administração, é irmã do Presidente da Comissão Executiva da Sonae – SGPS, S.A. - Duarte Paulo Teixeira de Azevedo -, sociedade esta à qual é imputável, a 31 de dezembro de 2014, uma participação de 88.36% do capital da Sonaecom, correspondente a 89,97% dos direitos de voto. É filha de Belmiro Mendes de Azevedo, acionista e membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, S.A., sociedade à qual é imputado o domínio do capital social da Sonaecom. O Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, Ângelo Ribeirinho dos Santos Paupério, é também membro do Conselho de Administração da Sonae – SGPS, S.A., acionista da Sonaecom nos termos descritos acima.

21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade

i) Repartição de competências entre os vários órgãos sociais e respetivas comissões:

A estrutura societária da Sonaecom define claramente as funções, responsabilidades e deveres dos seus órgãos.



Elencamos, de seguida, as principais funções e responsabilidades dos órgãos sociais da Sonaecom:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização.

Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue, se assim o entender, num ou mais administradores delegados ou numa Comissão Executiva, os poderes em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente mas não permitem que o Conselho de Administração aprove aumentos de capital, os quais têm de ser deliberados em Assembleia Geral de acionistas.

Os termos de referência do Conselho de Administração podem ser consultados, na sua totalidade, no *website* da sociedade (www.sonae.com) no endereço <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-administracao-e-fiscalizacao/>.

O Conselho de Administração é assessorado por um conjunto de funções corporativas, descritas no parágrafo ii) abaixo.

ii) Repartição de competências entre os vários departamentos da sociedade

Direção Administrativa e Financeira

Principais responsabilidades:

- Garantia do controlo dos processos internos e das transações, bem como da fiabilidade e reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- Registo contabilístico das transações e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas;
- Gestão eficiente de tesouraria do Grupo Sonaecom;
- Negociação e contratação de produtos e serviços bancários mais adequados às necessidades dos negócios do Grupo;
- Gestão eficiente e eficaz de todos os processos administrativos dos negócios do Grupo Sonaecom;
- Gestão do risco financeiro e apoio na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro ou cambiais;
- Gestão dos processos administrativos de Contas a Pagar, Contas a Receber, Caixa e Bancos, Stocks e Ativos Tangíveis;
- Garantia do rigor e fiabilidade da informação financeira, suportada nos mais eficientes sistemas de informação;
- Otimização da eficiência fiscal do Grupo Sonaecom, assegurando a monitorização dos procedimentos fiscais de todos os negócios da Sonaecom, bem como o cumprimento das obrigações fiscais e o controlo do grupo fiscal;
- Gestão do *dossier* de preços de transferência da Sonaecom;
- Apoio na tomada de decisões e implementação de processos nas diversas áreas do Grupo Sonaecom;
- Colaboração na definição da estratégia e dos objetivos fiscais, nomeadamente no apoio à internacionalização dos negócios;
- Monitorização de todos os processos de litigação abertos com a administração fiscal, e gestão da defesa dos negócios do Grupo;
- Promoção e apoio à submissão de incentivos fiscais e financeiros;
- Participação em projetos especiais no Grupo Sonaecom, como fusões e aquisições e reorganização societária.

Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- Apoiar o desenvolvimento da estratégia corporativa e/ou dos negócios;
- Fomentar, liderar e implementar o ciclo de planeamento estratégico anual;
- Liderar e monitorizar o processo anual de orçamento da Sonaecom, bem como efetuar o respetivo reporte relativo à sua execução;
- Desafiar os negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios da Sonaecom, a sua performance e resultados;
- Preparar e analisar a informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anualmente, analisando desvios face ao orçamento e propondo ações corretivas;
- Apoio às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio: responsável pela análise do capital investido e retorno do capital investido;
- Construir planos de negócio juntamente com as equipas de gestão dos negócios;
- Desenvolver estudos técnicos e de *benchmark* dos negócios existentes e da Sonae de modo a avaliar a sua performance face a concorrentes e outros *players* do mercado.

Direção de Gestão de Risco

Na sequência das alterações ocorridas ao longo de 2014 no portefólio da Sonaecom, a Gestão de Risco é assegurada ao nível dos negócios de empresa. Assim, cada unidade de negócio intervém nos processos funcionais tendo a responsabilidade de implementação de controlos internos e de gestão dos respetivos riscos específicos. De uma forma geral, cada um dos negócios tem como principais responsabilidades:

- Promover uma cultura de sensibilização face aos riscos, bem como a mediação e gestão dos riscos de negócio que interferem na concretização dos objetivos e na criação de valor da organização;
- Promover e monitorizar a implementação de programas e ações destinadas a aproximar os níveis de risco aos limites aceitáveis estabelecidos pela gestão.

Direção de Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- Avaliar a exposição ao risco e verificar a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos através da execução de auditorias de processos de negócio e de sistemas de informação;
- Propor medidas para melhorar os controlos e monitorizar a evolução da exposição ao risco associada aos principais *findings* das auditorias.

Direção Legal

Principais responsabilidades:

- Relação com o Euronext Lisboa, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e com os acionistas, a respeito de assuntos legais;
- Gestão legal da política do Governo das Sociedades e monitorização do cumprimento das melhores práticas neste domínio;
- Monitorizar, controlar e garantir a legalidade das atividades dos negócios nas áreas de *software* e sistemas de informação e *media*;
- Elaboração e/ou análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais;
- Gestão de todos os aspetos relativos à propriedade intelectual e industrial dos diferentes negócios, tais como, marcas, nomes, patentes, logotipos, *marketing*, *slogans*, domínios, e direitos de autor;
- Execução de todas as escrituras públicas, todos os registos e atos notariais necessários aos negócios, quer sejam de índole comercial, predial ou societária;
- Gestão de todos os processos contenciosos, nas fases pré-litigação e durante a litigação;
- Apoio nos vários licenciamentos necessários aos negócios;
- Acompanhamento da evolução da legislação relevante para os negócios;
- Apoio legal nas operações nacionais e internacionais dos negócios da sociedade, bem como na análise de novas operações nacionais e internacionais, e em especial, nestas últimas, no que concerne à envolvente legal dos países analisados;
- Fusões/cisões, aquisições e reestruturações societárias.

Direção de Recursos Humanos

Principais responsabilidades:

- Apoiar a Gestão de topo na implementação e desenvolvimento das políticas de recursos humanos;
- Definir e implementar estratégia de recursos humanos, planeamento e gestão de talento a diversos níveis;
- Assegurar a presença e o desenvolvimento das competências técnicas e de gestão dos quadros da Sonaecom, quer através da implementação de práticas de recrutamento e seleção adequadas, quer através do desenho e implementação de planos de formação e desenvolvimento transversais e/ou individualizados;
- Desenvolver modelos e processos de gestão de recursos humanos em áreas tais como, política de remuneração e benefícios, gestão de carreiras, monitorização e desenvolvimento de clima social, gestão administrativa e processamento salarial, orçamentação de encargos com pessoal e reporte em matérias de recursos humanos, gestão das áreas de medicina, higiene e segurança no trabalho;
- Acompanhamento de matérias do âmbito jurídico-laboral;
- Representação da empresa junto de organismos oficiais e associativos ligados a esta área.

Direção de Relação com Investidores

Principais responsabilidades:

- Gestão da relação entre a Sonaecom e a Comunidade financeira através da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;
- Apoio ao Conselho de Administração, providenciando informação relevante sobre o mercado de capitais;
- Apoio na definição da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração
O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no *website* da sociedade (www.sonae.com) no endereço <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-administracao-e-fiscalizacao/>.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração
O Conselho de Administração da Sonaecom reúne pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2014, realizaram-se seis reuniões deste conselho e a taxa de comparência pessoal ou por meio de representação foi de 100%. O quadro seguinte apresenta informação detalhada acerca da comparência nas reuniões realizadas:

Data	Participantes
10 março 2014	Paulo Azevedo Ângelo Paupério Cláudia Azevedo Miguel Almeida António Lobo Xavier António Sampaio e Mello David Hobley Frank Dangeard Jean-François Pontal Gervais Pellissier (representado por Paulo Azevedo)
2 maio 2014	Ângelo Paupério Cláudia Azevedo António Lobo Xavier
23 maio 2014	Ângelo Paupério Cláudia Azevedo António Lobo Xavier
1 agosto 2014	Ângelo Paupério Cláudia Azevedo António Lobo Xavier
20 outubro 2014	Ângelo Paupério Cláudia Azevedo António Lobo Xavier
15 dezembro 2014	Ângelo Paupério Cláudia Azevedo António Lobo Xavier

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos
Para o apuramento da componente variável da remuneração é efetuada uma avaliação individual de desempenho dos Administradores Executivos, a qual é levada a cabo pela Comissão de Vencimentos. Esta avaliação tem lugar depois de conhecidos os resultados da sociedade.

25. Critérios pré-determinados para avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios. Os referidos indicadores são constituídos pelos KPIs (*Key Performance Indicators*) de negócio, económicos e financeiros, subdivididos em KPIs coletivos, departamentais e pessoais.

Os KPIs coletivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sonaecom.

Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, e aferem o contributo específico do administrador no desempenho do negócio.

Os KPIs pessoais incluem indicadores objetivos e subjetivos e visam aferir o cumprimento dos deveres e compromissos individualmente assumidos pelo administrador executivo.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

A listagem de cargos exercidos pelos administradores da sociedade encontra-se divulgada no Anexo II deste Relatório.

Cada um dos membros do Conselho de Administração demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respetivos trabalhos.

c) Comissões no seio do Órgão de Administração e administradores delegados

27. Identificação das Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os Regulamentos de funcionamento

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho, resultante da deliberação tomada pelos acionistas da Sociedade na Assembleia Geral de 24 de abril de 2014 – a qual reduziu o número de membros deste órgão para três membros -, não se justifica a manutenção de qualquer comissão especializada no seio do Conselho.

A sociedade mantém um Diretor de Governo da Sociedade, que reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do seu presidente, bem como, sempre que exista, através do administrador não-executivo independente sénior.

As principais responsabilidades do diretor de Governo da Sociedade são as seguintes:

- (i) Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e, quando aplicável, das respetivas comissões;
- (ii) Participar em reuniões do Conselho de Administração e, quando aplicável, das respetivas comissões, intervindo como membro sempre que, como tal, seja nomeado;
- (iii) Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração;
- (iv) Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;
- (v) Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do governo das sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do governo das sociedades;
- (vi) Assegurar que o conceito de "stakeholders" (partes interessadas) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;**
- (vii) Ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos administradores;
- (viii) Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, administradores não-executivos, no que diz respeito à empresa e às suas atividades; facilitar e apoiar os administradores não-executivos independentes na afirmação da sua "independência";
- (ix) Ajudar a assegurar o cumprimento das recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- (xi) Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) Participar, em nome da empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de governo das sociedades em Portugal.

28. Composição, se aplicável, da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do Conselho resultante da deliberação tomada pelos acionistas na Assembleia Geral de 24 de abril de 2014 – a qual reduziu o número de membros deste órgão para três membros -, não se justifica a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado.

Dessa forma, a gestão da sociedade é exercida colegialmente pelo Conselho de Administração e todos os seus membros exercem funções executivas. A administradora Maria Cláudia Teixeira de Azevedo é o CEO das divisões de SSI e *Online & Media*.

29. Indicação das competências de cada uma das Comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências
O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho, resultante da deliberação tomada pelos acionistas da Sociedade na Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014 – a qual reduziu o número de membros deste órgão para três membros -, não se justifica a manutenção de qualquer comissão especializada no seio do Conselho.

A sociedade mantém um Diretor de Governo, cujas funções e principais responsabilidades se encontram descritas no Ponto 27 deste Relatório.

A Sociedade tem um Secretário da Sociedade, a quem compete:

- (i) Zelar pelas atas e pelas listas de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- (ii) Enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- (iii) Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- (iv) Responder aos pedidos de informação dos acionistas no âmbito da lei;
- (v) Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sociedade.

III – Fiscalização

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da sociedade.

31. Composição

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui, adicionalmente, um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

O Conselho Fiscal é composto pelos seguintes membros:

Arlindo Dias Duarte Silva	Presidente
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal
Óscar José Alçada da Quinta	Vogal
Jorge Manuel Felizes Morgado	(Suplente)

Membros	Data 1ª Designação	Data termo Mandato
Arlindo Dias Duarte Silva	02-05-2007	31-12-2015
Armando Luís Vieira de Magalhães	02-05-2007	31-12-2015
Óscar José Alçada da Quinta	02-05-2007	31-12-2015
Jorge Manuel Felizes Morgado (Suplente)	02-05-2007	31-12-2015

Revisor Oficial de Contas (ROC)

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada desde 2012 por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

32. Grau de independência dos membros do Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes, nos termos do n.º 5 do Artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º1 do Artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho Fiscal procedeu a uma avaliação de independência dos seus membros, através da renovação de declarações escritas emitidas individualmente.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

33. Qualificações profissionais

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes encontram-se divulgados no Anexo II deste Relatório.

b) Funcionamento

34. Regulamento de funcionamento e Relatório Anual de Atividade

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado na página de Internet da Sonaecom (www.sonae.com), no endereço <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-administracao-e-fiscalizacao/>.

O relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal são divulgados, em cada exercício, juntamente com os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, disponíveis em <http://www.sonae.com/investidores/informacao-financeira/relatorios/>.

35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria, devendo os membros que com elas não concordem exarar na ata os motivos da sua discordância.

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre. Em 2014, realizaram-se quatro reuniões deste órgão e a taxa de comparência foi de 83%, tendo sido exaradas as correspondentes atas. Dois dos seus membros estiveram presentes em todas as reuniões e um dos vogais esteve impossibilitado, por razões de força maior, de estar presente em duas dessas reuniões. Porém, não deixou de acompanhar e contribuir para a formação da vontade deliberativa do Conselho Fiscal no desempenho das suas competências, discutindo as temáticas, auxiliando na determinação de diligências a serem efetuadas e tomando conhecimento dos resultados obtidos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros com descrição de cargos exercidos em outras empresas, dentro e fora do grupo e demais atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respetivos trabalhos.

A informação relativa a outros cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal, suas qualificações e experiência profissional, encontram-se descritas no Anexo II deste Relatório.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços adicionais à auditoria a ser realizada pelo Auditor Externo.

Para o efeito, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos em que inclui a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita (i) ao respetivo plano anual de atividade, (ii) ao acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões, (iii) à fiscalização da independência do Auditor Externo, (iv) à prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação CMVM IV.2 e (v) à avaliação da atividade anual.

Na supervisão da contratação dos serviços adicionais a serem prestados pelo Auditor Externo, o Conselho Fiscal atende aos seguintes critérios:

- a contratação de serviços adicionais não deverá afetar a independência do Auditor Externo;
- os serviços adicionais não deverão representar, no conjunto dos serviços prestados, mais de 30%;
- os serviços de consultoria fiscal (e outros serviços adicionais) deverão ser prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos serviços levados a cabo no âmbito da auditoria;
- garantia de independência e isenção na prestação dos serviços.

38. Outras funções do Órgão de Fiscalização

38.1 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, na execução das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas, incluindo as previstas no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei, do contrato de sociedade e das políticas internamente adotadas;
- c) Verificar regularmente os livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e garantir a atualização dos mesmos;
- d) Verificar a exatidão da informação utilizada nos documentos de prestação de contas;
- e) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados obtidos;
- f) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração, no qual deve exprimir a sua concordância ou não com o relatório anual de gestão e com as contas do exercício;
- g) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Avaliar as condições de funcionamento do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna e fiscalizar a eficácia dos mesmos, bem como ser destinatário dos respetivos relatórios;
- j) Fiscalizar a independência do auditor interno, nomeadamente no que respeita a limitações relativas à sua independência organizacional e eventual falta de recursos na atividade de auditoria interna;
- k) Receber as comunicações de alegadas irregularidades que ocorram na sociedade e lhes forem endereçadas, apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- l) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- m) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- n) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e a respetiva remuneração;
- o) Fiscalizar os documentos de prestação de contas da sociedade e avaliar anualmente o auditor externo, propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- p) Zelar para que, ao Revisor Oficial de Contas, sejam asseguradas as condições adequadas ao exercício da sua função, sendo seu interlocutor e destinatário dos respetivos relatórios;
- q) Emitir parecer prévio sobre transações de relevância significativa (superior a 10 milhões de euros) com acionistas titulares de participação qualificada ou com entidades que com estes se encontrem em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários;
- r) Cumprir outros e quaisquer deveres constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal obtém do Conselho de Administração todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções, designadamente quanto à evolução operacional e financeira da empresa, mudanças no portefólio de negócios, termos de todas as transações que ocorreram e detalhes das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal é o órgão de supervisão global da empresa para assuntos de controlo interno e gestão de riscos, atua de forma independente e tem primazia sobre outros órgãos na fiscalização dessas questões.

Os Termos de Referência do Conselho Fiscal estão disponíveis no *website* da sociedade (www.sonae.com), no endereço <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-administracao-e-fiscalizacao/>.

38.2 Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como principais competências:

- a) verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;

- b) sempre que achar conveniente e através dos meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
- c) verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na Certificação Legal de Contas e no Relatório de Auditoria;
- d) verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;
- e) realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e executar todos os procedimentos estipulados pela lei;
- f) verificar, no âmbito das suas funções, a aplicação das políticas e sistemas de remunerações bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos limites das suas competências legais e procedimentos aplicáveis;
- g) atestar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

IV – Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

40. Identificação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo
A atual estrutura do órgão de fiscalização, que contempla a existência de um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas, foi adotada pela sociedade, em assembleia geral anual de acionistas, em conformidade com a legislação aplicável, a 2 de maio de 2007, tendo sido a Deloitte & Associados, SROC, S.A. eleita como Revisor Oficial de Contas da Sociedade, exercendo funções até ao termo do mandato então em curso. Em 2008 iniciou-se um novo mandato correspondente ao quadriénio 2008/2011, tendo o Revisor Oficial de Contas sido reconduzido no exercício do cargo. Em 2012, foi apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para o novo mandato (2012/2015), suportada pelo seguinte parecer em que são ponderadas as condições de independência do auditor e as vantagens e ónus da sua substituição:

“Para preparação desta proposta, o Conselho Fiscal supervisionou um processo alargado de seleção que se iniciou em 2010, em que foram convidadas a participar diversas sociedades de auditoria de reputada competência nacional e internacional.

Com esse propósito foram previamente identificadas as condições de elegibilidade, que integraram o histórico de experiência e competência dos candidatos nos setores de atividade onde a Sonaecom opera, a competência, suficiência e disponibilidade da equipa de trabalho proposta, as metodologias utilizadas, bem como a dimensão dos encargos a suportar pela sociedade.

Durante o exercício de 2011, foram ponderados todos os fatores em equação na referida seleção, foi deliberado pelo Conselho Fiscal propor à Assembleia Geral a reeleição, para novo mandato, do atual Revisor Oficial de Contas, sendo convicção da sociedade que a sua permanência no exercício de funções não elimina nem condiciona a idoneidade e a independência com que as vem exercendo.”

(Transcrição da Proposta apresentada pelo Conselho Fiscal no ponto 5 da Agenda da Assembleia Geral Anual de 27 de abril de 2012).

41. Descrição de outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas à sociedade

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. exerce as funções de Auditor Externo e, entre outros, serviços de garantia de fiabilidade e de consultoria fiscal.

V – Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do Artigo 8.º e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo n.º de registo na CMVM

O Auditor Externo da Sonaecom, designado para os termos do Artigo 8º do Código de Valores Mobiliários, é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., registado sob o nº 231 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo Revisor Oficial de Contas António Manuel Martins Amaral.

43. Identificação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. foi nomeada Revisor Oficial de Contas da sociedade, em assembleia geral anual de acionistas realizada a 2 de maio de 2007, exercendo funções até ao termo do mandato então em curso.

Em 2008 iniciou-se o mandato correspondente ao quadriénio 2008/2011, tendo o Revisor Oficial de Contas sido reconduzido no exercício do cargo. Em 2012, foi apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para o novo mandato (2012/2015), suportada pelo parecer transcrito no ponto 40 deste Relatório. O sócio revisor oficial de contas que o representa no exercício das suas funções foi substituído em 2012.

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa

O Conselho Fiscal adota o princípio recomendado de apenas não proceder à rotação do auditor externo no final de dois mandatos de quatro anos em permanência de funções se, após ter efetuado uma avaliação criteriosa, tiver concluído, em primeira linha, que a manutenção em funções para além do referido período não colide com a necessária independência do auditor externo e, uma vez satisfeito este requisito prévio, que a ponderação entre os custos e os benefícios da sua substituição aconselha a renovação do mandato.

Sem prejuízo do resultado da ponderação incidente sobre a permanência em funções do auditor externo ao cabo de dois mandatos, foi designado em 2012 novo sócio revisor oficial de contas que o representa.

45. Indicação do Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

De acordo com o modelo de Governo da Sociedade, a eleição ou a destituição do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo é deliberada em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos trabalhos ao longo de cada exercício, pondera e aprova os serviços adicionais a prestar por aquele e procede, anualmente, a uma avaliação global do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46 e 47. Identificação de trabalhos distintos dos de Auditoria realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de Domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação e Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de Domínio ou de grupo ao Auditor e a outras pessoas, singulares ou coletivas, pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

Os valores de remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e Auditor, Deloitte & Associados, SROC, SA, sob proposta do Conselho Fiscal e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

	2014		2013	
	Valor em €	%	Valor em €	%
Pela Sociedade*				
Revisão legal de contas	19.126	16%	8.001	6%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	-	10.000	7%
Consultoria fiscal	-	-	2.877	2%
Outra consultoria	4.738	4%	-	-
Por entidades que integrem o grupo				
Revisão legal de contas	96.537	80%	102.972	75%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	-	-	-
Consultoria fiscal	-	-	11.870	9%
Outra consultoria	-	-	1.250	1%
Total				
Revisão legal de contas	115.663	96%	110.973	81%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	-	10.000	7%
Serviços de Auditoria	115.663	96%	120.973	88%
Consultoria fiscal	-	-	14.747	11%
Outra consultoria	4.738	4%	1.250	1%
Total	120.401	100%	136.970	100%

(*) Inclui contas individuais e consolidadas.

A política de gestão de risco da Sonaecom é supervisionada pelo Conselho Fiscal, que acompanha e controla os serviços solicitados ao Auditor Externo e à mesma rede de empresas, de forma a não ser comprometida a sua independência. Trimestralmente, o Conselho Fiscal recebe e analisa a informação acerca dos honorários e serviços prestados pelo ROC.

Na aprovação da contratação dos serviços ao Auditor Externo, foi assegurado que:

- a) os serviços adicionais não representaram, no conjunto de serviços prestados, mais de 30%;
- b) os honorários pagos pelo grupo Sonaecom ao grupo Deloitte representam menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal;
- c) o "sistema de qualidade aplicado Deloitte" (controlo interno), de acordo com a informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonaecom e assegura a qualidade e as regras de ética e independência.

Todos os anos é preparada uma "Carta de independência", na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais em matéria de independência do auditor.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I - Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As alterações aos Estatutos da sociedade devem, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos votos emitidos. Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na respetiva Assembleia.

II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

Os valores e princípios da Sonaecom, difundidos e enraizados na cultura dos seus colaboradores, assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade, tendo aprovado um Código de Ética que enuncia os princípios e normas de conduta que refletem a cultura da empresa.

Tal Código de Conduta, que deve guiar a atuação dos seus colaboradores, no exercício das suas funções, encontra-se disponível em <http://www.sonae.com/responsabilidade-corporativa/codigo-de-conduta/>.

Qualquer pessoa que pretenda comunicar uma irregularidade, alegadamente cometida por qualquer responsável, colaborador ou parceiro da Sonaecom, deverá fazê-lo através de carta dirigida ao Conselho Fiscal, com a descrição sumária dos factos. A identidade do divulgador manter-se-á anónima, se tal for explicitamente solicitado.

A queixa será analisada e, se existirem fundamentos para a existência da irregularidade comunicada, serão adotadas as medidas que se considerem apropriadas.

No âmbito deste procedimento, compete ao Conselho Fiscal receber as comunicações de alegadas irregularidades apresentadas pelos acionistas, colaboradores ou terceiros. Após o seu recebimento, deve o Conselho Fiscal registar as alegadas irregularidades e promover a sua investigação, com a devida diligência, pelo Conselho de Administração e/ou pela Auditoria Interna e/ou Externa, e reportar as suas conclusões.

III - Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonaecom e um pilar do Governo da Sociedade, razão pela qual cada unidade de negócio da Sonaecom tem, como parte das suas competências no âmbito dos processos funcionais, a responsabilidade de implementação de controlos internos e de gestão dos respetivos riscos específicos.

Ao mesmo tempo, a Direção de Auditoria Interna avalia a exposição ao risco e verifica a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos dos processos do negócio e dos sistemas de informação. Adicionalmente, propõe medidas para melhorar os controlos e monitoriza a evolução da exposição ao risco associada aos principais *findings* e conclusões das auditorias.

51. Explicitação (ainda que por inclusão de organigrama) das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

O Conselho de Administração monitoriza as atividades da Auditoria Interna, que reporta funcionalmente ao Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização e entidade independente do Conselho de Administração. A Auditoria Interna pode reunir com o Conselho Fiscal, sem a presença de qualquer membro do Conselho de Administração.

No que respeita às matérias de controlo interno e gestão de risco, o Conselho Fiscal é o órgão estatutário de supervisão, atuando de forma independente e competindo-lhe supervisionar o plano de atividades de Auditoria Interna, receber informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo, no âmbito do processo de auditoria anual, analisa o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta as deficiências identificadas.

As responsabilidades de criação, funcionamento e avaliação periódica dos sistemas de controlo interno e gestão de risco estão publicadas nos termos de referência do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os quais estão disponíveis no *website* da empresa.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Para além das áreas mencionadas nos pontos anteriores, a Sonaecom possui outras áreas funcionais e processos de negócio com competência no controlo e monitorização de riscos, destacando-se os seguintes:

- A área de Planeamento e Controlo que, em articulação com os respetivos *pivots* existentes nas áreas de negócio, é responsável por elaborar e monitorizar a execução dos planos de ação e recursos anuais bem como os orçamentos e previsões, nas componentes financeira e operacional;
- As diversas áreas de negócio possuem processos e indicadores para monitorizar as operações e os KPIs (*Key Performance Indicators*);
- As áreas técnicas possuem indicadores e alertas para a interrupção de serviço e incidentes de segurança, ao nível operacional.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

Os riscos são apresentados e ordenados, na presente secção, de acordo com a classificação e a estrutura do BRM (*Business Risk Management*) da Sonaecom. O BRM é um modo sistemático de identificação dos riscos que afetam a organização (linguagem comum) e permite a definição e o agrupamento dos riscos, bem como das suas principais causas (dicionário de riscos).

Riscos económicos

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos económicos estão relacionados com a envolvente do negócio, a estratégia, as operações, a tecnologia e processamento da informação, o *empowerment* e a integridade.

Influências económicas

A Sonaecom está exposta ao ambiente económico português embora, devido ao ritmo crescente de internacionalização das empresas da SSI, essa exposição seja cada vez mais mitigada. Apesar de apresentar sinais positivos de recuperação, o ano de 2014 em Portugal, foi ainda um ano afetado pela crise e pelo fim do programa de assistência financeira da Troika. Consequentemente, os negócios que operam apenas ou maioritariamente no mercado português foram afetados por um consumo ainda contraído.

Relativamente à WeDo Technologies, o impacto do ambiente económico adverso no negócio é diluído devido quer à expansão regional, quer à expansão do respetivo portefólio de produtos e, ainda, ao alargamento a outros setores de negócio.

A S21Sec, apesar de operar maioritariamente no mercado Espanhol, no qual a recuperação económica tem sido mais lenta, mitiga esse risco ao operar num segmento de elevado crescimento e criticidade nas organizações.

No que concerne à Bizdirect, a empresa foi fortemente afetada pela contração do mercado de equipamentos de IT, o qual apresentou, em 2014, níveis muito positivos de recuperação. Por outro lado, a Bizdirect contrabalançou a queda no mercado de equipamentos de IT com a prestação de serviços de gestão de contratos corporativos de licenciamento de *software* e com a expansão da atividade de integração de soluções Microsoft.

A Saphety tem continuado a posicionar-se no mercado nacional como líder em soluções de simplificação e automatização de processos e tem vindo a apostar na expansão da sua atividade para o mercado internacional.

Relativamente ao Público, a exposição a um segmento que atravessa um período de crise financeira e de alteração de tendências de leitura, obrigou à definição de um projeto de reestruturação. Com o imperativo de assegurar a sustentabilidade, sem comprometer o seu papel como referência independente de informação em Portugal, o Público tem executado esse projeto que inclui uma maior orientação para as crescentes exigências do mundo digital e uma considerável redução da estrutura de custos de funcionamento.

Inovação tecnológica

Para a Sonaecom, possuir uma infraestrutura tecnológica otimizada é um fator crítico de sucesso na medida em que ajuda a reduzir potenciais falhas na alavancagem das evoluções técnicas, pelo que os vários negócios da empresa levam a cabo ações para, continuamente, otimizarem a respetiva infraestrutura tecnológica e potenciarem a inovação.

A WeDo Technologies está certificada em Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457:2007). Esta certificação, em conjunto com a certificação de qualidade existente (ISO 9001:2008), ajuda a empresa a inovar de um modo sustentado, a mitigar fatores potenciais de risco, garantindo que a oferta é continuamente adaptada às tendências tecnológicas.

A S21Sec, estando integrada num sector que exige uma inovação constante e o domínio de todas as tendências tecnológicas, investe continuamente em investigação e inovação. É também certificada pela UNE - EN ISO 9001:2008 em gestão da qualidade e pela UNE- ISO/ IEC 27001: 2007, norma de referência Internacional para a gestão da Segurança da Informação.

A Bizdirect apesar de assumir o *cloud computing* como um fator de risco para a sua atividade, uma vez que pode canibalizar o mercado de venda de infraestruturas e reduzir a procura de sistemas por parte dos clientes, também o assume como uma oportunidade de alargar a sua oferta. As relações estratégicas existentes com parceiros permitem oferecer um portefólio completo de produtos, incluindo soluções na *cloud*. Salientamos, como exemplo, a parceria que permite à Bizdirect oferecer a integração de soluções Microsoft, tais como Dynamics CRM, SharePoint, BizTalk e Office 365.

O Público tem vindo a reestruturar de forma continuada o *layout* e conteúdos e a apostar na evolução tecnológica da edição online. Estas evoluções têm como objetivo assegurar um maior alinhamento com os novos hábitos de leitura dos portugueses e com as novas formas de acesso à informação por meio de *smartphones* e *tablets*, garantindo desta forma a sua posição de líder *online* no segmento de jornal generalista.

Concorrência

As diversas empresas da Sonaecom estão expostas a riscos de concorrência de outros intervenientes que operam quer no mercado nacional, quer no internacional, nos respetivos negócios.

Ainda que a WeDo Technologies seja uma das empresas mais expostas à concorrência internacional, é todavia reconhecida como líder mundial em *software* de *revenue assurance* e concorrente global no top 3 do mercado agregado de *revenue assurance* e gestão de fraude.

Portefólio do negócio

O risco de especialização e conseqüente limitação de atividade decorrente do portefólio tem sido mitigado em todos os negócios da Sonaecom através da expansão da linha de produtos ou dos segmentos de negócio.

Desde 2009, a WeDo Technologies tem vindo a consolidar a sua presença global fora de Portugal, tendo identificado novos setores de negócio, por forma a diminuir a exposição à centralização num único mercado e a uma só linha de produtos. Assim, também para fazer face à concentração de clientes no sector das telecomunicações, expandiu o âmbito da sua atividade para novos setores, como o retalho, energia e financeiro, alargou o portefólio de produtos e serviços de *revenue assurance* e gestão de fraude para *Business Assurance*, e, desde 2012, com a aquisição da Connectiv Solutions, nos EUA, incluiu *Managed Services* e *SaaS* na sua oferta.

No caso da S21Sec, um dos eixos estratégicos é o reforço da sua posição no segmento das telecomunicações mantendo no entanto o seu foco no segmento financeiro. Adicionalmente, o seu portefólio de produtos está a ser alargado no sentido de evoluir no mercado de *e-crime* e incorporar tecnologias de analytics, permitindo assim a expansão da sua área de actuação.

A Bizdirect expandiu recentemente o seu portefólio à integração de soluções focadas nas tecnologias Microsoft.

A Saphety, para além dos 3 tipos de soluções que podem funcionar de forma integrada e em regime de *SaaS*: SaphetyGov, SaphetyBuy e SaphetyDoc, alargou o seu portefólio a uma nova solução: SaphetySync. Esta é uma solução global normalizada, baseada nos *standards* GS1, que permite a sincronização dos dados de forma segura e contínua, o que representa um fator diferenciador e potenciador de internacionalização do seu portefólio.

Interrupção de Negócio e Perdas Catastróficas (Gestão da Continuidade de Negócio)

Uma vez que os negócios da Sonaecom assentam sobretudo na utilização de tecnologia, as potenciais falhas dos recursos técnico-operacionais (aplicações dos sistemas de informação, servidores, etc.) podem causar um risco significativo de interrupção do negócio, se não forem bem geridas. Este facto pode acarretar outros riscos para a empresa, tais como impactos adversos na reputação, na marca, na integridade das receitas, na satisfação dos clientes e na qualidade do serviço, que podem levar à perda de clientes.

No sector de IT, os clientes empresariais têm tipicamente uma baixa tolerância a interrupções. Neste contexto, as empresas SSI enfrentam riscos relacionados com a disponibilidade de plataformas de *software* que apoiam os processos das empresas bem como dos respetivos clientes. Para identificar este conjunto específico de riscos, e para implementar ações de prevenção e mitigação que garantam a continuidade de operações e serviços críticos, a Sonaecom tem adotado, ao longo de vários anos, o programa Gestão da Continuidade do Negócio (BCM – *Business Continuity Management*).

Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade (Gestão da Segurança da Informação)

Tendo presente que a Sonaecom é um grupo de tecnologia, media e telecomunicações (TMT), todas as suas empresas subsidiárias utilizam intensivamente a tecnologia e a informação, as quais estão, em regra, sujeitas a riscos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade.

Além de se tratar de uma questão tecnológica, a segurança é também considerada uma questão cultural e comportamental. Neste sentido, a sensibilização é um fator-chave de sucesso para a promoção de uma cultura forte de Segurança da Informação entre os colaboradores, parceiros e principais *stakeholders* da Sonaecom. Nesse sentido, a Sonaecom tem desenvolvido diversas iniciativas de sensibilização e responsabilização ao longo dos últimos anos, das quais se destacam:

- Um plano de comunicação sobre segurança, baseado em campanhas de sensibilização para os temas considerados mais relevantes em cada ano;
- Publicação da política de Segurança da Informação na intranet da empresa, acessível a todos os colaboradores a partir da página inicial;
- Inclusão de cláusulas sobre a proteção de dados pessoais e confidencialidade nos contratos com colaboradores e parceiros de negócio. Todos os colaboradores estão obrigados a deveres de confidencialidade, sigilo e proteção de dados pessoais, não sendo permitida a divulgação a terceiros de dados ou informação a que tenham acesso no âmbito da realização do seu trabalho ou como resultado das suas funções na empresa. Estas obrigações e estes deveres mantêm-se em vigor, mesmo depois do fim da relação laboral entre a empresa e o colaborador. Os parceiros de negócio assumem, por regra, as mesmas obrigações de confidencialidade.

Para as questões específicas relacionadas com a confidencialidade e privacidade dos dados pessoais, algumas empresas da Sonaecom têm designado um *Chief of Personal Data Protection Officer* (CPDPO) que:

- Tem a responsabilidade da execução e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis ao processamento de dados.
- Atua em nome da empresa na interação com a autoridade reguladora nacional para a proteção de dados (CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados).
- Promove a adoção dos princípios de proteção de dados, em linha com as normas internacionais e as melhores práticas.

Falha de Produto-Serviço (Responsabilidade Civil Profissional)

Considerando que as empresas da Sonaecom são orientadas para o cliente, assumem particular relevância as potenciais falhas que os produtos ou serviços disponibilizados podem ter nos clientes, as quais, ainda que intrínsecas aos respetivos negócios, podem gerar responsabilidade civil profissional. Os eventos de risco podem ser físicos (por exemplo, danos em equipamentos ou instalações) ou não-físicos (por exemplo, erro numa instalação de *software*), e estão normalmente relacionadas com acidentes, atos involuntários, erros ou omissões de colaboradores ou subcontratados.

A estratégia de gestão do risco adotada para este tipo de risco consistiu, além da implementação de controlos internos, na transferência do risco para as seguradoras. Neste contexto, a Sonaecom continua a levar a cabo as ações desenhadas e implementadas em anos anteriores relacionadas com os seguros de responsabilidade civil profissional, e que consistem:

- Na implementação de melhorias em alguns controlos internos, para diminuir, adicionalmente, as causas do risco;
- Na renovação do seguro de responsabilidade civil profissional existente que incorpora um âmbito alargado de coberturas e é adaptado às realidades de negócio que as empresas SSI e Media enfrentam;
- Na subscrição adicional de seguros de responsabilidade profissional para as participadas da WeDo Technologies, melhorando a cobertura em certas localizações mundiais onde a apólice geral de seguros não se aplica devido a restrições legais.

Riscos financeiros

Os negócios da Sonaecom estão expostos a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações, dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito (mais detalhadamente descritos e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

A política de gestão de riscos financeiros é determinada pelo Conselho de Administração, sendo os riscos identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria.

Além de uma política de gestão de cada um dos riscos identificados e da implementação de mecanismos de controlo para os identificar e determinar, a Sonaecom utiliza, entre outros, coberturas naturais, seguros de crédito e, pontualmente, instrumentos financeiros derivados para cobertura. A postura do Grupo relativamente à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente não recorrendo a instrumentos financeiros com propósitos especulativos e recorrendo unicamente a instituições financeiras de elevada qualidade creditícia.

Riscos legais, fiscais e regulatórios

A Sonaecom e os seus negócios dispõem de assessoria legal e fiscal permanente e dedicada às especificidades da respetiva atividade, que funciona na dependência da gestão e desenvolve as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, de forma a assegurar preventivamente, a proteção dos interesses da Sociedade e dos negócios no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação de boas práticas. As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada, participando em ações de formação e atualização, de iniciativa interna e externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível internacional e nacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

As empresas da SSI enfrentam um risco relevante relacionado com o processo de internacionalização, emergente do facto de estarem presentes em vários países, o que envolve riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país.

As empresas da SSI estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e sectoriais de cada mercado onde operam, estando, naturalmente, expostas ao risco decorrente de eventuais alterações regulatórias ou legislativas que possam condicionar a condução dos negócios e, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A Sonaecom colabora com as autoridades com vista à definição do melhor enquadramento legal e regulatório que, de acordo com o ponto de vista da sociedade, promova o desenvolvimento do sector das TIC em Portugal, colaboração essa que assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O processo de gestão de risco é suportado por uma metodologia consistente e sistemática, baseada na norma internacional *Enterprise Risk Management - Integrated Framework*, emitida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). Esta metodologia visa identificar os riscos do negócio, averiguar quais as suas causas, medir triggers, gerir os riscos identificados e, por fim, monitorizar esses mesmos riscos.

Em linha com esta metodologia geral, a gestão e o controlo dos riscos principais da Sonaecom são conseguidos através das principais abordagens e dos métodos de seguida apresentados:

No que respeita à Gestão dos Riscos Corporativos, a abordagem permite que os negócios da Sonaecom atribuam prioridades e identifiquem riscos críticos que possam comprometer o seu desempenho e os seus objetivos, e adotar ações para gerir esses riscos, dentro dos níveis predefinidos de aceitação. Tal é conseguido através da monitorização constante dos riscos e da implementação de determinadas medidas corretivas.

Em relação à Gestão da Segurança da Informação, a implementação de processos de Gestão da Segurança da Informação destina-se a gerir os riscos associados à disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade da informação. Pretende-se, com a mesma, desenvolver e manter a Política de Segurança da Informação, verificar a conformidade dos procedimentos com a política, desenvolver programas de formação e consciencialização e estabelecer e monitorizar KPIs de Segurança da Informação.

Finalmente, no que respeita aos Ciclos ou Processos de Gestão do Risco específicos, o desenvolvimento de ciclos/processos de gestão de risco específicos permite a mitigação de riscos críticos que possam afetar determinados processos, áreas ou entidades, posicionando-os nos níveis definidos pela equipa de gestão. Adicionalmente, identifica e monitoriza outros riscos operacionais que a gestão considere relevantes.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação financeira

A Sonaecom reconhece que, tal como sucede com outras empresas cotadas com atividades semelhantes, está potencialmente exposta a riscos relacionados com os processos de *reporting* financeiro e de contabilidade, para além dos outros riscos financeiros, já atrás expostos. A atitude da Sonaecom em relação à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, a qual se manteve durante o ano de 2014.

Assim, a Sonaecom está empenhada em manter um ambiente de controlo interno eficaz no processo de *reporting* financeiro, procurando, de forma sistemática, identificar e melhorar os processos mais relevantes respeitantes à preparação e divulgação de informação financeira, com o objetivo de transparência, consistência, simplicidade e materialidade. O objetivo do sistema de controlo interno é o de assegurar uma garantia

razoável em relação à preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do *reporting* financeiro.

O sistema de controlo interno para a contabilidade e preparação das demonstrações financeiras inclui os controlos-chave de seguida indicados:

- I. O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, os critérios para a preparação e divulgação dos mesmos estão devidamente estabelecidos e aprovados, e são revistos periodicamente;
- II. Existem três principais tipos de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação (controlos ao nível de TI) e controlos processuais (controlos ao nível de processos). Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o relato financeiro da empresa;
- III. A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 5.2, nota 1), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- IV. Os planos, procedimentos e registos do grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura, também, que a empresa mantém um registo atualizado de ativos, que o acesso a esses ativos depende de uma autorização da gestão, e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- V. Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos pormenorizadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e as políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- VI. As demonstrações financeiras do grupo são preparadas e analisadas pelo departamento Financeiro e de Contabilidade, sob a supervisão do Conselho de Administração do grupo. O Relatório de Gestão e o Relatório de Governo da Sociedade são preparados pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte, com o apoio e fiscalização do Diretor de Governo da Sociedade e do departamento Jurídico. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonaecom. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a respetiva certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria Externa. Estes documentos são enviados, em conjunto com o Relatório Anual, para serem revistos pelo Conselho Fiscal, que aprova os documentos e emite o Relatório e o parecer do Conselho Fiscal.

As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas nas notas às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e na melhor experiência de eventos passados e/ou presentes. Os saldos e as transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras. No anexo ao Relatório é apresentada uma lista de todas as partes relacionadas com o grupo Sonaecom. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Poder-se-á consultar informação mais específica sobre a forma como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras.

IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

O departamento de Relação com Investidores é responsável pela gestão da relação da Sonaecom com a comunidade financeira – investidores atuais e potenciais, analistas e autoridades do mercado – e tem como objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos e a compreensão do grupo Sonaecom através da divulgação de informação relevante, atempada e fidedigna.

O departamento é responsável pela preparação regular de apresentações e comunicações de resultados trimestrais, semestrais e anuais. De igual forma, é também da sua responsabilidade a preparação, sempre que necessário, de comunicados sobre questões relevantes para o mercado que possam de alguma forma influenciar a cotação dos títulos da Sonaecom.

Qualquer pessoa interessada pode dirigir-se ao departamento de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

Carlos Alberto Silva
Tel: (+351) 22 010 2349
Fax: (+351) 22 011 8561
Email: carlos.alberto.silva@sonae.com / investor.relations@sonae.com
Morada: Edifício 1.A Lugar do Espido – Via Norte – 4471-909 Maia
Website: www.sonae.com

57. Representante para as relações com o mercado

O representante para as relações com o mercado de capitais e Euronext é António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier, que pode ser contactado por telefone ou endereço de e-mail:

Tel: (+351) 22 010 2349
Fax: (+351) 22 011 8561
E-mail: antonio.xavier@sonae.com / investor.relations@sonae.com
Morada: Edifício 1.A Lugar do Espido – Via Norte – 4471-909 Maia

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores
O Departamento de Relação com Investidores recebeu, em 2014, um número de pedidos de informação normal tendo em consideração a dimensão da sociedade no mercado de capitais. Estes pedidos de informação foram solicitados quer por e-mail ou carta postal, quer por telefone. Sem prejuízo da complexidade da questão, a resposta a estes pedidos foi fornecida, em média, até dois dias após o pedido de informação.

V - Sítio de Internet

59. Endereço

Endereço eletrónico da sociedade: www.sonae.com

60. Local onde se encontra a informação mencionada no Artº 171º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/>

61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-administracao-e-fiscalizacao/>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso

Endereços eletrónicos: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/equipa-de-gestao/>
<http://www.sonae.com/investidores/contactos/>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas: <http://www.sonae.com/investidores/informacao-financieira/relatorios/>

Calendário de Eventos Societários: <http://www.sonae.com/investidores/calendario-do-investidor/>

64. Local onde são divulgados a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/assembleia-geral/>

65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/assembleia-geral/>

D. Remunerações

I - Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos restantes órgãos sociais e dirigentes, em representação dos acionistas e de acordo com a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

II - Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos é composta por dois membros: Paulo Azevedo, em representação da Sonae SGPS, S.A. e Francisco de la Fuente Sánchez, em representação da Sontel BV.

A sociedade não contratou quaisquer entidades, para que, numa base regular e neste âmbito, prestassem apoio à Comissão de Vencimentos.

Na determinação da política retributiva, a Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de *benchmarking* em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados pelos consultores especializados, internacionalmente reconhecidos, Mercer e Hay Group, e pelas sociedades incluídas no PSI-20 do Portuguese Stock Index, de forma a assegurar que a política de remuneração e compensação dos órgãos sociais anualmente submetida à consideração da Assembleia Geral é adequada e consonante com os comparáveis do mercado.

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes em relação ao Órgão de Administração.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos elementos da Comissão de Vencimentos da Sonaecom estão espelhadas nos seus *curricula*, constantes no Anexo II deste Relatório e permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo cada um as adequadas atribuições para o exercício das suas funções.

III – Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remuneração da Sonaecom está estruturada num equilíbrio entre o desempenho dos administradores executivos em relação aos objetivos traçados e o posicionamento em relação ao mercado e situações comparáveis. As propostas de remuneração dos membros dos órgãos estatutários são formuladas, tendo em consideração (i) a comparação geral do mercado, (ii) as práticas de empresas comparáveis, incluindo outras unidades de negócio do grupo que apresentem situações comparáveis e (iii) a responsabilidade individual e avaliação do desempenho de cada administrador executivo.

A política de remuneração e compensação da Sonaecom constitui, assim, um instrumento que promove o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos acionistas, na medida em que no conjunto das componentes remuneratórias, se encontra destacada a parte variável, cujo valor depende do desempenho individual e do desempenho da Sociedade. Desta forma, incentiva-se uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e a adoção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos.

A política de remuneração incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada Key Performance Indicator (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, incluindo membros executivos e não executivos, quando aplicável, e demais órgãos sociais, que submete depois a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. Os membros da Comissão de Vencimentos são eleitos em Assembleia Geral, cabendo a este órgão a fixação da respetiva remuneração.

No âmbito dos princípios que regem o governo societário, foram definidos princípios orientadores da política de remuneração, os quais foram refletidos na Política de Remuneração e Compensação atualmente em vigor (e que se encontra disponível para consulta em <http://other.static.sonae.com/2014/07/31/Prop5PT/Prop5PT.pdf?download=1>), aprovada na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 24 de abril de 2014, e que se rege pelos princípios a seguir descritos.

Caraterísticas da política de remuneração:

Competitiva:

Na Sonaecom, a política remuneratória é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, comparações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e nos mercados europeus. Atualmente servem de referente os estudos de mercado da Mercer e da HayGroup.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o PSI-20.

O pacote remuneratório atribuído a administradores executivos é definido por comparação com o mercado, utilizando para o efeito estudos de mercado sobre pacotes remuneratórios de quadros de topo em Portugal e na Europa, procurando que, para situações comparáveis de mercado, a remuneração fixa se situe no valor mediano de mercado e a remuneração total próxima do terceiro quartil de mercado.

Ligada ao desempenho:

Uma parte considerável da remuneração dos administradores executivos da Sonaecom é determinada pelo grau de sucesso da Sociedade. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual, quer coletivo. Em caso de não concretização de objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, será reduzido total ou parcialmente o valor de incentivos de curto e médio prazo.

Alinhada com os interesses dos acionistas:

Parte da remuneração variável dos administradores executivos é paga em ações e diferida por um período de 3 anos.

Considerando que o valor das ações se encontra ligado ao desempenho da Sociedade, a remuneração paga será afetada pela forma como o administrador executivo contribui para aquele resultado. Desta forma, é assegurado um alinhamento do administrador com os interesses do acionista e com o desempenho a médio prazo.

Transparente:

Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente interna e externamente através da publicação de documentação no sítio na Internet. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

Razoável:

A remuneração dos administradores executivos pretende ser razoável, assegurando um equilíbrio entre os interesses da Sociedade, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos colaboradores e a necessidade de retenção de talento.

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 24 de abril de 2014, dando continuidade à política até então prosseguida de forma consistente, ao aprovar a Política de Remuneração e Compensação em vigor, manteve ainda os seguintes princípios:

- não atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria;

- não consagração de qualquer sistema específico de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

A Sonaecom procede anualmente a uma revisão da política remuneratória como parte do processo de gestão de risco, com vista a certificar-se que a política remuneratória se encontra em total conformidade com o perfil de risco desejado. Relativamente ao ano de 2014, não foram detetadas práticas de pagamento que coloquem riscos relevantes à Sociedade.

No desenho da política retributiva foi tida em consideração a necessidade de controlo de comportamentos que impliquem assunção de riscos excessivos, atribuindo uma relevância significativa, mas simultaneamente equilibrada, à componente variável, vinculando desta forma a remuneração individual ao desempenho coletivo.

Na Sonaecom existem procedimentos de controlo interno relativamente à política retributiva, com o objetivo de identificar potenciais riscos colocados pela própria política retributiva. Por um lado, a estrutura da remuneração variável encontra-se desenhada de tal forma que desincentiva comportamentos de risco, na medida em que a remuneração se encontra ligada à avaliação de desempenho. A existência de KPIs objetivos permite que este método funcione como um mecanismo de controlo eficiente. Por outro lado, a política adotada não permite a celebração de contratos que visem minimizar a razão de ser do MTIP (Medium Term Incentive Plan). Tal restrição inclui a celebração de transações com o objetivo de eliminar ou mitigar o risco de variação do valor das ações.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta, exclusivamente, por uma componente anual fixa estabelecida de acordo com as práticas comparáveis do mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários-padrão para serviços similares, por referência à prática do mercado, sob proposta do Conselho Fiscal.

70, 71, 72 e 73. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Política de Remuneração e Compensação aplicável aos membros dos Órgãos Sociais da sociedade e aos seus Dirigentes adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade.

O conteúdo dos indicadores de desempenho, dos quais depende a componente variável da remuneração, e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Assim, e relativamente a cada exercício social são avaliadas a atividade da empresa, a performance e os contributos individuais para o sucesso coletivo que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada membro.

A remuneração fixa dos Administradores Executivos é assim, definida em função do nível de responsabilidade do membro do Conselho de Administração, sendo paga 14 vezes por ano (em prestações mensais) e sendo objeto de revisão anual.

De acordo com a política remuneratória da sociedade, além da remuneração fixa, os administradores executivos participam de um plano de incentivos, também designado por prémio variável. Esta componente variável subdivide-se em duas parcelas:

- Remuneração Variável de Curto Prazo (RVCP): este prémio é atribuído no primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que diz respeito e vinculado ao desempenho do ano anterior, visando orientar e recompensar a administração executiva pelo cumprimento de objetivos pré-determinados. Pode ser pago sob a forma de distribuição de lucros.
- Remuneração Variável de Médio Prazo (RVMP) ou MTIP: esta compensação é diferida por 3 anos, sendo o montante apurado dependente da evolução da cotação das ações, visando promover uma ligação da remuneração ao desempenho de médio prazo e alinhamento com os interesses dos accionistas.

A componente variável da remuneração dos Administradores Executivos tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respetivo valor está dependente da consecução de objetivos, o seu pagamento não se encontra garantido. O prémio variável é determinado anualmente,

variando o valor do objetivo pré-definido entre 33% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da remuneração variável), sem prejuízo de, em termos consolidados, o peso efetivo da componente variável total na remuneração dos administradores executivos da Sonaecom não ultrapassar 50% da remuneração total anual. Deste montante, cerca de 70% é determinado pelos KPIs de negócio, económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objetivos que se encontram divididos em KPIs coletivos e departamentais. Os KPIs coletivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sonae. Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, sendo diretamente influenciados pelo desempenho do administrador executivo. Os restantes 30% são determinados pela verificação do cumprimento de KPIs pessoais, incluindo, quer indicadores objetivos, quer indicadores subjetivos. O resultado dos KPIs departamentais de negócio e dos KPIs individuais pode variar entre 0% e 120 % do objetivo previamente definido. Reunindo todas as componentes, o valor do prémio tem como limite mínimo 0% e máximo 140% do objetivo de prémio previamente definido.

Esta remuneração variável pode ser paga em dinheiro, em ações, ou ainda em dinheiro e ações.

A RVMP destina-se a recompensar a lealdade dos Administradores Executivos à sociedade, alinhando os seus interesses com os dos acionistas, e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global da organização.

Uma vez atribuída a remuneração variável, em função dos resultados referentes ao ano anterior, parte desse valor é integrado no plano de RVMP. O vencimento desta componente do prémio variável encontra-se condicionada à manutenção do vínculo profissional entre o administrador e a empresa pelo período de 3 anos, bem como ao continuado desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com critérios a fixar, para cada triénio, pela Comissão de Vencimentos.

Adicionalmente, nos casos de distribuição de dividendos, de alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social, durante o período de diferimento, o número de ações do plano será ajustado para o número de ações que, considerando as referidas modificações, seja equivalente ao número de ações inicial, pretendendo-se desta forma manter um alinhamento com o retorno total obtido ("*Total Shareholder Return*"). **Na data do vencimento, as ações serão entregues, apenas no caso de se verificar o cumprimento do critério de desempenho positivo da sociedade acima indicado, com um desconto que pode variar entre 90% e 100%, mantendo a sociedade a opção pela entrega, em substituição, de um valor correspondente em dinheiro.**

A remuneração dos administradores não-executivos, quando os haja, é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, estabelecido tendo em conta os valores praticados pelo mercado. Assim, para cada administrador não executivo, cerca de 15% da remuneração fixa estará dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração. Adicionalmente, é atribuído um subsídio de responsabilidade anual. A remuneração fixa poderá ser incrementada até 6% quando os administradores não executivos presidam a uma Comissão especializada do Conselho de Administração. Não existirá qualquer remuneração a título de remuneração variável.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício Não aplicável. A Sociedade não atribuiu remuneração variável baseada em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os principais parâmetros e fundamentos do sistema de remuneração variável encontram-se descritos na política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 24 de abril de 2014, disponível no *website* da sociedade www.sonae.com, no endereço: http://other.static.sonae.com/2014/07/31/Extracto_da_Acta_AG_Sonaecom_24042014_Portugu_s/Extracto_da_Acta_AG_Sonaecom_24042014_Portugu_s.pdf?download=1

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais e dos dirigentes da sociedade

Não aplicável. A Sociedade não tem qualquer regime complementar de pensões ou reforma antecipada para administradores e não há a atribuição de qualquer benefício não pecuniário relevante.

IV - Divulgação das remunerações

77, 78 e 79. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros os Órgãos de Administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum e remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

A remuneração de cada um dos administradores da Sonaecom, atribuída pela sociedade e pelas sociedades dominadas e em relação de grupo, nos anos de 2014 e 2013, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

Valores em euros	2014				2013			
	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total
Desagregação individual								
Administradores Executivos								
Ángelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério (CEO)	162.018	125.100	125.100	412.218	287.190	302.800	302.800	892.790
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	147.332	75.415	75.415	298.162	147.442	67.300	67.300	282.042
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier	198.320	-	-	198.320	198.430	-	-	198.430
	507.670	200.515	200.515	908.700	633.062	370.100	370.100	1.373.262
Administradores Não-Executivos								
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente) ⁽¹⁾	18.940	-	-	18.940	60.710	-	-	60.710
Jean François René Pontal ⁽²⁾	11.730	-	-	11.730	39.730	-	-	39.730
David Charles Denholm Hobley ⁽²⁾	10.790	-	-	10.790	37.300	-	-	37.300
António Maria Theotonio Pereira Sampaio Mello ⁽²⁾	10.790	-	-	10.790	35.970	-	-	35.970
Nuno Manuel Moniz Trigo Santos Jordão ⁽³⁾	-	-	-	-	11.748	-	-	11.748
Frank Emmanuel Dangeard ⁽²⁾	10.530	-	-	10.530	34.830	-	-	34.830
Gervais Pellissier ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
	62.780	-	-	62.780	220.288	-	-	220.288
Total	570.450	200.515	200.515	971.480	853.350	370.100	370.100	1.593.550

- (1) Os valores atribuídos a Duarte Paulo Teixeira de Azevedo em 2014 e 2013, indicados na tabela acima, referem-se a serviços de gestão cobrados pela Sonae à Sonaecom. Os valores cobrados pela Sonae à Sonaecom representam o custo equivalente dos seus serviços centralizados na Sonae SGPS em 2014 e 2013; Duarte Paulo Teixeira de Azevedo renunciou aos cargos exercidos na Sonaecom em 30.04.2014.
- (2) Os valores atribuídos em 2014 aos Administradores Não -Executivos representam apenas 4 meses. Estes administradores renunciaram aos cargos exercidos na Sonaecom em 30.04.2014.
- (3) Os valores atribuídos em 2013 a Nuno Manuel Moniz Trigo Santos Jordão (até ter renunciado ao cargo em 09.05.2013) indicados na tabela acima, referem-se a serviços de gestão cobrados pela Sonae à Sonaecom. Os valores cobrados pela Sonae à Sonaecom representam o custo equivalente dos seus serviços centralizados na Sonae SGPS em 2013.

Participação dos administradores no MTIP

	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2013	Diferidas Total
Data de atribuição	10 mar 2011	09 mar 2012	08 mar 2013	10 mar 2014	
Ações Sonaecom ⁽⁴⁾					
Cotação na data de atribuição ⁽¹⁾	1.399	1.256	1.505	-	
Cotação na data de vencimento	-	-	-	-	
Cotação em 31.12.2014 ⁽²⁾	-	1.450	1.450	1.450	
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)					
Nº de ações em 01.01.2014	150 417	168 240	96 070	-	414 727
Nº de ações em 31.12.2014	-	-	-	-	-
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Nº de ações em 01.01.2014	55 647	53 265	33 624	-	142 536
Nº de ações em 31.12.2014	-	-	-	-	-
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier					
Nº de ações em 01.01.2014	-	-	-	-	-
Nº de ações em 31.12.2014	-	-	-	-	-
Total					
Nº de ações em 01.01.2014	206 064	221 505	129 694	-	557 263
Nº de ações em 31.12.2014	-	-	-	-	-
Ações Sonae SGPS ⁽⁴⁾					
Cotação na data de atribuição ⁽¹⁾	0.811	0.401	0.701	1.337	
Cotação na data de vencimento	1.333	-	-	-	
Cotação em 31.12.2014 ⁽³⁾	1.024	1.024	1.024	1.024	
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)					
Nº de ações em 01.01.2014	173 401	348 961	133 850	-	656 212
Nº de ações em 31.12.2014	-	712 913	339 898	232 692	1 285 503
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Nº de ações em 01.01.2014	41 239	71 024	30 116	-	142 379
Nº de ações em 31.12.2014	-	185 178	101 776	51 718	338 672
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier					
Nº de ações em 01.01.2014	-	-	-	-	-
Nº de ações em 31.12.2014	-	-	-	-	-
Total					
Nº de ações em 01.01.2014	214 640	419 985	163 966	-	798 591
Nº de ações em 31.12.2014	-	898 091	441 674	-	1 339 765
Valores					
CEO					
Valor na data de atribuição	351 062	351 243	238 414	-	940 719
Valor na data de vencimento	231 144	-	-	-	231 144
Valor em 31.12.2014	-	730 023	348 056	238 277	1 316 355
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Valor na data de atribuição	111 295	95 381	71 715	-	278 392
Valor na data de vencimento	54 972	-	-	-	54 972
Valor em 31.12.2014	-	189 625	104 219	52 959	346 803
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier					
Valor na data de atribuição	-	-	-	-	-
Valor na data de vencimento	-	-	-	-	-
Valor em 31.12.2014	-	-	-	-	-
Total					
Valor na data de atribuição	462 357	446 624	310 130	-	1 219 110
Valor na data de vencimento	286 115	-	-	-	286 115
Valor em 31.12.2014	-	919 648	452 274	291 236	1 663 158

(1) Cotação média do mês anterior à data de atribuição;

(2) No dia 9 de janeiro de 2014, a cotação atingiu um máximo de 2,651 euros e em 17 de dezembro de 2014 um mínimo de 1,27 euros;

(3) No dia 12 de novembro de 2014, a cotação atingiu um máximo de 1,058 euros e em 16 de outubro de 2014 um mínimo de 0,942 euros.

(4) Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014 (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Compensações auferidas pelos administradores em empresas do grupo

Montante (em euros)	Sonaecom		Sonae SGPS		Total
	Função	Total Remuneração	Função	Total Remuneração	
Nome					
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	CEO	412.218	Executivo	628.682	1.040.900
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo ⁽¹⁾	Presidente	18.940	CEO	1.253.660	1.272.600

(1) Os dados da tabela referem-se aos valores atribuídos por cada empresa do Grupo, independentemente de onde foram processados e pagos os respetivos valores.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício. Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a titulares do órgão de administração relativamente à cessão de funções durante o exercício de 2014 e 2013.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Fiscalização da sociedade

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão no exercício de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014	2013
Valores em euros		
Desagregação individual		
Conselho Fiscal		
Arlindo Dias Duarte Silva	9.900	10.010
Armando Luis Vieira Magalhães	7.900	8.010
Óscar José Alçada Quinta	7.900	8.010
Jorge Manuel Felizes Morgado	-	-
Total	25.700	26.030

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Assembleia Geral

O presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração anual fixa de 5.000 euros e o secretário auferiu a remuneração anual fixa de 1.500 euros.

V - Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administradores e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes que estabeleçam direito a compensação por destituição sem justa causa, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes que estabeleçam direito a indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI - Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ("stock options")

85 e 86. Identificação do plano e dos respetivos destinatários. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Remuneração Variável de Médio Prazo – RVMP

Enquadramento

A RVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos Colaboradores e dos Administradores Executivos com a Organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonaecom.

A RVMP é aplicável às empresas da Sonaecom. Relativamente ao Público – Comunicação, Social, S.A. e às empresas por este detidas, as situações de atribuição são bastante restritas, não sendo previsível o seu alargamento.

Características gerais do plano de incentivo de médio prazo

A atribuição da RVMP está condicionada às regras de elegibilidade do Plano de Incentivo de Médio Prazo (Plano) descritas neste Relatório.

As condições gerais do Plano e alterações significativas ao mesmo são definidas previamente pela Comissão de Vencimentos e aprovadas em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração. A aplicação aos administradores executivos é aprovada pela Comissão de Vencimentos no âmbito da Política de Remuneração também aprovada em Assembleia Geral.

Elegibilidade

São elegíveis para efeitos da RVMP da Sonaecom, os Colaboradores que, à data de 31 de Dezembro do ano a que reporta a avaliação de performance, integram um dos Grupos Funcionais (GF) igual ou superior a 6.

O acesso ao GF6, por admissão ou promoção de Grupo Funcional, não confere por si só, o direito à atribuição de RVMP. A decisão de atribuição, bem como o valor a atribuir (percentagem da Remuneração Fixa Anual) - para os efeitos previstos neste Plano - são ponderados com base na variação do pacote retributivo do colaborador(a) em causa. Sugere-se que na primeira atribuição de RVMP, o valor seja igual ou inferior a 50% do máximo indicado para este mesmo GF.

Definição do valor de referência da RVMP

Para os colaboradores enquadrados nos Grupos Funcionais 1 e 2 o valor de referência da RVMP corresponde a uma percentagem da Remuneração Variável Total, definida individualmente, tendo em consideração nomeadamente o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos.

O valor de referência aplicável aos administradores executivos (GF1 e GF2) é aprovado pela Comissão de Vencimentos. Quanto aos colaboradores do GF3, o valor de referência é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Os órgãos competentes podem determinar alterações ao valor individual da RVMP a atribuir, sempre que entendam que este não é adequado ao caso em consideração.

Desde o momento da atribuição da RVMP, até ao seu recebimento, o valor da compensação a auferir varia diretamente em função de uma carteira padrão de ações e do *Total Shareholder Return* constituída por ações da Sonaecom e/ou da holding - Sonae SGPS, S.A. (Sonae), estando este recebimento condicionado ao continuado desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com os critérios a fixar, para cada triénio, pela Comissão de Vencimentos.

Para os colaboradores enquadrados nos Grupos Funcionais 3, 4, 5 e 6, o valor de referência da RVMP corresponde a uma percentagem da Remuneração Fixa Anual. Nestes casos, o valor de referência é definido individualmente, tendo em consideração o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos.

No caso de colaboradores que auferem remuneração variável mensal (comissões), o valor de referência da RVMP será calculado com base no valor total anual de comissões, considerando os valores máximos atribuídos aos outros colaboradores do mesmo Grupo Funcional, podendo a Sonaecom decidir pelo seu ajustamento.

Grupo Funcional	% da R. Fixa Anual, que serve de referência à atribuição da RVMP
GF3	Até 65%
GF4	Até 60%
GF5	Até 50%
GF6	Até 45%

Duração do Plano

A RVMP é fixada anualmente, em função da remuneração variável atribuída, tendo cada plano a duração de três anos. A partir do início do terceiro Plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três Planos trienais.

Valorização da RVMP

A RVMP é valorizada à data de atribuição, tendo por base os preços da cotação dos títulos que compõem a carteira, no mercado de ações em Portugal. No caso dos títulos da Sonae, considera-se para o efeito o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou a cotação média, considerando-se a cotação de fecho nas 30 sessões de bolsa anteriores à data de realização daquela Assembleia. No caso dos títulos da Sonaecom, considera-se o valor médio da cotação das ações no fecho das 30 sessões de bolsa anteriores à data de atribuição.

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social da respetiva empresa, ou qualquer outra modificação na estrutura do capital social com expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações cujo direito de aquisição tenha sido atribuído, poderá ser ajustado para um número de ações que, considerando as referidas modificações, seja equivalente ao número de ações inicial.

Vencimento da RVMP

Na data de vencimento dos planos - três anos após a atribuição -, o pagamento é feito sob a forma de entrega de ações ou desconto na compra de ações.

No momento do pagamento da RVMP, a sociedade que atribui a RVMP reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro, uma vez cumprida a política de retenção abaixo descrita, quando aplicável.

Política de Retenção de Ações

No caso dos membros Administradores Executivos (GF1 e GF2), aplica-se a seguinte política de retenção de ações (*SH&R Policy - Share Holding & Retention Policy*):

Cada administrador executivo deverá reter obrigatoriamente 50% das ações entregues em cada Plano, até manter de forma permanente, um número de ações equivalente ao valor de 2 (dois) salários fixos anuais. A obrigatoriedade de retenção das ações entregues em cada plano cessa a partir do momento em que o administrador em questão mantenha, de forma permanente, um número de ações equivalente ao objetivo definido, quer por via dos Planos atribuídos, quer pela aquisição pessoal de ações. A inclusão destas últimas ações para este efeito, será opcional e da exclusiva decisão do respetivo administrador, devendo neste caso informar a Sonaecom desta intenção e fornecer a necessária informação sobre as mesmas. Entende-se como salário anual para este efeito, a remuneração base mensal paga 14 vezes por ano.

Esta política aplicou-se inicialmente e de forma transitória aos planos de 2004_05/2008 e de 2005_06/2009 com uma retenção de 20% das ações, passando esta retenção a ser de 50% a partir do plano de 2006 e subsequentes.

A política de retenção de ações é da gestão individual dos colaboradores abrangidos e será acompanhada pela Direção de Recursos Humanos e pela Direção Administrativa e Financeira.

Os administradores executivos da Sociedade não devem celebrar contratos com a Sociedade ou terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

Condições do exercício do direito

O direito à RVMP caduca quando o colaborador deixa de ter uma relação jurídico-laboral ou de administração com a Sonaecom e/ou a empresa que representa a sub-holding a que pertence, ou com quaisquer outras sociedades dependentes destas, direta ou indiretamente. Nos casos de incapacidade permanente ou morte do colaborador ou administrador, o direito manter-se-á em vigor, sendo a RVMP valorizada considerando os preços em vigor no mercado, e o valor resultante será entregue ao Colaborador ou aos seus herdeiros legais. Em caso de reforma, os direitos do Colaborador, ao abrigo da RVMP, mantêm-se em vigor até à data da sua conclusão.

87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (stock options) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital, na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não existem mecanismos de controlo previstos.

E. Transações com Partes Relacionadas

I - Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)

A Sonaecom pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

Neste sentido, a Sonaecom, tem procedimentos especificamente definidos para a prevenção de conflitos de interesses com um procedimento de interação entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal e pelo qual são prestados esclarecimentos para a salvaguarda de que a transação é realizada em condições normais de mercado.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Em 23 e 24 de janeiro de 2014, no âmbito da Oferta Pública de Aquisição lançada pela Sonaecom e nos termos autorizados pela CMVM, alguns Dirigentes e pessoas relacionadas com a Sonaecom alienaram um total de 1.454.134 ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom à Sonae – SGPS, S.A.. Mais informação sobre esta transação poderá ser encontrada no comunicado divulgado ao mercado em 24 de janeiro de 2014 e disponível em <http://www.sonae.com/investidores/comunicados/>.

Esta operação, assim como as restantes operações realizadas, respeitaram as condições normais de mercado e foram avaliadas pelo Conselho Fiscal. Para além desta operação, não se realizaram outras transações com qualquer membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização durante o exercício de 2014.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização, para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Artigo 20.º do CVM

As transações com titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários são formalmente submetidas ao parecer prévio do Conselho Fiscal se de valor superior a 10 milhões de euros. Adicionalmente, todas as transações com partes relacionadas que excedam o valor de 1 milhão de euros são ainda objeto de reporte trimestral ao Conselho Fiscal.

II - Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24 ou, alternativamente, reprodução dessa informação

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontram-se descritos na nota 34 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2014.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013 de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades da CMVM, de 2013.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2014.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelo artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, pelo Artº 245-A do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM.

A Sociedade adotou o Código do Governo das Sociedades publicado pela CMVM em julho de 2013.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

O modelo de governo adotado na Sonaecom permitiu o normal funcionamento do Conselho de Administração, não tendo sido reportada por outros órgãos sociais a existência de constrangimentos ao livre exercício das suas funções.

O Conselho Fiscal exerceu a sua competência fiscalizadora, tendo recebido o adequado apoio do Conselho de Administração para esse efeito, através da disponibilização regular de informação.

O Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e Certificação Legal das Contas, em interação com o Conselho Fiscal, no quadro das respetivas competências e responsabilidades e com plena colaboração do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração tem vindo a exercer a sua atividade em diálogo com o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, prestando a colaboração solicitada com transparência e rigor, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

PARTE III – ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

De acordo com as recomendações sobre governo das sociedades, publicadas em julho de 2013 pela CMVM, esta secção descreve pormenorizadamente as funções, responsabilidades e composição dos órgãos de governação da Sonaecom. Entre outros assuntos, esta secção inclui também uma descrição e explicação detalhada da política de remunerações e das posições acionistas detidas pelos administradores da Sociedade.

Divulgação do local onde a informação é publicada

Os textos integrais contendo as atuais regras de governo da Sonaecom – com fonte regulamentar, recomendatória ou de natureza voluntária, incluindo o código de conduta e, em particular, as normas internas sobre transação de ações e conflitos de interesse – são disponibilizados ao público em geral através do *website*: www.sonae.com e do *website* da CMVM: www.cmvm.pt.

Recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades

De seguida, apresenta-se um resumo das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades publicadas em julho de 2013 e o respetivo nível de cumprimento por parte da Sonaecom, a 31 de dezembro de 2014.

I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE

1.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade incentiva os seus acionistas à participação nas Assembleias Gerais, nomeadamente ao atribuir a cada ação um voto, ao não limitar o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista e ao pôr à disposição dos acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência por via postal ou por via eletrónica.

Adicionalmente, a sociedade disponibiliza no seu website, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos acionistas para assegurar a sua presença na assembleia, bem como faculta um endereço eletrónico para o esclarecimento de todas as dúvidas e destinado à receção de todas as comunicações de participação na Assembleia Geral.

1.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Recomendação integralmente adotada.

O quórum definido nos estatutos da sociedade corresponde ao mínimo requerido por lei.

1.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade não tem qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o mencionado desfasamento.

1.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Recomendação integralmente adotada.

Os estatutos da sociedade não preveem qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista.

1.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade não adotou quaisquer medidas que se enquadrem na recomendação em apreço.

II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho – a qual resultou da deliberação tomada pelos acionistas da Sociedade na Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014, que reduziu o número de membros deste órgão para três -, não se justifica a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado.

Dessa forma, a gestão da sociedade é exercida colegialmente pelo Conselho de Administração, enquanto órgão responsável por gerir os negócios da sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, monitorizar os riscos, desenvolver os objetivos e estratégia da organização. Todos os seus membros exercem, assim, funções executivas. A SSI, sub-holding do grupo, tem uma Comissão Executiva, presidida pela administradora Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, a quem, da mesma forma, compete o exercício de funções executivas na área de *Online & Media*.

II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Recomendação integralmente adotada.

Tais responsabilidades não estão delegadas, competindo na íntegra ao Conselho de Administração.

II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.

Recomendação não aplicável.

A Sonaecom não adotou este modelo de governação.

II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:

- Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;
- Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho de Administração entende não se justificar a existência de comissão específica que tenha em vista assegurar uma avaliação do desempenho dos administradores executivos, face à atual dimensão da Sociedade, encontrando-se tal matéria já sob a alçada da Comissão de Vencimentos.

A sociedade mantém um Diretor de Governo, que reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, e que tem como responsabilidades centrais, avaliar a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria (cfr. detalhado na Parte I, parágrafo 29 supra).

II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.

Recomendação integralmente adotada.

Estes sistemas estão implementados pelo Conselho de Administração e são monitorizados pelo Conselho Fiscal.

II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Recomendação não adotada.

Face à atual dimensão da Sociedade, entende-se que não se justifica a existência de administradores não executivos, estando a supervisão e avaliação dos membros do órgão de administração sob alçada do Conselho Fiscal, enquanto órgão de supervisão da Sociedade.

II.1.7. Entre os administradores não-executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float.

A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Recomendação não adotada.

Face à sua atual dimensão, à estrutura acionista e à reduzida dispersão do capital social, a Sociedade considera não se justificar a existência de administradores independentes.

II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

Recomendação integralmente adotada.

Os administradores da Sociedade cumprem esta recomendação, facilitando as informações solicitadas de forma expedita, clara e completa.

II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

Não aplicável.

A Sociedade não dispõe de uma Comissão Executiva.

As convocatórias e as atas das reuniões da Conselho de Administração foram disponibilizadas ao Presidente do Conselho Fiscal.

II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

Recomendação não aplicável.

Todos os membros do Conselho de Administração da sociedade, incluindo o seu Presidente, exercem funções executivas, uma vez que, face à atual dimensão da Sociedade e à respetiva composição daquele órgão, se entendeu não ser adequada a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado.

Dessa forma, a gestão da sociedade é exercida colegialmente pelo Conselho de Administração, não existindo membros não executivos.

II.2. FISCALIZAÇÃO

II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Recomendação integralmente adotada.

O Presidente do Conselho Fiscal, tal como todos os membros deste órgão, são independentes, de acordo com os critérios estabelecidos no número 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e possuem as aptidões e experiência necessárias ao exercício das suas funções.

II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade cumpre integralmente o que está estipulado no Código das Sociedades Comerciais em termos das funções e funcionamento do Conselho Fiscal.

É da competência do Conselho Fiscal supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, rececionar primordialmente os seus relatórios, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal disponível no website da sociedade, no endereço <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-administracao-e-fiscalizacao/>.

II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho Fiscal da sociedade procede anualmente a esta avaliação.

II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Recomendação integralmente adotada.

Estes sistemas estão implementados e são monitorizados pelo Conselho Fiscal.

II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Recomendação integralmente adotada.

Os serviços de auditoria interna reportam funcionalmente e em separado ao Conselho Fiscal.

II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Recomendação integralmente adotada.

Os membros da Comissão de Vencimentos, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e Francisco de la Fuente Sánchez são independentes relativamente aos membros do Conselho de Administração e possuem conhecimento e experiência relevantes em matérias de política de remuneração.

Os curricula vitae dos membros da Comissão de Vencimentos, estão disponíveis no Anexo III deste Relatório.

II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Recomendação integralmente adotada.

A Sociedade não contrata para apoiar a Comissão de Vencimentos, na realização das suas funções, entidades que não sejam independentes face ao Conselho de Administração. A Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de benchmarking em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados por consultores internacionais de reconhecida competência, sendo a independência destes últimos assegurada, quer pelo facto de não possuírem qualquer vínculo com o Conselho de Administração, quer através da sua ampla experiência e estatuto reconhecidos no mercado.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:

- Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;
- Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;
- Informação quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Recomendação integralmente adotada.

A declaração sobre a política de remuneração foi apresentada à Assembleia Geral Anual de 24 de abril de 2014 e integra a informação referida nesta recomendação. Não são exigíveis pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

A declaração sobre a política de remunerações encontra-se disponível em <http://www.sonaecom.com/investidores/assembleias-gerais/> no endereço http://other.static.sonaecom.com/2014/07/31/Extracto_da_Acta_AG_Sonaecom_24042014_Portugu__s/Extracto_da_Acta_AG_Sonaecom_24042014_Portugu__s.pdf?download=1

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade inclui na sua proposta a aprovação do plano de atribuição de ações, acompanhando-a sempre do respetivo regulamento.

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

Recomendação não aplicável.

A sociedade não tem quaisquer planos de pensões de reforma em vigor.

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

Recomendação integralmente adotada.

A remuneração dos membros executivos do órgão de administração da sociedade baseia-se no seu desempenho efetivo e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Recomendação integralmente adotada.

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Vencimentos prevê que os membros não executivos do órgão de administração, quando existam, e os membros do órgão de fiscalização auferem unicamente uma componente de remuneração fixa. Deste modo, os membros do Conselho Fiscal não auferem remuneração variável nem participam no MTIP.

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Recomendação integralmente adotada.

A política de remuneração da sociedade contempla uma componente fixa e uma componente variável, tal como previsto nos principais indicadores de referência europeus. Em termos comparativos, a remuneração fixa é próxima da mediana e a remuneração total aproxima-se do terceiro quartil dos indicadores. A componente variável representa mais de 40% do total auferido. A componente variável mínima e máxima são pré-estabelecidas como percentagem da componente fixa sendo, como tal, estabelecidas de forma objetiva.

III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Recomendação integralmente adotada.

O MTIP, parte integrante da remuneração dos membros executivos do órgão de administração, baseia-se precisamente neste diferimento.

III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014, sob proposta da Comissão de Vencimentos, consignou o princípio estabelecido nesta recomendação, não devendo os administradores executivos da Sociedade celebrar contratos com a Sociedade ou terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

A Sociedade não identificou quaisquer contratos desta natureza.

A política de remunerações encontra-se disponível no endereço identificado no ponto II.3.3..

III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

Recomendação integralmente adotada.

Desde 2008, a sociedade implementou uma política de retenção de ações que cumpre integralmente esta recomendação.

III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

Recomendação não aplicável.

A componente variável da remuneração da sociedade não contempla a atribuição de opções.

III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação. Não existem contratos individuais com os administradores para definir como seriam calculadas eventuais compensações. Além disso, a sociedade nunca atribuiu ou ponderou atribuir qualquer compensação aos administradores em caso de destituição ou cessação devido a um desempenho inadequado.

IV. AUDITORIA

IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

O Revisor Oficial de Contas da sociedade pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2014 nos termos do seu relatório anual de auditoria, disponível no website da sociedade, através do endereço <http://www.sonae.com/investidores/informacao-financieira/relatorios/>.

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

Os serviços prestados pelo Auditor Externo da Sociedade foram aprovados pelo Conselho Fiscal dentro dos princípios recomendados (ver pontos 46 e 47).

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

Recomendação integralmente adotada.

A Deloitte & Associados, SROC, S.A, foi nomeada Revisor Oficial de Contas da sociedade, em assembleia geral anual de acionistas realizada a 2 de maio de 2007, exercendo funções até ao termo do mandato então em curso.

Em 2008 iniciou-se o mandato correspondente ao quadriénio 2008/2011, tendo o Revisor Oficial de Contas sido reconduzido no exercício do cargo. Em 2012, foi apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para o novo mandato (2012/2015), suportada num parecer específico do órgão de fiscalização que ponderou expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição, conforme melhor explicitado no ponto 40 deste Relatório.

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, e da adoção voluntária de sistemas internos de checks and balances, designadamente processos de reporte ou validação formal, em função do valor da transação em questão.

V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade tem em prática um procedimento interno com vista à obtenção de parecer do Conselho Fiscal previamente à realização de negócios superiores a 10 milhões de euros com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários. Todas as transações com as entidades referidas em excesso de 1 milhão de euros são ainda objeto de reporte trimestral ao Conselho Fiscal.

VI. INFORMAÇÃO

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

Recomendação integralmente adotada.

O website da sociedade, www.sonae.com, contém informação que cumpre os requisitos desta recomendação.

VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade dispõe de um gabinete de Relação com Investidores, cuja atividade cumpre os requisitos desta recomendação.

ANEXO I

Artigo 447, 448 e Participações Qualificadas

- Artigo 447

Conselho de Administração

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	31 dezembro 2014
						Quantidade
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						770 426 a)
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	02.05.2014	507 276	0,07			
Alienação	31.12.2014			500 000	1,03	
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Alienação	23.01.2014			552 837	2,58	b)
Enxomil - SGPS, SA ⁽¹⁰⁾						10 000 b)
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾						1
Linhacom, SGPS, S.A. ⁽⁴⁾						99 996
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						204 678
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	02.05.2014	163 551	0,07			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Alienação	23.01.2014			40 566	2,58	b)
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier						-
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						-
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Alienação	23.01.2014			2 603	2,58	
Alienação	24.01.2014			83 297	2,58	b)

a) Inclui 125.000 ações detidas pelo cônjuge

b) Inclui ações detidas indiretamente.

Dirigentes

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	31 dezembro 2014
						Quantidade
David Graham Shenton Bain						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						20 000
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						15 000
Rui José Gonçalves Paiva						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						48 793
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	05.05.2014	48 793	0,14			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾	03.01.2014			105 754	2,60	-
Carlos Alberto Rodrigues Silva						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						30 486
Fernando José Lobo Pimentel						
Macareno Videira						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						28 126
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha						
Vicente Soares						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						41 697
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	28.03.2014	41 697	1,33			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	31 dezembro 2014
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, S.A.						
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						200 100 000
Pareuro, BV ⁽²⁾						5 583 100
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Alienação	23.01.2014			1 000	2,58	
(2) Pareuro, BV						
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						849 533 095
(3) Migracom, SGPS, S.A.						
Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾						150 000
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						1 536 683
Alienação	jun/14			1 400 000	1,27	
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Alienação	23.01.2014			387 342	2,58	
(4) Linhacom, SGPS, S.A.						
Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾						150 000
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						439 314
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Alienação	23.01.2014			120 300	2,58	
(5) Imparfin, SGPS, S.A.						
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						4 105 280
(6) Sonae - SGPS, S.A.						
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						81 022 964
Aquisição	jan/14	1 454 134	2,58			
	fev/14	785 660	2,07			
	mar/14	371 589	2,16			
	abr/14	1 399 759	2,21			
	mai/14	132 448	2,30			
	jul/14	200 000	1,59			
Sonae Investments BV ⁽⁷⁾						2 894 000
Sontel BV ⁽⁸⁾						32 745
(7) Sonae Investments BV						
Sontel BV ⁽⁸⁾						58 555
(8) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						194 063 119
(9) Sonaecom, SGPS, S.A.						5 571 014
(10) Enxomil - SGPS, SA						
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						500 000
Aquisição	31.12.2014	500 000	1,03			

- Artigo 448

	Número de ações em 31 dezembro 2015
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	
Sonae- SGPS, S.A.	200.100.000
Pareuro, BV	5.583.100
Sonaecom, SGPS, S.A.	-
Pareuro, BV	
Sonae- SGPS, S.A.	849.533.095
Sonae- SGPS, S.A.	
Sonaecom, SGPS, S.A.	81.022.964
Sonae Investments BV	2.894.000
Sontel BV	32.745
Sonae Investments BV	
Sontel BV	58.555
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, S.A.	194.063.119

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº 1 do Artº 20º e do nº 1 do Artº 21º do CVM, o "ultimate beneficial owner", porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina a Sonae - SGPS S.A. e a Sontel BV.

- Participações Qualificadas

Acionista	Número de ações	% Participação no capital	Com ações próprias	% Direitos de voto	
				Com ações próprias	Sem ações próprias
Diretamente					
Sontel BV	194.063.119	62,33%	62,33%		63,47%
Sonae- SGPS, S.A.	81.022.964	26,02%	26,02%		26,50%
Total imputável ⁽¹⁾	275.086.083	88,36%	88,36%		89,97%

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº 1 do Artº 20º e do nº 1 do Artº 21º do CVM, o "ultimate beneficial owner", porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina a Sonae - SGPS S.A. e a Sontel BV.

ANEXO II

Curricula Vitae e Cargos exercidos pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade

- Conselho de Administração:

Angelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
Data de Nascimento
14 setembro 1959
Curriculum Académico
Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade do Porto
MBA pela Porto Business School
Experiência Profissional
Vice-Presidente Executivo da Sonae - SGPS, S.A.
Administrador da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
Administrador da MDS, SGPS, S.A.
Administrador da Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Vice-Presidente da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Vice-Presidente da Sonae - Retalho Especializado, S.A.
Vice-Presidente da Sonaerp - Retail Properties, S.A.
Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.
Membro do Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A.
Professor convidado da Porto Business School
Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa
Membro do Conselho Superior da Porto Business School
Presidente do Conselho Diretor da APGEI
Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista
Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.
Membro do Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae, RE, S.A.

Diretor Executivo da Sonae Investments, B.V.

Diretor Executivo da Sontel B.V.

Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da MDS AUTO, Mediação de Seguros, S.A.

Administrador Único da Enxomil, SGPS, S.A.

Administrador Único da Enxomil – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador Único da STTR - Construção e Imóveis, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Love Letters – Galeria de Arte, S.A.

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Data de Nascimento

13 janeiro 1970

Curriculum Académico

Licenciatura em Gestão - Universidade Católica do Porto

MBA pelo INSEAD

Experiência Profissional

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.

Administradora Executiva da Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.

Presidente do Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Turismo, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista

Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da ITrust - Cyber Security Intelligence Services, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Saphety Level - Trusted Services, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Membro do Conselho de Administração da PCJ - Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.

Administrador da Sonaecom - Sistemas de Información España, S.L.

Presidente do Conselho de Administração do Grupo S 21 SEC Gestión, S.A.

Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies (UK) Limited

Membro do Conselho de Administração da Praesidium Services Limited (UK)

Gerente da WeDo Poland Sp. Z.o.o.

Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. De C.V.

Presidente do Conselho de Administração da WeDo Technologies Americas Inc.

Gerente General da Saphety - Transacciones Electronicas, S.A.S

Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies Egypt

Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies Australia PTY Limited

Membro do Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho de Administração da CAPWATT - BRAINPOWER, S.A.

Gerente da CARVEMAGERE, MANUTENÇÃO E ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA

Membro do Conselho de Administração da COMPANHIA TÉRMICA HECTARE, ACE

Gerente da C.T.E. - CENTRAL TERMOELÉCTRICA DO ESTUÁRIO, UNIPESSOAL, LDA

Membro do Conselho de Administração da CONTACTO CONCESSÕES, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ECOCICLO II - ENERGIAS, S.A.

Gerente da ENERLOUSADO - RECURSOS ENERGÉTICOS, UNIPESSOAL, LDA

Presidente do Conselho de Administração da IMOAREIA - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM ACE, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM COLOMBO - ENERGIA, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM ENGENHO NOVO - ENERGIA, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM MARTIM LONGO - ENERGIA, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM VALE DO CAIMA - ENERGIA, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM VALE DO TEJO - ENERGIA, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.

Membro do Conselho de Administração da INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.

Gerente da RONFEGEN - RECURSOS ENERGÉTICOS, UNIPESSOAL, LDA

Membro do Conselho de Administração da SC - ENGENHARIA E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da SC, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da SISTAVAC, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da SISTAVAC, SA

Membro do Conselho de Administração da SONAE CAPITAL, SGPS, SA

Presidente Comissão Executiva da SONAE CAPITAL, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SONAE TURISMO - SGPS, SA

Presidente Comissão Executiva da SONAE TURISMO - SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração do SPRED, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da EFANOR - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO, S.A.

Membro do Conselho de Administração da IMPARFIN, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da LINHACOM, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da SEKIWI, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da EFANOR - INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.

Membro Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Data de Nascimento

16 outubro 1959

Curriculum Académico

Licenciatura em Direito - Universidade de Coimbra

Mestrado em Direito Económico - Universidade de Coimbra

Experiência Profissional

Partner e membro do Conselho de Administração da MLGTS

Administrador não-executivo do Conselho de Administração do BPI, SGPS

Administrador não-executivo do Conselho de Administração da Riopele, S.A.

Administrador não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Administrador Executivo da Sonaecom, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.

Administrador não-executivo da NOS, SGPS, S.A.

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Membro do Conselho de Administração da PCJ - Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.

Membro do Conselho de Administração da NOS - SGPS, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Partner e Membro do Conselho de Administração da MLGTS & Associados, Sociedade de Advogados

Membro do Conselho de Administração do BPI, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Riopele, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Textil Manuel Goncalves, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Vallis Capital Partners

- Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva

Data de Nascimento

27 outubro 1936

Curriculum Académico

1963 Licenciatura em Economia - Universidade do Porto

Experiência Profissional

1960-1963 Professor na Escola Comercial e Industrial

1968-1971 Serviço Militar obrigatório, inclusive em Angola (interrupção na atividade bancária)

1976-1979 Reinício da atividade bancária, sendo subdiretor do Banco BPA desde 1976

1989-1992 Membro do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

1992-1995 Membro do Conselho Diretivo na Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

Desde 1979 Inscrito como Revisor Oficial de Contas, desempenhando essas funções quer como sócio de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, quer em nome individual

Desde 1979 Revisor Oficial de Contas, Membro do Conselho Fiscal ou Fiscal Único em várias Sociedades como Banco Universo, União Portuguesa de bancos, Orbitur - Intercâmbio de Turismo, SA, ATPS - SGPS, SA, MDS - Corretor de Seguros, SA, Imoareaia - Sociedade Imobiliária, SA e Contacto - SGPS, SA

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Rochinvest - Investimentos Imobiliários e Turismo, SA

Cargos exercidos em associações de Solidariedade Social

Membro do Conselho Fiscal da ALADI - Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual

Membro do Conselho Fiscal da Associação Cultural do Senhor do Padrão

Armando Luis Vieira de Magalhães

Data de Nascimento

22 agosto 1945

Curriculum Académico

1972 Bacharelato em Contabilidade - ex-ICPe atual ESCAP

1978 Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia - Universidade do Porto (1978)

1996 Executive MBA - European Management, IESF/EFG

Experiência Profissional

1964-1989 Ocupou diversas funções numa instituição de crédito

1989-2010 Revisor Oficial de Contas e Sócio da Santos Carvalho & Associados, SROC, SA

Desde 2010 Revisor Oficial de Contas e Sócio da Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal do Futebol Clube do Porto - Futebol SAD

Membro do Conselho Fiscal da Real Vida Seguros, SA

Membro do Conselho Fiscal da Associação Sénior de Golfe do Norte de Portugal

Cargos exercidos em associações de Solidariedade Social

Membro do Conselho Fiscal da Fundação Eça de Queiroz

Oscar José Alçada da Quinta

Data de Nascimento

01 dezembro 1957

Curriculum Académico

1982 Licenciatura em Economia - Universidade do Porto

1990 Revisor Oficial de Contas nº 731

Experiência Profissional

1982-1986 Responsabilidades na área administrativa e financeira de empresas do setor têxtil, construção civil e equipamentos de escritório

Desde 1986 Prestação de serviços no âmbito da auditoria externa a Revisores Oficiais de Contas e a sociedade com as atividades anteriores

1990-1992 Revisor Oficial de Contas a título individual

Desde 1992 Revisor Oficial de Contas e sócio da sociedade de revisores oficiais de contas Oscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da BA GLASS I - Serviços de Gestão e Investimentos, SA

Jorge Manuel Felizes Morgado

Data de Nascimento

6 junho 1955

Curriculum Académico

1977 Licenciatura em Gestão - ISEG - Universidade Técnica de Lisboa

1999 MBA em Finanças - IEDE Madrid

2004 MBA em Gestão e Sistemas de Informação - Faculdade de Economia e Gestão - Universidade Católica

22 abril 1991 Revisor Oficial de Contas nº 775

Experiência Profissional

1980-1989 Assistente e Manager de Auditoria da Coopers & Lybrand

1989-1991 Responsável pelo Controlo de Gestão e Auditoria Interna do Grupo Coelima

1991-2004 Partner da Deloitte - Membro do Conselho Fiscal e revisor Oficial de Contas de várias empresas, responsável pela consultoria no Norte do País e pelo Corporate Finance em Portugal até 2001

Desde 2004 Revisor Oficial de Contas em várias empresas nacionais e internacionais e consultor de várias empresas

Desde 2006 Sócio da Horwath Parsus - Consultoria e Gestão, Lda.

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Sierra, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA

Revisor Oficial de Contas da Valorinveste - Soc. Invest. Imb., SA

Revisor Oficial de Contas da Jofabo - Construção e Imobiliária, SA

Revisor Oficial de Contas da Know it - Soluções Formação Tecnológica, SA

Revisor Oficial de Contas da Blue Share, SA

Revisor Oficial de Contas da Praianorte - Hotelaria e Turismo, SA

Revisor Oficial de Contas da Companhia das Pastas-Empreendimento e Investimentos Hoteleiros, SA

Revisor Oficial de Contas da Luso - Insular, projetos e Construção, SA

Revisor Oficial de Contas da PMVA - Imobiliária, SA

ANEXO III

Curricula Vitae dos membros da Comissão de Vencimentos

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	
Data de Nascimento	
31 dezembro 1965	
Curriculum Académico	
1986	Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne
1989	Mestrado em Gestão de Empresas - MBA - Porto Business School
Formação Executiva	
1994	Executive Retailing Program - Babson College
1996	Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School
2002	Breakthrough Program for Senior Executives - IMD
2008	Proteus Programme - London Business School
2012	Corporate Level Strategy - Harvard Business School
Experiência Profissional no Grupo Sonae	
1988-1990	Analista e Gestor de Projeto Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação
1990-1993	Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria (Painéis Derivados de Madeira)
1993-1996	Diretor de Planeamento e Controle Estratégico e de Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos - SGPS, S.A. (atualmente Sonae - SGPS, S.A.)
1996-1998	Administrador Executivo da Modelo Continente Hipermercados, SA (Merchandising, IT e Marketing Retalho)
1998-2000	Presidente da Comissão Executiva da Optimus - Telecomunicações, S.A. (Operador Móvel)
1998-abril 2007	Administrador Executivo da Sonae - SGPS, S.A.
2002-2007	Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, S.A.
2003-2007	Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG
2004-2007	Presidente do Conselho de Administração da Tableros de Fibras, S.A. (Tafisa)
Desde maio 2007	Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, S.A.

Experiência Profissional noutras Entidades

2001-2002	Presidente da Apritel - Associação dos Operadores de Telecomunicações
2001-2008	Membro do Conselho Geral EGP - UPBS (atualmente Porto Business School)
2003	Coautor do livro "Reformar Portugal"
2006-2013	Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música
2008-2009	Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal
2009-2014	Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal
Desde 2008	Membro do ERT - European Round Table of Industrilists
Desde 2009	Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto
Desde 2012	Membro da Direção da COTEC
Desde 2013	Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE

Cargos exercidos noutras Entidades da Sonae

Presidente da Comissão Executiva Sonae - SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC - Modelo Continente , SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Sonae - Specially Retail , SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Presidente do Conselho de Administração da Migracom, SGPS, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Imparfin, SGPS, S.A.
Membro do ERT - European Round Table of Industrilists
Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto
Membro da Direção da COTEC
Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE

Francisco de La Fuente Sánchez

Data de Nascimento

2 janeiro 1942

Curriculum Académico

1965 Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica - Instituto Superior Técnico

Principais Atividade Profissionais dos últimos cinco anos

2000-2010 Administrador Não-Executivo da Fundação Portugal-África

2004-2010 Membro do Conselho Consultivo do Instituto Português de Corporate Governance

2005-2009 Presidente da Fundação EDP

2005-2012 Membro do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade

2006-2009 Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Millennium BCP - Banco Comercial Português

2007-2009 Presidente da Comissão de Governo Societário do Conselho Geral e de Supervisão do Millennium BCP

2007-2012 Vogal convidado do Conselho Nacional da Água

2007-2012 Vice-Presidente e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital

2007-2012 Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Ordem dos Engenheiros

2007-2013 Presidente do Conselho Geral da PROFORUM

Desde 2002 Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola

Desde 2003 Membro do Fórum Ibero América

Desde 2004 Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira

Desde 2005 Membro do Patronato da Fundação Hidroelétrica del Cantábrico

Desde 2009 Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico

Desde 2010 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Iberwind - Desenvolvimento e Projetos, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Administrador Não-Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Iberwind - Desenvolvimento e Projetos, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APEDS - Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social

Membro da Comissão de Vencimentos da Sonae, SGPS, S.A.

Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico

Presidente da Direção da AAAIST - Associação de Antigos Alunos do Instituto Superior Técnico

Membro do Patronato da Fundação Hidroelétrica del Cantábrico

Presidente de Honra da Hidroelétrica del Cantábrico, S.A.

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira

Membro do Fórum Ibero América

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola

RELATÓRIO
& CONTAS
2014

5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. Informação Financeira

5.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balancos consolidados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013
Ativo			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h) e 5	2.696.429	5.530.098
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	25.581.936	16.647.260
Goodwill	1.f) e 7	28.719.066	28.434.416
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	721.607.751	710.434.285
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	1.424.996	-
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	113.054	115.448
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4, 14 e 34	5.501.453	922.434
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	6.837.230	5.199.886
Total de ativos não correntes		792.481.915	767.283.827
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	58.540.576	202.442.350
Inventários	1.i), 12 e 22	1.077.458	553.525
Clientes	1.g), 1.j), 4, 13, 22 e 34	40.000.771	36.416.353
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4, 14, 22 e 34	9.816.130	23.040.766
Outros ativos correntes	1.r), 1.x), 4, 15 e 34	11.912.225	9.298.406
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 1.k), 4 e 16	182.010.595	188.014.923
Total de ativos correntes		303.357.755	459.766.323
Total do ativo		1.095.839.670	1.227.050.150
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	17	230.391.627	366.246.868
Ações próprias	1.u) e 18	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1.t)	773.848.807	674.091.313
Resultado líquido consolidado do exercício		27.958.229	103.838.479
		1.024.511.711	1.136.489.708
Interesses sem controlo	19	(632.000)	269.824
Total do capital próprio		1.023.879.711	1.136.759.532
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 20.a)	9.058.985	24.810.079
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 21	480.274	67.937
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 22	2.579.321	3.060.986
Impostos diferidos passivos	1.p), 1.s) e 11	-	89.522
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4, 23, 34 e 39	1.075.209	1.277.304
Total de passivos não correntes		13.193.789	29.305.828
Passivo corrente			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 20.b)	1.980.451	998.996
Fornecedores	4, 24 e 34	21.565.689	21.768.279
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 25	285.904	70.728
Outras dívidas a terceiros	4 e 26	6.647.364	10.439.327
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4, 27, 34 e 39	28.286.762	27.707.460
Total de passivos correntes		58.766.170	60.984.790
Total do passivo e capital próprio		1.095.839.670	1.227.050.150

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)	dezembro 2013 (reexpresso)	setembro a dezembro 2013 (reexpresso e não auditado)
Vendas	1.r), 28 e 34	38.375.020	9.416.572	33.057.911	8.059.387
Prestações de serviços	1.r), 28 e 34	83.341.646	22.732.110	71.707.832	18.187.386
Outros proveitos operacionais	1.g), 29 e 34	2.761.594	595.605	3.323.218	835.236
		124.478.260	32.744.287	108.088.961	27.082.009
Custo das vendas	1.i), 12 e 22	(30.341.304)	(6.568.115)	(24.753.054)	(6.248.192)
Fornecimentos e serviços externos	1.h), 30 e 34	(41.853.327)	(11.279.142)	(37.522.457)	(7.706.619)
Custos com o pessoal	1.x), 39, 40 e 42	(44.454.793)	(11.942.370)	(38.653.177)	(9.629.950)
Amortizações e depreciações	1.c), 1.d), 1.f), 5, 6 e 7	(7.142.387)	(2.309.073)	(5.966.045)	(1.224.963)
Provisões e perdas por imparidade	1.j), 1.o), 1.w) e 22	(25.972)	(25.972)	(1.634.614)	(651.088)
Outros custos operacionais	31	(320.238)	(81.534)	(277.046)	(69.089)
		(124.138.021)	(32.206.206)	(108.806.393)	(25.529.901)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b), 8 e 32	15.742.802	(537.925)	(490.365)	(2.662.160)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 9 e 32	(1.975.451)	4.949.971	46.636.719	37.489.324
Outros custos financeiros	1.h), 1.m), 1.v), 1.w), 32 e 34	(2.404.912)	(764.322)	(11.990.838)	(961.318)
Outros proveitos financeiros	1.v), 32 e 34	2.959.024	394.648	7.976.199	1.036.831
Resultados correntes		14.661.702	4.580.453	41.414.283	36.454.785
Imposto sobre o rendimento	1.p), 11 e 33	(689.789)	(304.173)	(3.812.770)	(1.063.121)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		13.971.913	4.276.280	37.601.513	35.391.664
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	37	13.125.666	-	66.164.934	328.495
Resultado líquido consolidado do exercício		27.097.579	4.276.280	103.766.447	35.720.159
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe	38	27.958.229	4.918.595	103.838.479	35.779.066
Interesses sem controlo	19	(860.650)	(642.315)	(72.032)	(58.907)
Resultados por ação	38				
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,09	0,02	0,29	0,10
Diluídos		0,09	0,02	0,29	0,10
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,05	0,02	0,10	0,10
Diluídos		0,05	0,02	0,10	0,10

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)	dezembro 2013 (reexpresso)	setembro a dezembro 2013 (reexpresso e não auditado)
Resultado líquido consolidado do exercício		27.097.579	4.276.280	103.766.447	35.720.159
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:					
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	2.687.127	15.786.112	(2.536.500)	(2.335.500)
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	766.596	(572.217)	(1.155.064)	(383.964)
Rendimento integral consolidado do exercício		30.551.302	19.490.175	100.074.883	33.000.695
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe		31.411.952	20.132.490	100.146.915	33.059.602
Interesses sem controlo		(860.650)	(642.315)	(72.032)	(58.907)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 18)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas				Interesses sem controle		Total
					Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido		
2014											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	103.838.479	1.136.489.708
Aplicação do resultado consolidado de 2013	-	-	-	-	-	-	103.838.479	103.838.479	-	(103.838.479)	-
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	103.838.479	103.838.479	-	(103.838.479)	-
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	3.453.723	3.453.723	-	27.958.229	31.411.952
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 17)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	-	-	-	105.935	-	-	105.935	-	-	105.935
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	-	-	-	(1.183.193)	-	(1.134.660)	(2.317.853)	-	-	(2.317.853)
Cessação antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 34 e 39)	-	-	-	-	-	-	492.439	492.439	-	-	492.439
Saldo em 31 de dezembro de 2014	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(22.281.206)	773.848.807	-	27.958.229	1.024.511.711
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	269.824
Rendimento integral de interesses sem controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(860.650)	(860.650)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.920)	(19.920)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.254)	(21.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.000)	(632.000)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(22.281.206)	773.848.807	(632.000)	27.958.229	1.023.879.711

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 18)	Reservas						Interesses sem controle		Total
			Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido		
2013											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7.991.192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522
Aplicação do resultado consolidado de 2012											
Transferência para outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	70.257.885	75.419.377	-	(75.419.377)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	-	(43.281.102)
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	(3.691.564)	(3.691.564)	-	103.838.479	100.146.915
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	-	(2.500.042)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	357.937	-	-	(425.568)	(357.937)	430.292	(353.213)	-	-	4.724
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	-	-	-	4.320.629	-	-	4.320.629	-	-	4.320.629
Cessaçãõ antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 34 e 39)	-	-	-	-	-	-	1.411.644	1.411.644	-	-	1.411.644
Desreconhecimento dos planos de incentivos de unidades descontinuadas (Nota 3.e))	-	-	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	103.838.479	1.136.489.708
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	-	387.479
Rendimento integral de interesses sem controle	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.032)	-	(72.032)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.880)	-	(29.880)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.743)	-	(15.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	-	269.824
Total	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	269.824	103.838.479	1.136.759.532

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	dezembro 2014	dezembro 2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	130.622.335	555.100.940
Pagamentos a fornecedores	(77.638.778)	(329.681.342)
Pagamentos ao pessoal	(50.409.282)	(83.146.614)
Fluxo gerado pelas operações	2.574.275	142.272.984
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	694.575	(4.380.429)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	350.013	(6.436.770)
Fluxos das atividades operacionais (1)	3.618.863	131.455.785
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	15.400.849	15.557
Ativos fixos tangíveis	25.444	860.225
Ativos intangíveis	-	1.002.664
Dividendos	8.642.154	-
Empréstimos concedidos	-	427.850.000
Juros e proveitos similares	4.948.947	5.802.467
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(5.522.188)	(1.303.441)
Ativos fixos tangíveis	(1.123.460)	(69.813.219)
Ativos intangíveis	(1.761.424)	(28.879.720)
Fluxos das atividades de investimento (2)	20.610.322	335.534.533
Atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	1.566.524	3.925.434
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(277.766)	(2.617.595)
Juros e custos similares	(3.832.825)	(13.170.914)
Dividendos	(19.920)	(43.310.983)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)
Empréstimos obtidos	(26.937.235)	(369.952.000)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(29.501.222)	(427.626.100)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(5.272.037)	39.364.218
Efeito das diferenças de câmbio	133.113	(489.036)
Efeito das operações descontinuadas	(1.051.278)	87.443.813
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	188.004.715	61.685.720
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	181.814.513	188.004.715

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013
a) Recebimento de alienações e aquisições			
Mainroad	3.d)	13.354.926	-
S21	3.a)	2.045.923	-
Distrinews, S.A.		-	9.375
Infosystems		-	6.182
		15.400.849	15.557
b) Pagamento de aquisições			
Compra de ações Sonae SGPS	9	5.522.188	-
Connectiv Solutions, Inc		-	1.213.537
Saphety Brasil		-	56.904
Saphety Colômbia		-	20.500
Distrinews, S.A.		-	12.500
		5.522.188	1.303.441
c) Recebimento de dividendos			
ZOPT	8	7.250.000	-
NOS SGPS	32	1.321.504	-
Unipress	8	70.650	-
		8.642.154	-

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013
Numerário	16	22.423	10.979
Depósitos à ordem	16	4.551.280	28.793.626
Aplicações de tesouraria	16	177.436.892	159.210.318
Depósitos à ordem (saldos credores)	16 e 20	(196.082)	(10.208)
Caixa e seus equivalentes		181.814.513	188.004.715
Depósitos à ordem (saldos credores)		196.082	10.208
Disponibilidades constantes do balanço		182.010.595	188.014.923

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	20	1.194.888	16.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável

4 - Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
2014				
Multimédia	(2.127.063)	(454.881)	(54.513)	(2.636.457)
Sistemas de Informação	2.157.379	13.563.515	(6.551.597)	9.169.297
Holding	3.588.547	7.501.688	(22.895.112)	(11.804.877)
	<u>3.618.863</u>	<u>20.610.322</u>	<u>(29.501.222)</u>	<u>(5.272.037)</u>

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
2013				
Telecomunicações	145.550.815	(90.693.038)	(22.210.261)	32.647.516
Multimédia	(2.855.285)	(850.037)	(55.686)	(3.761.008)
Sistemas de Informação	(2.301.853)	(3.654.595)	(682.486)	(6.638.934)
Holding	(8.937.892)	430.732.203	(404.677.667)	17.116.644
	<u>131.455.785</u>	<u>335.534.533</u>	<u>(427.626.100)</u>	<u>39.364.218</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

5.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidada

A SONAE COM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da

Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 3.e)). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades, para além das atividades de holding:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

Consequentemente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.



A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 17).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 12 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para contabilizar interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013)	1-jul-14
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	



Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	----------------------------------------------------------

Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros) 1-jan-14

As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.

Alterações ao IAS 39 (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) 1-jan-14

Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades publicas a entidades que operam em mercados específicos) 1-jan-14

Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.

(* De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada foi contudo permitida.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	----------------------------------------------------------

Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) 1-jul-14

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.

IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados) 1-jul-14

O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	----------------------------------------------------------

IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes 1-jan-18

Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – 1-jan-16

Divulgações Sobre Participações Noutras

Entidades e IAS 28 – Investimentos em

Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas

Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e 1-jan-16

a sua Associada ou Empreendimento

Conjunto)

O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que consituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.

IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) 1-jan-16

O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.

IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) 1-jan-16

Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.

IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) 1-jan-17

A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relavantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.

Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras 1-jan-16

Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.



N o m a / Interpretação	Data de eficácia (exercícios findos em ou após)
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas) As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.	1-jan-16
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	1-jan-16
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	1-jan-16

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

Venda da Mainroad

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para refletir numa única rubrica ('Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas'), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do contributo da Mainroad para unidades descontinuadas	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	120.449.875	(12.360.914)	108.088.961
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(44.474.432)	6.951.975	(37.522.457)
Amortizações e depreciações	(6.641.792)	675.747	(5.966.045)
Outros custos operacionais	(70.063.034)	4.745.143	(65.317.891)
	(121.179.258)	12.372.865	(108.806.393)
Resultados financeiros	42.124.754	6.961	42.131.715
Imposto sobre o rendimento	(3.873.144)	60.374	(3.812.770)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	37.522.227	79.286	37.601.513
Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas	66.244.220	(79.286)	66.164.934
Resultado líquido consolidado do exercício	103.766.447	-	103.766.447
Atribuível a interesses sem controlo	(72.032)	-	(72.032)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	103.838.479	-	103.838.479
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,29	0,00	0,29
Diluídos	0,29	0,00	0,29
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,10	0,00	0,10
Diluídos	0,10	0,00	0,10

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, **respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'**.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.



Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento de transporte	1 - 4
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.



d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de **imparidade acumuladas**. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos, sendo a maior parte amortizada entre 3 e 6 anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando

negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados.

O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto



prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 31 de dezembro de 2014 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e,

consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.



Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da **rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'**;
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2014, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As '**Provisões**' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O '**Imposto sobre o rendimento**' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 - '**Impostos sobre rendimento**'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os '**Impostos diferidos ativos**' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de '**Custos com pessoal**'.



Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

Para as empresas da área da segurança digital, os subsídios não reembolsáveis são reconhecidos no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de desenvolvimento do projeto.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos no balanço como passivo, em 'Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo' e 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos' e são amortizados de acordo com os planos de pagamento estabelecidos. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 22).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.



Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de dezembro de 2014, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 26,5 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desconhecidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2014		2013	
	31 de dezembro	Média	31 de dezembro	Média
Libra inglesa	1,2839	1,2407	1,1995	1,1780
Real brasileiro	0,3105	0,3206	0,3070	0,3508
Dólar americano	0,8237	0,7538	0,7251	0,7533
Zloti (Polónia)	0,2340	0,2390	0,2407	0,2383
Dólar australiano	0,6744	0,6796	0,6484	0,7294
Pesos mexicanos	0,0560	0,0567	0,0553	0,0591
Libra egípcia	0,1155	0,1068	0,1044	0,1097
Ringgit (Malásia)	0,2354	0,2303	0,2211	0,2393
Peso chileno	0,0014	0,0013	0,0014	0,0015
Dólar de Singapura	0,6227	0,5948	0,5743	0,6021
Franco suíço	0,8317	0,8233	0,8146	0,8125
Coroa sueca	0,1065	0,1099	0,1129	0,1156
Rand de África do Sul	0,0713	0,0695	0,0687	0,0783
Kwanza (Angola)	0,0080	0,0077	0,0074	0,0078
Peso colombiano	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004
Dólar canadiano	0,7111	0,6824	0,6816	0,7316
Dinar de Marrocos	0,0912	0,0896	0,0890	0,0897

Em 31 de dezembro de 2014, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 5.333.000 (USD 4.060.461 em 31 de dezembro de 2013), que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 1 mês (2 meses em 31 de dezembro de 2013).

w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.



Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – ‘Pagamento com Base em Ações’.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, no **Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’** da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Este contrato cessou durante o ano 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sonaecom, converteu a totalidade dos planos Sonaecom em aberto em planos de ações Sonae SGPS.

O impacto associado a esta conversão dos planos de incentivo de médio prazo está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Outros passivos correntes’ e ‘Outros passivos não correntes’ (Nota 39).



A 31 de dezembro de 2014, os dois planos de ações Sonae SGPS que resultam da conversão estavam cobertos por ações em carteira da empresa-mãe. O plano atribuído durante o ano não está coberto estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que

possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Colómbia, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

O montante de ativos e passivos (em euros) do grupo registados em moeda diferente do euro pode ser resumido como se segue:

	Ativos		Passivos	
	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Dólar americano	34.275.275	21.637.176	20.680.010	20.865.270
Dólar australiano	107.260	91.470	465.128	268.625
Libra Egípcia	702.303	515.284	-	-
Libra inglesa	4.966.107	5.261.738	5.413.231	5.623.137
Pesos mexicanos	6.210.283	2.769.540	5.802.943	1.281.814
Real brasileiro	5.277.748	6.222.138	3.832.735	4.829.559
Ringgit (Malásia)	757.351	648.169	447.262	431.156
Zloti (Polónia)	155.746	150.473	472.026	361.454
Dólar de singapura	-	404.516	-	31.174
Franco suíço	2.308.337	345.616	-	-
Dólar canadiano	2.902	-	-	-
Pesos Colombianos	35.646	49.911	269.227	114.726



A sensibilidade (em euros) do grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação Taxa Câmbio	2014		2013	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Dólar Americano	5%	749.359	(69.595)	35.495	3.101
Dólar australiano	5%	(624)	(17.270)	(2.929)	(5.928)
Franco suíço	5%	115.417	-	17.281	-
Libra Egípcia	5%	35.115	-	25.764	-
Libra inglesa	5%	159.578	(181.934)	132.546	(150.616)
Pesos mexicanos	5%	61.889	(41.522)	44.162	30.225
Real brasileiro	5%	(2.459)	74.710	(604)	70.233
Ringgit (Malásia)	5%	22.120	(6.616)	17.071	(6.221)
Zloti (Polónia)	5%	(14.104)	(1.710)	(10.633)	84
Dólar Singapura	5%	-	-	18.663	4
Euro	5%	(210.088)	-	(118.973)	-
Dólar canadiano	5%	145	-	-	-
Pesos Colombianos	5%	875	(12.554)	1.051	(4.291)
		917.223	(256.491)	158.894	(63.409)

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 20) encontra-se indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro e outros derivados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nacionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2014 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados de cobertura de taxa de juro.

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 20.



Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 20.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.



2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' - usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Ittrust - Cyber Security Intelligence, S.A. ('Ittrust') (a)	Maia	Comercialização de produtos e serviços de gestão, implementação e consultoria na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonaecom CSI	100%	100%	-	-
Lookwise, S.L.U. ('Lookwise') (b)	Navarra	Desenvolvimento, promoção e exploração comercial de sistemas informáticos com soluções em matéria de segurança e conformidade regulamentar, incluindo cessão ou transmissão a terceiros. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais') (c)	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos <i>on-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	Dissolvida		100%	100%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad') (d)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	Alienada		100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ('Miauger') (e)	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	Dissolvida		100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI We Do UK	100%	100%	-	-
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
S21 Sec Barcelona, S.L. ('S21 Sec Barcelona') (b)	Barcelona	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Brasil, Lda ('S21 Sec Brasil') (b)	São Paulo	Consultoria em tecnologia da informação. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	S21 Sec Gestion	99,99%	59,99%	-	-
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. ('S21 Sec FRM') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Gestion, S.A. ('S21 Sec Gestion') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	Sonaecom CSI	60%	60%	-	-
S21 Sec Inc. ('S21 Sec Inc.') (b)	Texas	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Information Security Labs, S.L. ('S21 Sec Labs') (b)	Navarra	Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
S21 Sec Institute, S.L. ('S21 Sec Institute') (b)	Gipuzcoa	Educação, formação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, certificação, investigação, inovação e desenvolvimento, em todos os tipos de metodologias, planos de carreira, cultura de segurança, produtos e serviços de segurança digital e segurança cibernética, instalações, serviços e ambientes de sistemas avançados de comunicação e	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec México, S.A. de CV ('S21 Sec México') (b)	Cidade do	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,87%	60%	-	-
S21 Sec, S.A. de CV ('S21 Sec, S.A. de CV') (b)	Cidade do	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,99%	60%	-	-
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados: comercialização, desenvolvimento e representação de	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil')	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento,	Saphety	99,8%	86,821%	99,8%	86,821%
Saphety – Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colombia')	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento,	Saphety	100%	86,995%	100%	86,995%
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. ('SIEG') (b)	Navarra	Prestação de serviços de aconselhamento, orientação, consultoria, formação de equipas e formação na área de pesquisa, análise, processamento e fornecimento de informações relevantes para a gestão operacional e estratégica das empresas, governos e organizações e instituições. Serviços de apoio e suporte aos negócios e de defesa às empresas e organizações a nível internacional. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e comercialização de metodologias, software, hardware e tecnologias em geral, dentro do âmbito da pesquisa, análise e processamento automática e inteligente da informação, incluindo a análise de	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
Sonae com – Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A. ('Sonae com CSI') (f)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae com SI	100%	100%	-	-
Sonae com - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonae com SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Información Española, S.L. ('SSI España')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonae com BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae telecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z o.o. ('We Do Poland') (g)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2014		2013	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de RL. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%
We Do Technologies Panamá S.A. ('We Do Panamá') (h)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	Liquidada		100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura') (i)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	Liquidada		100%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em julho 2014

(b) Empresa adquirida em julho 2014

(c) Empresa dissolvida em fevereiro 2014

(d) Empresa alienada em setembro 2014

(e) Empresa dissolvida em maio 2014

(f) Empresa constituída em maio 2014

(g) Empresa iniciou o seu processo de liquidação a 1 de janeiro de 2015

(h) Empresa liquidada em 2014

(i) Empresa liquidada em dezembro 2014

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2014				
Sonaecom CSI	Lookwise	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Barcelona	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Brasil	jul-14	99,99%	59,99%
Sonaecom CSI	S21 Sec FRM	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Gestion	jul-14	60%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Inc.	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Labs	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Institute	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec México	jul-14	99,87%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec, S.A. de CV	jul-14	99,99%	60%
Sonaecom CSI	SIEG	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Ciber seguridad	jul-14	50%	30%
Sonaecom CSI	Biq Data	jul-14	50%	30%
2013				
Saphety	Saphety Brasil	fev-13	99,8%	86,8%



O balanço destas empresas ('Grupo S21') adquiridas com efeitos a 31 de julho de 2014 incorporado nas contas consolidadas do Grupo desde essa data pode ser detalhado como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	5	296.360	-	296.360
Ativos intangíveis	6	8.415.602	-	8.415.602
Outros ativos não correntes		373.756	-	373.756
Impostos diferidos ativos	11	1.044.217	-	1.044.217
Clientes		2.276.529	-	2.276.529
Outras dívidas de terceiros		1.983.746	-	1.983.746
Outros ativos correntes		746.850	-	746.850
Caixa e equivalentes de caixa		2.828.615	-	2.828.615
		17.965.675	-	17.965.675
Passivos adquiridos				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo		10.550.712	-	10.550.712
Provisões para outros riscos e encargos	22	-	273.266	273.266
Outros passivos não correntes		41.901	-	41.901
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		2.416.104	-	2.416.104
Fornecedores		1.679.816	-	1.679.816
Outras dívidas a terceiros		2.686.420	-	2.686.420
Outros passivos correntes		242.455	-	242.455
		17.617.408	273.266	17.890.674
Total dos ativos líquidos adquiridos		348.267	(273.266)	75.001
Preço de aquisição				75.001
Goodwill / (Badwill)				-

No seguimento da aquisição deste grupo de empresas foi feita uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos tendo sido registadas Provisões para outros riscos e encargos para fazer face a contingências diversas possíveis.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, o Grupo não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.



O contributo do Grupo S21 para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi negativo em 1.049 milhares de euros.

O detalhe do referido contributo é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de dezembro de 2014
Receitas totais	6.316.027
Custos e perdas	
Custo das vendas	(1.410.563)
Fornecimentos e serviços externos	(1.200.463)
Custos com pessoal	(3.675.197)
Amortizações e depreciações	(1.455.886)
Outros custos operacionais	(25.428)
	<u>(7.767.537)</u>
Resultados financeiros	(339.483)
Imposto sobre o rendimento	(192.743)
Resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses sem controlo	<u>(1.983.736)</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a interesses sem controlo	<u>(934.377)</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	<u>(1.049.359)</u>

Caso o Grupo S21 tivesse sido consolidado desde 1 de janeiro de 2014, os valores das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses sem controlo, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, seriam como segue:

(Montantes expressos em euros)	31 dezembro 2014 Pró-forma
Receitas operacionais consolidadas	133.011.594
Resultado líquido antes de interesses sem controlo	<u>24.331.672</u>

O contributo do Grupo S21 no balanço consolidado da Sonaecom em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de dezembro de 2014
Ativo	
Ativos fixos tangíveis	202.436
Ativos intangíveis	7.138.703
Impostos diferidos ativos	924.079
Clientes	3.988.335
Outras dívidas de terceiros	1.841.702
Caixa e equivalentes de caixa	747.617
Outros ativos	1.354.200
Total do ativo	<u>16.197.072</u>
Passivo	
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	8.605.481
Outros passivos não correntes	323.874
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.816.177
Fornecedores	1.552.450
Outras dívidas a terceiros	1.076.124
Outros passivos correntes	1.875.937
Total do passivo	<u>15.250.043</u>
Ativos líquidos	<u>947.029</u>



b) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2014				
Sonae com SI	Sonaecom CSI	mai-14	50.000 EUR	100%
Sonaecom CSI	Ittrust	jul-14	50.000 EUR	100%
2013				
Saphety	Saphety Colômbia	abr-13	50.000.000 COP*	100%

* Correspondente a cerca de 17.500 euros (à taxa de 31 de dezembro de 2014)

c) Dissoluções

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Miauger	Lugares Virtuais	fev-14	100%
Sonaecom	Miauger	mai-14	100%
We Do BV	We Do Panamá	dez-14	100%
We Do BV	We Do Singapura	dez-14	100%
2013			
We Do BV	We Do Chile	mai-13	100%

d) Alienações

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Sonae com SI	Mainroad	set-14	100%
2013			
Sonae com SI	Infosystems	nov-13	50%



Em setembro de 2014 a Mainroad foi alienada à empresa conjuntamente controlada NOS Comunicações S.A. por 14 milhões de euros, montante baseado em avaliações independentes. O contrato de compra e venda contempla a possibilidade de ajustes futuros ao preço base, resultantes da evolução das receitas futuras. Em resultado do valor da venda e do desreconhecimento da Mainroad, foi gerada, nas contas consolidadas da Sonaecom, uma mais-valia de 12,6 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	30 de setembro de 2014
Ativo		
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	5	(2.437.500)
Ativos intangíveis	6	(169.646)
Impostos diferidos ativos	11	(169.548)
Total de ativos não correntes		(2.776.694)
Ativos correntes		
Clientes		(2.971.079)
Outras dívidas de terceiros		(122.457)
Outros ativos correntes		(545.243)
Caixa e equivalentes de caixa		(645.074)
Total de ativos correntes		(4.283.853)
Passivo		
Passivo não corrente		
Outros passivos financeiros não correntes		37.441
Provisões para outros riscos e encargos	22	315.990
Outros passivos não correntes		218.089
Total de passivos não correntes		571.520
Passivo corrente		
Fornecedores		2.121.435
Outros passivos financeiros		19.206
Outras dívidas a terceiros		666.821
Outros passivos correntes		2.296.831
Total de passivos correntes		5.104.293
Total dos ativos e passivos desreconhecidos		(1.384.734)
Contrapartida recebida		14.000.000
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 37)		12.615.266

e) Outras

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada **Unitel International Holdings, BV**, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo **81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. ('Zopt')** (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS SGPS, SA (doravante 'NOS'), após a alteração da sua denominação em junho de 2014), detendo **50,01% das ações representativas do seu capital social**, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% na NOS (Nota 9).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3



meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu em 2013 nas contas consolidadas os ativos e passivos provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 992 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8) e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 9).

No seguimento da fusão foi efetuada na Zopt uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação. Conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais a avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos nesta operação esteve sujeita a alterações durante um período de um ano a contar desde a data de controlo, tendo este terminado em 26 de agosto de 2014.

O detalhe dos ativos líquidos do grupo ZON em 26 de agosto de 2013 e do goodwill apurado no âmbito desta transação, atualizado a 26 de agosto de 2014, é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor inicialmente reportados	Alterações aos ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	598.675	57.301	-	655.976
Ativos intangíveis	137.644	170.575	(33.202)	275.017
Investimentos em empresas do grupo	33.646	284.807	(41.259)	277.194
Ativos por impostos diferidos	55.972	10.381	10.009	76.362
Inventários	18.034	-	-	18.034
Contas a receber e outros ativos	169.888	1.861	-	171.749
Caixa e equivalentes de caixa	157.914	-	-	157.914
	1.171.773	524.925	(64.452)	1.632.246
Passivos adquiridos				
Empréstimos obtidos	817.435	7.634	-	825.069
Provisões	25.948	7.798	42.872	76.618
Passivos por impostos diferidos	7.450	68.591	(9.994)	66.047
Planos de ações	3.694	-	-	3.694
Contas a pagar e outros passivos	296.169	2.062	-	298.231
Minoritários	9.662	-	-	9.662
	1.160.358	86.085	32.878	1.279.321
Total dos ativos líquidos adquiridos	11.415	438.840	(97.330)	352.925
Goodwill				1.147.075
Preço de aquisição				1.500.000

¹ A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.



O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) valorização dos canais TV Cines e TV Series (+66,1 milhões de euros), o qual será amortizado linearmente por um período de 10 anos; (ii) carteira de clientes (+71,3 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes que é de 6 anos; (iii) investimentos financeiros (+262,1 milhões de euros) que incluem +224,2 milhões de euros de benefícios económicos futuros estimados ('goodwill') das participadas, valorizações de canais no montante de +29,4 milhões de euros, valorização de carteira de clientes no montante de +17,1 milhões de euros, entre outros e respetivos impostos diferidos associados; (iv) aumento em +57,3 milhões de euros ao valor contabilístico de equipamento básico; (v) alteração do justo valor dos empréstimos obtidos no montante de -7,6 milhões de euros; e (vi) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -59,6 milhões de euros.

O detalhe dos ativos líquidos do grupo Optimus em 26 de agosto de 2013 e do Goodwill apurado no âmbito desta transação, atualizado a 26 de agosto de 2014, é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor inicialmente reportados	Alterações aos ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	569.441	(62.616)	-	506.825
Ativos intangíveis	353.331	45.480	-	398.811
Ativos por impostos diferidos	100.976	27.626	(2.368)	126.234
Inventários	19.125	(1.384)	-	17.741
Contas a receber e outros ativos	224.165	-	-	224.165
Caixa e equivalentes de caixa	17.987	-	-	17.987
	1.285.025	9.106	(2.368)	1.291.763
Passivos adquiridos				
Empréstimos obtidos	452.362	-	-	452.362
Provisões	35.224	30.091	47.124	112.439
Passivos por impostos diferidos	1.142	10.997	-	12.139
Planos de ações	6.469	3.144	-	9.613
Contas a pagar e outros passivos	287.368	15.326	-	302.694
	782.565	59.558	47.124	889.247
Total dos ativos líquidos adquiridos	502.460	(50.452)	(49.492)	402.516
Goodwill				597.484
Preço de aquisição				1.000.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) carteira de clientes (+23,4 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (ii) licenças de telecomunicações (+12,7 milhões de euros), as quais serão amortizadas pelo período de vida remanescente das mesmas; (iii) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de -22,7 milhões de euros; (iv) ajustamento de -27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito da operação de fusão, nomeadamente, o acordo para a existência de uma opção de compra da rede de fibra da Optimus; (v) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -80,9 milhões de euros, conforme permitido pela IFRS 3, dos quais uma parte, correspondente a contingências fiscais, foi registada como redução aos ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais; e (vi) obrigações contratuais no montante de -15,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.

A metodologia utilizada nos principais ajustamentos ao justo valor foi os *Cash flows* descontados (Nível 3) com exceção das Torres de telecomunicações que foi usado os Custos de reconstrução atual (Nível 2), o Equipamento básico que foi usado os Custos de reposição (Nível 2) e as Obrigações contratuais que foi usada a Comparação com custos atuais (Nível 2).

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: (i) o período de permanência médio dos clientes Optimus utilizado na valorização da carteira de clientes; (ii) o tempo médio de utilização das atuais tecnologias 2G/3G e LTE e evolução das receitas em resultado do surgimento de novas tecnologias, na valorização das licenças de telecomunicações; entre outras. Apesar destas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir das mesmas.



Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, os quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos.

Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.

Em resultado do desreconhecimento da Optimus SGPS e das suas participadas, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, NOS e os suprimentos a receber da Zopt, foi gerada em 2013 uma menos valia de 9 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	27 de agosto de 2013
Ativos e passivos desreconhecidos	(992.397.240)
Contrapartida recebida	983.447.575
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 37)	(8.949.665)

A contrapartida recebida pode ser detalhada como se segue:

(Montantes expressos em euros)	27 de agosto de 2013
Participação no capital da Zopt (Nota 8)	597.641.944
Suprimentos Zopt (Nota 8)	230.000.000
Ações NOS (Nota 9)	155.805.631
	983.447.575



Os impactos no balanço resultantes da saída das empresas do setor das telecomunicações a agosto de 2013 em resultado desta operação podem ser detalhados como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	27 de agosto de 2013
Ativo		
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	5	(562.475.126)
Ativos intangíveis	6	(353.993.403)
Goodwill	7	(485.150.340)
Outros ativos não correntes		312.080.798
Impostos diferidos ativos	11	(98.625.767)
Total de ativos não correntes		(1.188.163.838)
Ativos correntes		
Inventários		(19.124.520)
Clientes		(127.955.743)
Outros ativos		(82.942.364)
Caixa e equivalentes de caixa		(17.986.673)
Total de ativos correntes		(248.009.300)
Capital próprio e passivo		
Reservas para planos de incentivo de médio prazo		6.468.582
Outros		5.464
Total de capital próprio		6.474.046
Passivo		
Passivo não corrente		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo		(813.080)
Outros passivos financeiros não correntes		17.879.658
Provisões para outros riscos e encargos	22	35.247.971
Impostos diferidos passivos		259.753
Outros passivos não correntes		31.672.299
Total de passivos não correntes		84.246.601
Passivo corrente		
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		115.535.594
Fornecedores		119.124.642
Outros passivos financeiros		2.660.326
Outras dívidas a terceiros		15.254.142
Outros passivos correntes		100.480.547
Total de passivos correntes		353.055.251
Total dos ativos e passivos desconhecidos		(992.397.240)



4. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2014
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	1.424.996	-	1.424.996	-	1.424.996
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	113.054	-	-	113.054	-	113.054
Outros ativos não correntes	507.518	-	-	-	507.518	4.993.935	5.501.453
	507.518	113.054	1.424.996	-	2.045.568	4.993.935	7.039.503
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	58.540.576	-	58.540.576	-	58.540.576
Clientes (Nota 13)	40.000.771	-	-	-	40.000.771	-	40.000.771
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	2.553.869	-	-	-	2.553.869	7.262.261	9.816.130
Outros ativos correntes (Nota 15)	-	-	-	9.830.558	9.830.558	2.081.667	11.912.225
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	182.010.595	-	-	-	182.010.595	-	182.010.595
	224.565.235	-	58.540.576	9.830.558	292.936.369	9.343.928	302.280.297
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	2013
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	115.448	-	-	115.448	-	115.448
Outros ativos não correntes	922.434	-	-	-	922.434	-	922.434
	922.434	115.448	-	-	1.037.882	-	1.037.882
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	202.442.350	-	202.442.350	-	202.442.350
Clientes (Nota 13)	36.416.353	-	-	-	36.416.353	-	36.416.353
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	17.177.732	-	-	-	17.177.732	5.863.034	23.040.766
Outros ativos correntes (Nota 15)	-	-	-	7.043.665	7.043.665	2.254.741	9.298.406
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	188.014.923	-	-	-	188.014.923	-	188.014.923
	241.609.008	-	202.442.350	7.043.665	451.095.023	8.117.775	459.212.798
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros		Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7		2014
Passivo não corrente							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	9.058.985	-	-	9.058.985	-	-	9.058.985
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	480.274	-	480.274	-	-	480.274
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	203.812	-	203.812	871.397	-	1.075.209
	9.058.985	684.086	-	9.743.071	871.397	-	10.614.468
Passivo corrente							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	1.980.451	-	-	1.980.451	-	-	1.980.451
Fornecedores (Nota 24)	-	21.565.689	-	21.565.689	-	-	21.565.689
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	285.904	-	285.904	-	-	285.904
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	1.238.426	-	1.238.426	5.408.938	-	6.647.364
Outros passivos correntes (Nota 27)	-	18.877.053	-	18.877.053	9.409.709	-	28.286.762
	1.980.451	41.967.072	-	43.947.523	14.818.647	-	58.766.170



					2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	24.810.079	-	24.810.079	-	24.810.079
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	67.937	67.937	-	67.937
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	969.434	969.434	307.870	1.277.304
	24.810.079	1.037.371	25.847.450	307.870	26.155.320
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	998.996	-	998.996	-	998.996
Fornecedores (Nota 24)	-	21.768.279	21.768.279	-	21.768.279
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	70.728	70.728	-	70.728
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	6.153.540	6.153.540	4.285.787	10.439.327
Outros passivos correntes (Nota 27)	-	19.223.723	19.223.723	8.483.737	27.707.460
	998.996	47.216.270	48.215.266	12.769.524	60.984.790

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registrados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e dos registrados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contábilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2014
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2013	7.444.000	11.448.857	36.094	7.013.597	251.073	1.302.572	27.496.193
Entrada de empresas (Nota 3. a)	928.630	631.866	39.669	2.467.953	127.207	-	4.195.325
Adições	58.445	97.795	-	191.433	-	458.631	806.304
Alienações	(66)	-	(3.791)	(23.281)	-	-	(27.138)
Transferências e abates	805.493	(212.180)	144	492.885	46.759	(1.643.623)	(510.522)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d)	(5.708.178)	(1.710.071)	-	(1.766.740)	(769)	(87.732)	(9.273.490)
Saldo em 31 dezembro 2014	3.528.324	10.256.267	72.116	8.375.847	424.270	29.848	22.686.672
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Entrada de empresas (Nota 3. a)	815.248	600.391	9.654	2.404.872	68.800	-	3.898.965
Depreciações do exercício	590.913	148.536	9.285	520.646	24.265	-	1.293.645
Alienações	(8)	-	(421)	(76.505)	-	-	(76.934)
Transferências e abates	(12.403)	(321.577)	16	85.115	(6.689)	-	(255.538)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d)	(3.891.918)	(1.500.003)	-	(1.443.300)	(769)	-	(6.835.990)
Saldo em 31 dezembro 2014	2.116.298	9.969.925	31.159	7.552.193	320.668	-	19.990.243
Valor líquido	1.412.026	286.342	40.957	823.654	103.602	29.848	2.696.429



							2013
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	301.133.284	1.072.287.146	171.736	213.226.929	6.715.058	20.665.640	1.614.199.793
Adições	18.694	3.081.762	34.691	11.151.440	1.187	27.990.128	42.277.902
Alienações	(547.779)	(2.821.787)	(15.282)	(382.671)	(793)	(125.388)	(3.893.700)
Transferências e abates	5.239.931	32.156.750	(69.323)	(809.232)	99.472	(36.488.232)	129.366
Unidades descontinuadas (Nota 3.e)	(298.400.130)	(1.093.255.014)	(85.728)	(216.172.869)	(6.563.851)	(10.739.576)	(1.625.217.168)
Saldo em 31 dezembro 2013	7.444.000	11.448.857	36.094	7.013.597	251.073	1.302.572	27.496.193
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	168.923.346	666.298.617	151.192	191.742.065	6.127.629	-	1.033.242.849
Depreciações do exercício	5.554.901	37.667.093	18.195	12.477.309	178.349	-	55.895.847
Alienações	(288.854)	(2.091.168)	(6.232)	(276.941)	(793)	-	(2.663.988)
Transferências e abates	(36.230)	(1.399.715)	(67.149)	(275.117)	11.640	-	(1.766.571)
Unidades descontinuadas (Nota 3.e)	(169.538.697)	(689.432.249)	(83.381)	(197.605.951)	(6.081.764)	-	(1.062.742.042)
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Valor líquido	2.829.534	406.279	23.469	952.232	16.012	1.302.572	5.530.098

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS ('Universal Mobile Telecommunications Service'), ao HSDPA ('Kanguru Express'), GSM ('Global Standard for Mobile Communications'), GPRS ('General Packet Radio Service'), ao FTTH ('Fibre-to-the-Home') e ao LTE ('Long Term Evolution'). Na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)) durante o exercício de 2013, estes ativos não fazem parte do saldo inicial nem do saldo final a 31 de dezembro de 2014 (Nota 3.e)).

As depreciações e amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser detalhadas como se segue:

	2014			2013 (reexpresso)		
	Operações continuadas	Unidades descontinuadas (Nota 37)	Total	Operações continuadas	Unidades descontinuadas (Nota 37)	Total
Ativos fixos tangíveis	826.046	467.599	1.293.645	685.620	55.210.227	55.895.847
Ativos intangíveis (Nota 6)	6.316.341	48.586	6.364.927	4.310.425	38.813.335	43.123.760
Goodwill (Nota 7)	-	-	-	970.000	-	970.000
	7.142.387	516.185	7.658.572	5.966.045	94.023.562	99.989.607

Em 31 de dezembro de 2013 as adições do exercício, incluem cerca de 5,4 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa.

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, ascendia a 1.837.373 euros e a 920.831 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 794.358 euros e 100.728 euros, respetivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os contratos de locação financeira da NOS Comunicações e da Be Artis foram desreconhecidos (Nota 3.e)) pelo que já não constam do saldo inicial nem do saldo final em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a seguinte composição:

	2014	2013
Sistemas de informação / equipamento informático	23.998	455.656
Outros projetos em curso	5.850	846.916
	29.848	1.302.572

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar.



6. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014			
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Entrada de empresas (Nota 3. a))	-	20.680.062	-	20.680.062
Adições	10.020	1.054.534	4.988.352	6.052.906
Transferências e abates	667.872	4.930.876	(4.130.894)	1.467.854
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(25.330)	(1.638.360)	-	(1.663.690)
Saldo em 31 dezembro 2014	11.000.702	55.566.461	5.418.866	71.986.029
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	7.141.359	21.660.278	-	28.801.637
Entrada de empresas (Nota 3. a))	-	12.264.460	-	12.264.460
Amortizações do exercício (Nota 5)	2.705.465	3.659.462	-	6.364.927
Transferências e abates	522.106	(54.993)	-	467.113
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(24.812)	(1.469.232)	-	(1.494.044)
Saldo em 31 dezembro 2014	10.344.118	36.059.975	-	46.404.093
Valor líquido	656.584	19.506.486	5.418.866	25.581.936

	2013			
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	471.734.531	324.743.860	22.694.448	819.172.839
Adições	15.347.168	945.238	15.429.479	31.721.885
Alienações	(1.000.000)	(2.868)	-	(1.002.868)
Transferências e abates	3.292.284	9.762.754	(12.218.518)	836.520
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	(479.025.843)	(304.909.635)	(21.344.001)	(805.279.479)
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	184.502.817	255.141.914	-	439.644.731
Amortizações do exercício	29.196.162	13.927.598	-	43.123.760
Alienações	(1.000.000)	(641)	-	(1.000.641)
Transferências e abates	(67.651)	(1.612.486)	-	(1.680.137)
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	(205.489.969)	(245.796.107)	-	(451.286.076)
Saldo em 31 dezembro 2013	7.141.359	21.660.278	-	28.801.637
Valor líquido	3.206.781	8.879.071	4.561.408	16.647.260

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a NOS Comunicações assumiu compromissos em exercícios anteriores na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015. Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ('MOPTC'), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da NOS Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser



reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. A totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a NOS Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total foi reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS na rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos' por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos foram desreconhecidas das demonstrações financeiras consolidadas na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de 43.123.760 euros incluem o montante de 38.813.335 euros relativos a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.d), 3.e) e 37) e o montante de 4.310.425 euros relativo a unidades continuadas.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso. O valor capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 462.097 euros. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 4,5% a qual correspondia à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo grupo. Estes ativos foram também, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

Em 31 de dezembro de 2014 as adições do exercício relativos a ativos intangíveis, incluem cerca de 4,9 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 7,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID, NetClarus e Bitácora.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

7. Goodwill

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2014	2013
Saldo inicial	28.434.416	517.985.506
Ajustamento ao goodwill da Connectiv	-	(3.066.150)
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	-	(485.150.340)
Outros movimentos do exercício	284.650	(364.600)
Perdas por imparidade (Nota 5)	-	(970.000)
Saldo final	28.719.066	28.434.416

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Outros movimentos do exercício' inclui os efeitos da atualização cambial de goodwill.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor da rubrica 'Unidades descontinuadas (Nota 3.e))', corresponde ao desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.e)).



Assim, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
2014		
Goodwill	22.689.066	6.030.000

	Sistemas de Informação	Multimédia
2013		
Goodwill	22.404.416	6.030.000

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. A alocação do preço de compra foi efetuada da seguinte forma:

(Montantes expressos em euros)	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	576.455	-	576.455
Ativos intangíveis	49.303	3.190.109	3.239.412
Outras dívidas de terceiros	1.155.221	-	1.155.221
Outros ativos	116.744	-	116.744
Caixa e equivalentes de caixa	315.304	-	315.304
	2.213.027	3.190.109	5.403.136
Passivos adquiridos			
Outras dívidas a terceiros	184.608	-	184.608
Outros passivos	1.144.459	-	1.144.459
	1.329.067	-	1.329.067
Total dos ativos líquidos adquiridos	883.960	3.190.109	4.074.069
Preço de aquisição inicial estimado			9.241.844
Goodwill inicial estimado			5.167.775
Ajustamentos ao preço estimado			412.703
Alocação a know-how			(3.478.853)
Goodwill Final			2.101.625

No seguimento da aquisição da Connectiv Solutions, Inc., a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de *software* e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas fusões e aquisições, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, a qual foi reconhecida como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor dos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de 2 milhões de USD (1 milhão pago em 2013 e 1 milhão pago em 2014), e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de USD 2 milhões (tendo já sido pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, USD 658 mil). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante contingente a pagar foi reduzido em USD 547.579 (412.703 euros).



Foi ainda efetuada uma alocação a *know-how* no montante de USD 4.547.579 (3.478.653 euros), o que gerou um ajustamento ao Goodwill inicial, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais, uma vez que esse ajustamento ocorreu no período permitido pela IFRS 3 para alocação do goodwill, o qual foi totalmente amortizado até ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo Americas.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual excepto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,6%. Para este crescimento contribuiu essencialmente o grupo WeDo pela aposta em novos setores de atividade e a recente aposta no mercado de segurança que está em forte crescimento. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de 2,0%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento de 2% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	8,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	0,0%	2,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cybersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi efetuada uma reavaliação da taxa de desconto utilizada tendo sido alterada para 10,5% (13% em 2013) no setor dos sistemas de informação, para 9% (12% em 2013) no setor da multimédia e para 8,2% (9% em 2013) para o setor das telecomunicações. No caso do setor dos sistemas de informação foi ainda revista a taxa de crescimento utilizada tendo sido esta alterada para 2% (3% em 2013) tendo em conta a maturidade da empresa no setor.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal nos últimos anos, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspetivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda no valor de 970 mil euros no exercício de 2013, na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.w).

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 - Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.



8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Sede social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados		
	31 dezembro 2014		31 dezembro 2013		31 dezembro 2014	31 dezembro 2013	
	Direto	Total	Direto	Total			
ZOPT (a)	Porto	50%	50%	50%	50%	15.809.426	(523.500)
Unipress – Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	31.069	44.967
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' – usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	45%	45%	45%	45%	(32.738)	(44.245)
Infosystems (a) (b)	Luanda	Alienada		Alienada		-	32.413
S21Sec Ciber seguridad SA de CV ('Ciber seguridad') (c)	Cidade do México	50%	30%	-	-	(64.936)	-
Intelligent Big Data, S.L. ('Big Data') (d)	Gipuzcoa	50%	30%	-	-	(19)	-
Total (Nota 32)						15.742.802	(490.365)

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

(b) Empresa alienada em novembro de 2013

(c) Empresa detida diretamente pela S21 Sec México

(d) Empresa detida diretamente pela S21 Sec Gestion

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com a IFRS 11, a classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. Desta forma e de acordo com o disposto nesta norma, a 31 de dezembro de 2014 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	31 dezembro 2014			31 dezembro 2013		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	622.479.701	87.849.200	710.328.901	570.243	321.700	891.943
Aumentos	1.500	-	1.500	625.114.444	87.527.500	712.641.944
Diminuições	-	-	-	(34.251)	-	(34.251)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 32)	15.742.802	-	15.742.802	(490.365)	-	(490.365)
Efeito em reservas	2.687.127	-	2.687.127	(2.536.500)	-	(2.536.500)
Dividendos	(7.320.650)	-	(7.320.650)	(143.870)	-	(143.870)
	633.590.480	87.849.200	721.439.680	622.479.701	87.849.200	710.328.901
Registado em perdas por imparidade (Nota 22)	168.071	-	168.071	105.384	-	105.384
Total de Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	633.758.551	87.849.200	721.607.751	622.585.085	87.849.200	710.434.285

O valor de aumentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde ao aumento na Zopt, de acordo com o seguinte:

	2013
Zopt	
Participação no capital da Zopt (Nota 3.e))	597.641.944
Prestações Acessórias Zopt (Nota 3.e))	230.000.000
Alienação de Prestações Acessórias da Zopt (Nota 3.e))	(115.000.000)
Total	712.641.944

O valor do Goodwill adicional ao existente nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de 87.527.500 euros resulta da diferença entre o valor do investimento (712.641.944 euros) e o valor da proporção dos capitais próprios da Zopt (625.114.444 euros), uma vez que não foi identificada qualquer alocação adicional dos ativos e passivos por estes já se encontrarem registadas ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt à data de operação da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.e)).



O efeito em reservas da aplicação do método da equivalência patrimonial resulta de outras variações nos capitais próprios das empresas associadas e controladas conjuntamente, nomeadamente referentes a reservas de conversão cambial (7,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014) e a operações com ações próprias (5,2 milhões de euros negativos em 31 de dezembro de 2014).

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	31 dezembro 2014			31 dezembro 2013		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	633.292.491	87.527.500	720.819.991	622.079.444	87.527.500	709.606.944
Unipress	466.060	321.700	787.760	505.641	321.700	827.341
SIRS	(138.122)	-	(138.122)	(105.384)	-	(105.384)
Ciber seguridad	(30.543)	-	(30.543)	-	-	-
Big Data	594	-	594	-	-	-
Total	633.590.480	87.849.200	721.439.680	622.479.701	87.849.200	710.328.901

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros das entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2014
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido
ZOPT*	50%	4.550.765	2.004.499	2.546.266	1.383.930	128.153	62.845
Unipress	50%	3.913	2.981	932	3.057	851	62
SIRS	45%	309	616	(309)	907	(31)	(73)
Ciber seguridad	30%	298	463	(165)	547	(172)	(170)
Big Data	30%	1	1	(0)	0	(3)	(3)

* Contas consolidadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo, sendo que a 31 de dezembro de 2014 a capitalização bolsista da NOS ascende a 2.697 milhões de euros.



As demonstrações financeiras consolidadas da Zopt a 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.198.203	1.153.257
Ativos intangíveis	2.396.111	2.408.062
Impostos diferidos ativos	155.884	173.392
Outros ativos não correntes	316.168	299.279
Ativo não corrente	4.066.366	4.033.990
Clientes	331.521	276.630
Caixa e equivalentes de caixa	29.772	74.390
Outros ativos correntes	123.106	103.831
Ativo corrente	484.399	454.851
Total do ativo	4.550.765	4.488.841
Passivo		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	621.057	932.770
Provisões para outros riscos e encargos	180.688	179.113
Outros passivos não correntes	95.397	99.453
Passivos não correntes	897.142	1.211.336
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	505.749	215.791
Fornecedores	340.918	296.915
Outros passivos correntes	260.690	253.049
Passivos correntes	1.107.357	765.755
Total do passivo	2.004.499	1.977.091
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.276.520	1.251.127
Interesses sem controlo	1.269.746	1.260.623
Total do capital próprio	2.546.266	2.511.750
Total do capital próprio e do passivo	4.550.765	4.488.841

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
Receitas totais	1.383.930	476.848
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(594.556)	(204.528)
Amortizações	(360.381)	(115.611)
Outros custos operacionais	(300.839)	(132.491)
	(1.255.776)	(452.630)
Resultados financeiros	(51.966)	(18.965)
Imposto sobre o rendimento	(13.343)	(6.406)
Resultado líquido consolidado do exercício	62.845	(1.153)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	31.573	(454)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	31.271	(699)

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do exercício da NOS, do resultado líquido do exercício da Zopt e dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt.

Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

1. Processos com entidades reguladoras

- Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a disponibilização dos canais TV CINES, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração, estando a mesma provisionada, atendendo ao nível de risco, no grupo Zopt.



- O ICP-ANACOM instaurou processos de contraordenação contra empresas do Grupo, tal como contra a generalidade dos operadores de comunicações eletrónicas nacionais, por violação das regras de portabilidade. A NOS SA, NOS Açores e a NOS Madeira impugnaram judicialmente as decisões do ICP-ANACOM, de condenação no pagamento de coimas, no âmbito desses processos. Em 2014 foram proferidas decisões judiciais de cinco processos que confirmaram sanções aplicadas à NOS SA, NOS Açores e à NOS Madeira no montante de 72 milhares de euros. Encontram-se ainda pendentes de decisão processos de anos anteriores.

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos do ICP-ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.861 milhares de euros, 3.808 milhares de euros, 6.049 milhares de euros, 6.283 milhares de euros e 7.270 milhares de euros; (ii) 29 milhares de euros, 60 milhares de euros, 95 milhares de euros, 95 milhares de euros e 104 milhares de euros (iii) 40 milhares de euros, 83 milhares de euros, 130 milhares de euros, 132 milhares de euros e 149 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa é uma percentagem definida anualmente pelo ICP-ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores: o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ICP-ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente a 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, o ICP-ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e decisão.

2. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2014, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2012. Na sequência destas inspeções, a NOS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 25,8 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros (correspondendo a notificações no montante de 17,3 milhões de euros deduzido de juros de mora). Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

3. Ações da PT contra a NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a PT

- A PT intentou contra a NOS Madeira, no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, acrescido de juros, relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço de vias Video/Audio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A empresa contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços em causa, aos serviços e à legitimidade da PT quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013, que foi largamente favorável à NOS Madeira, da qual, entretanto, a PT recorreu, estando o processo a aguardar normal desenvolvimento.
- Em 2011, a PT intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou contestação e réplica, estando agora em curso a realização da prova pericial.
- A PT efetuou uma notificação judicial avulsa à NOS SA (abril de 2013), duas à NOS Açores (março e junho de 2013) e duas à NOS Madeira (março e junho de 2013), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela PT e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos. A PT não indica os montantes totais em que pretenda ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS Açores, no valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, no valor de 817 milhares de euros.
- Em 2011, a NOS SA intentou contra a PT, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da PT, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela PT no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial, que está atualmente em curso.

É entendimento do Conselho de Administração, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA obter vencimento na ação, até pelo facto da PT já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pelo ICP- ANACOM, não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação.

Os casos e processos acima descritos encontra-se provisionado nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a NOS Açores foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a NOS Açores, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Video/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Relativamente ao primeiro processo, foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela NOS Açores para cerca de 97 milhares de euros. Relativamente ao segundo processo, no terceiro trimestre de 2014 a NOS Açores foi condenada a pagar os 316 milhares de euros, sem prejuízo dos juros e custas. Ambos os valores estão totalmente provisionados a 31 de dezembro de 2014 nas contas do grupo NOS.

4. Ação contra a NOS SA

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SA por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo. A ação aguarda julgamento.

5. Ações contra a SPORT TV

A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos *premium*.

A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, tendo entretanto sido proferida decisão pelo Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, que alterou a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação.

6. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização. A 31 de dezembro de 2014, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores de indemnizações faturadas ascende a um total de 119.395 milhares de euros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi recebido e reconhecido em resultados o montante de 6.556 milhares de euros.

7. Tarifas de Interligação

Em 31 de dezembro de 2014, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

8. CNPD

Processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Logo durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. Em 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, e impugnou judicialmente a coima. Em 8 de setembro de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão reduziu o valor da coima para 600 mil euros, tendo a NOS SA recorrido desta decisão. Decorrente destas decisões, a provisão inicial foi reduzida em 3,9 milhões de euros, afetando o resultado líquido do exercício de 2014. Em 5 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação Lisboa em sede de recurso fixou a coima em 100 mil euros, decisão que ainda é suscetível de recurso.

9. ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da Anacom em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de



2014, a nulidade do processo (violação do direito de defesa da NOS SA). Em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base as mesmas acusações, processo que constitui uma repetição da acusação inicialmente apresentada contra a NOS SA.

Em setembro de 2014 a ANACOM aplicou, com base nos mesmos factos, uma coima à NOS SA, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, tendo sido impugnado judicialmente tal decisão.

10. Prestações acessórias

A Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no n.º 1 do artigo 58.º do CIRC, ao ter efetuado em exercícios anteriores prestações acessórias em benefício da sua participada Be Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.

11. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2012 (Relatório da Inspeção Tributária rececionado em janeiro de 2015). Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18.º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente aos exercícios de 2011 e 2012. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

12. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17.º a 22.º, da Lei n.º 35/2012, de 23 de Agosto. Desde 1995 até junho de 2014, PT Comunicações, SA (PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada ilegalmente sem um procedimento concursal (aliás, como reconhecido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da Portugal Telecom). De acordo com o Artigo 18.º da referida Lei 35, os custos líquidos do operador responsável pelo serviço universal aprovados pelo ICP-ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS fica assim abrangida por esta contribuição extraordinária visto que a PTC veio solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação. O fundo de compensação pode ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pelo ICP-Anacom, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior. Em setembro de 2013, o ICP-Anacom deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão esta que foi impugnada pela NOS e em relação à qual a NOS foi, em junho de 2014, notificada da contestação oferecida pelo ICP-Anacom. Ainda em junho de 2014, o ICP-Anacom solicitou à NOS o envio da informação sobre o volume de negócios elegível, para efeito do pagamento da contribuição para o fundo de compensação relativa aos CSLU de 2007 a 2009, informação esta enviada com a ressalva de que tal não significava a aceitação ou concordância por parte da NOS quanto à existência de qualquer obrigação de efetuar o pagamento da contribuição extraordinária. Em novembro de 2014 o ICP –ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47 milhões de euros, decisão esta que será impugnada pela NOS. Após a conclusão de auditoria aos volumes de negócio elegível reportados em junho de 2014, o ICP – ANACOM, já em janeiro de 2015, emitiu as notas de liquidação relativas à NOS no montante total de 18,6 milhões de euros referentes aos CSLU de 2007 a 2009, as quais serão impugnadas pela NOS. Acrescenta-se que é expectável que a PTC venha a submeter ao ICP-Anacom os cálculos dos CSLU incorridos no período entre 2012 e junho de 2014, sendo estimado que o valor da contribuição referente à Optimus, SA, até à data da fusão, seja de 22 milhões de euros.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que esta contribuição extraordinária viola a Diretiva do Serviço Universal, na medida em que a PTC não foi designada como prestadora do serviço universal através de um procedimento concursal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no direito interno português. Por estas razões, a NOS irá impugnar judicialmente todas as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias. Na sequência dos factos ocorridos, sobretudo em junho de 2014, e após reavaliação do processo com os advogados, esta contribuição é classificada como um Passivo contingente, sendo contudo convicção do Conselho de Administração da NOS de que terá sucesso as impugnações efetuadas e a efetuar.

Independentemente da convicção do Conselho de Administração da NOS, foi atribuída, já em 2014, no período de alocação do Goodwill previsto pela IFRS 3, uma provisão para fazer face a esta situação, relativamente à eventual responsabilidade até à data da fusão.

É convicção do Conselho de Administração da Sonaecom que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo NOS estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonaecom.



9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 3.e)), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na ZOPT. Parte destas ações foram utilizadas no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias, conforme descrito abaixo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonae de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como segue:

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 32)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(3.129.895)	-	57.661.618
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(167.060)	(246.974)	2.303.954
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(3.296.955)	(246.974)	59.965.572
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						1.424.996
Registado em ativos correntes (Nota 4)						58.540.576

* Planos de incentivo de médio prazo

						2013
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos (Nota 3.e))	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 32)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	-	155.805.631	-	46.636.719	-	202.442.350
	-	155.805.631	-	46.636.719	-	202.442.350
Registado em ativos correntes						202.442.350

* Planos de incentivo de médio prazo

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 32), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica 'Outros custos operacionais' e 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

As diminuições a 31 de dezembro de 2014 do investimento em ações NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 17), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

As diminuições do investimento em ações Sonae SGPS, correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O valor registado em ativos não correntes corresponde ao investimento em ações Sonae SGPS, para cobertura dos planos de incentivo de médio prazo, cujo pagamento irá ocorrer em mais de um ano.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2014	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	5,236	1,024
Justo valor	57.661.618	2.303.954

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2014 no apuramento do justo valor.



2013	NOS
Ações	37.489.324
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1
Método de valorização	Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	5,4
Justo valor	202.442.350

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2013 no apuramento do justo valor.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2014	2013
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	10.710	13.104
Perdas por imparidade		(100.000)	(100.000)
		113.054	115.448

Em 31 de dezembro de 2014, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	13.630	6.201	1.020	14.311	(626)	(1.018)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	110	10	-	58	8	8

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2013.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de 6.837.230 euros e 5.199.886 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

							2014
	Saldo em 31 dezembro 2013	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a))	Movimentos nos Impostos Diferidos do exercício	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo em 31 dezembro 2014
Prejuízos fiscais	848.995	1.044.217	736.268	(231.986)	-	-	2.397.494
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.510.903	-	274.141	-	(58.532)	(104.181)	1.622.331
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	946.535	-	-	-	232.276	(65.367)	1.113.444
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	227	-	-	-	(227)	-	-
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.997.545	-	(252.245)	-	-	-	1.745.300
Efeito em resultados (Nota 3.3)	5.304.205	-	758.164	(231.986)	173.517	-	6.003.900
Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a)) e unidades descontinuadas (Nota 3.d))	-	1.044.217	-	-	-	(169.548)	874.669
Outros	(104.319)	-	62.980	-	-	-	(41.339)
Saldo final	5.199.886	1.044.217	821.144	(231.986)	173.517	(169.548)	6.837.230



						2013
	Saldo em 31 dezembro 2012	Movimentos nos Impostos Diferidos do exercício	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	Saldo em 31 dezembro 2013
Prejuízos fiscais	6.172.973	1.160.777	(928.527)	(1.054.642)	(4.501.586)	848.995
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	36.302.876	(75.391)	-	4.718.206	(39.434.788)	1.510.903
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	9.709.216	5.088.052	(1.320.450)	(5.900)	(12.524.383)	946.535
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	13.249.801	(4.416.654)	-	1.392.244	(10.225.164)	227
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	-	(2.146.667)	-	(1.073.333)	-
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	32.510.701	(3.849.386)	-	4.202.743	(30.866.513)	1.997.545
Sub-total do efeito em resultados	101.165.567	(2.092.602)	(4.395.644)	9.252.651	(98.625.767)	5.304.205
Unidades descontinuadas	95.065.947	(2.407.278)	(3.249.921)	9.217.018	(98.625.767)	-
Operações continuadas (Nota 33)	6.099.620	314.676	(1.145.723)	35.632	-	5.304.205
Outros	(30.786)	(73.533)	-	-	-	(104.319)
Saldo final	101.134.781	(6.351.339)	(4.395.644)	9.252.651	(98.625.767)	5.199.886

No saldo inicial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as 'Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias' incluíam diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da NOS Comunicações. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o qual seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas. Em agosto de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon foi efetuado o desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)), pelo que estes ativos não fazem parte do saldo final do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 3.e)).

Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos na conversão para IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008. Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, naquela data, com razoável segurança, a sua utilização. Até 27 de agosto de 2013, foi revertido um montante de 15 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária. Em agosto de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon foi efetuado o desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)), pelo que estes ativos não fazem parte do saldo inicial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 3.e)).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2014, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21% (23% em 2013), devido à alteração da taxa de IRC de 23% para 21% a partir de 2015. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa a utilizar é de 22,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.



De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de dezembro de 2014, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS*											2014	
		We Do Brasil	We Do USA	SSI Espanha	We Do Mexico	Saphety Brasil	S21 Sec Gestion	S21 Sec Institute	S21 Sec Labs	Lookwise	Total	Total Grupo Sonaecom	
Prejuízos fiscais reportáveis:													
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	33.607	-	-	-	-	-	-	33.607	33.607
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	26.824	-	-	-	-	-	-	26.824	26.824
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	185.904	-	-	-	-	-	-	185.904	185.904
A serem utilizados até 2025	-	-	-	126.288	-	-	-	-	-	-	-	126.288	126.288
A serem utilizados até 2026	948	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	948
A serem utilizados até 2027	-	-	-	-	-	-	-	13.482	45.833	-	-	59.315	59.315
A serem utilizados até 2028	-	-	-	-	-	-	289.787	36.623	12.017	526.337	-	864.764	864.764
A serem utilizados até 2030	-	-	137.641	32.650	-	-	-	-	-	-	-	170.291	170.291
A serem utilizados até 2033	-	-	98.249	-	-	-	-	-	-	-	-	98.249	98.249
A serem utilizados até 2034	-	-	831.304	-	-	-	-	-	-	-	-	831.304	831.304
Prejuízos fiscais	948	-	1.067.194	158.938	246.335	-	289.787	50.105	57.850	526.337	2.396.546	2.397.494	
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	738.624	317.536	432.855	-	103.040	6.966	23.132	-	178	-	883.707	1.622.331	
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.094.673	-	18.771	-	-	-	-	-	-	-	18.771	1.113.444	
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.745.300	
Outros	-	5.962	(52.881)	-	5.687	(107)	-	-	-	-	(41.339)	(41.339)	
Total	1.834.245	323.498	1.465.939	158.938	355.062	6.859	312.919	50.105	58.028	526.337	3.257.685	6.837.230	

* A partir de 2014, a Digitmarket foi incluída no RETGS, devido às alterações ocorridas na legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2014	2013
Prejuízos fiscais	9.097.403	5.988.664
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	30.179.083	34.979.707
Outros	779.002	1.254.119
Total	40.055.488	42.222.490



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registrados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2014	2013
2014	-	407.763
2015	1.218.965	1.261.963
2016	269.298	304.480
2017	199.008	209.237
2018	254.728	216.766
2019	373.957	331.156
2020	148.146	28.467
2021	168.442	53.860
2022	341.225	53.174
2023	92.878	-
2025	123.915	-
2026	762.523	-
2027	220.864	-
2028	183.642	-
2029	1.166.417	-
2030	44.295	84.942
2031	89.045	105.369
2032	54.390	-
Sem limite de utilização	3.385.665	2.931.487
	9.097.403	5.988.664

Os anos de 2027 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 no montante de 89.522 euros resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	(89.522)	(1.089.637)
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	88.971	740.362
Unidades descontinuadas	-	740.173
Operações continuadas	88.971	189
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	-	259.753
Sub-total do efeito em resultados (Nota 33)	88.971	189
Outros	551	-
Saldo final	-	(89.522)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Resultado antes de imposto	14.661.702	41.414.283
Imposto	(3.372.191)	(10.353.571)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	2.880.672	4.028.066
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	108.150	564.199
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	141.116	2.702.328
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(447.536)	(403.722)
Registo de passivos por impostos diferidos	-	(350.070)
Impostos registados no exercício (Nota 33)	(689.789)	(3.812.770)



A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 23% (25% em 2013) por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, em 2014, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2011 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	341.038	427.855
Mercadorias	761.420	150.670
	1.102.458	578.525
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 22)	(25.000)	(25.000)
	1.077.458	553.525

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 ascendeu a 30.341.304 euros e 24.753.054 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	2014	2013
Inventários iniciais	578.525	18.179.938
Compras	30.235.375	51.803.061
Reforço de perdas por imparidade em inventários (Nota 22)	-	466.664
Regularização de inventários	629.862	(4.514.410)
Saída de empresas (Nota 3.e))	-	(19.124.520)
Unidades descontinuadas (Nota 37)	-	(21.479.154)
Inventários finais	(1.102.458)	(578.525)
	30.341.304	24.753.054

Os montantes inscritos nas rubricas de 'Regularização de inventários', em 31 de dezembro de 2013, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica 'Inventários' para a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes da então subsidiária Optimus - Comunicações S.A. (Nota 5). Estes montantes foram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados em 'Custo das Vendas' (Nota 1.i)).



13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Clientes correntes:		
Sistemas de Informação	35.521.789	32.032.744
Multimédia e outros	4.478.982	4.383.609
	40.000.771	36.416.353
Clientes de cobrança duvidosa	3.704.428	3.889.900
	43.705.199	40.306.253
Perdas por imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(3.704.428)	(3.889.900)
	40.000.771	36.416.353

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição das perdas por imparidade acumuladas por segmento é como segue:

	2014	2013
Perdas por imparidade acumuladas em clientes:		
Sistemas de Informação	1.919.632	1.965.707
Multimédia e outros	1.784.796	1.924.193
	3.704.428	3.889.900

A exposição do grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidades para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser detalhada como segue:

	Total	Vencido sem imparidade				Vencido e com imparidade			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2014									
Clientes	43.705.199	18.460.254	5.152.882	4.422.285	10.303.734	332.333	63.824	481.021	4.488.866
2013									
Clientes	40.306.253	16.421.523	7.189.764	4.782.586	4.719.780	954.061	856.685	1.179.790	4.202.064

Em 31 de dezembro de 2014, do valor total das contas a receber, com antiguidade superior a 90 dias e com imparidade, líquido dos montantes de IVA que o grupo espera e desenvolve esforços concretos para recuperar, encontram-se provisionados cerca de 90%.

A monitorização do risco de crédito é efetuada de forma contínua e pode ser resumida como segue:

- (i) Para os clientes regulares, a imparidade é calculada pela aplicação de uma taxa de incobrabilidade apurada recorrendo ao histórico de cobranças do grupo.
- (ii) Para os restantes ativos, a imparidade é calculada com base na antiguidade dos saldos a receber líquidos dos montantes a pagar e do conhecimento da situação financeira do devedor.



14. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Estado e outros entes públicos	7.262.261	5.863.034
Adiantamentos a fornecedores	305.618	534.960
Outros devedores	2.357.876	16.752.397
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 22)	(109.625)	(109.625)
	9.816.130	23.040.766

A 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros devedores' inclui um valor referente ao facto da Sonaecom SGPS, S.A. ter optado por beneficiar do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, tendo procedido a um pagamento no montante total de 4.993.935 euros essencialmente relativos a IVA. É convicção do Conselho de Administração que estes valores não são devidos e que não existem passivos materiais associados que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação. Em 31 de dezembro de 2014 este valor foi reclassificado para a rubrica 'Outros ativos não correntes'.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a antiguidade de saldos de outros devedores e adiantamentos a fornecedores pode ser detalhada como segue:

	Total	Vencido sem imparide				Vencido e com imparidade			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2014									
Adiantamentos a fornecedores	305.618	6.109	3.218	15.475	280.816	-	-	-	-
Outros devedores	2.357.876	97.384	30.472	1.133.713	1.007.557	-	-	8.108	80.642
	2.663.494	103.493	33.690	1.149.188	1.288.373	-	-	8.108	80.642
2013									
Adiantamentos a fornecedores	534.960	52.663	239.007	3.136	240.154	-	-	-	-
Outros devedores	16.752.397	364.583	4.489.285	3.228.261	8.464.783	-	-	5.197	200.288
	17.287.357	417.246	4.728.292	3.231.397	8.704.937	-	-	5.197	200.288

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem, maioritariamente, a dívidas com empresas do grupo Sona e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

15. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Faturação a emitir a clientes por prestação de serviços	9.058.592	6.242.561
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	1.478.537	1.892.828
Outros acréscimos de proveitos	760.712	783.419
Rendas pagas antecipadamente	332.985	293.202
Descontos de quantidade a receber	11.255	17.684
Outros despesas pagas antecipadamente	270.144	68.712
	11.912.225	9.298.406

Os resultados relativos a projetos realizados pela área de sistemas de informação são reconhecidos com base na percentagem de acabamento dos mesmos.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os projetos em curso podem ser resumidos como segue:

	2014	2013
Número de projetos em curso	894	664
Total de custos reconhecidos	18.961.821	18.133.225
Total de receitas reconhecidas	34.928.537	30.823.190
Total de proveitos diferidos (Nota 27)	7.053.922	5.944.035
Total de proveitos acrescidos	6.281.550	4.680.950

16. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2014	2013
Numerário	22.423	10.979
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.551.280	28.793.626
Aplicações de tesouraria	177.436.892	159.210.318
Caixa e equivalentes de caixa	182.010.595	188.014.923
Descobertos bancários (Nota 20)	(196.082)	(10.208)
	181.814.513	188.004.715

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' correspondia exclusivamente a aplicações bancárias.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, venceram juros a uma taxa média de 1,03% (1,69% em 2013) estando distribuídas, naquela data, por 6 instituições financeiras.

17. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 e 366.246.868 ações, respetivamente, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 e 1 euro, respetivamente. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2014		2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	52,99%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	76.679.374	20,94%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	82.152.012	22,43%
Ações próprias (Nota 18)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,52%
Goldman Sachs*	-	-	7.780.349	2,12%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.**	-	-	1.000	0,00%
	311.340.037	100,00%	366.246.868	100,00%

* A 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Group, Inc. passou a deter uma participação qualificada no capital social da Sonaecom por ter adquirido 7.780.349 ações representativas de 2.12% do capital. Em fevereiro de 2014, alienou os seus direitos de voto e por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pela Goldman Sachs Group, Inc., foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

** No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, na sequência da conclusão da Oferta Pública Geral, Voluntária de Aquisição de Ações Próprias, a Efanor deixou de ter uma participação direta no capital social da Sonaecom.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.



Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 9) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

18. Ações próprias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 17, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

19. Interesses sem controlo

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os interesses sem controlo tinham a seguinte composição:

	2014	2013
Digitmarket	422.253	375.209
S21 Sec FRM (Nota 3.a))	203.201	-
S21 Sec Barcelona (Nota 3.a))	180.018	-
Saphety Colômbia	(35.341)	(13.836)
Saphety	(37.039)	(71.967)
Saphety Brasil	(48.982)	(20.688)
S21 Sec Brasil (Nota 3.a))	(60.983)	-
S21 Sec Labs (Nota 3.a))	(208.676)	-
Lookwise (Nota 3.a))	(359.242)	-
S21 Sec Gestion (Nota 3.a))	(678.123)	-
Outros	(9.086)	1.106
	(632.000)	269.824



20. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2014	2013
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-16	Final	-	20.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(58.271)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	61.767
					-	20.003.496
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	Parcelar	-	4.449.538
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Parcelar	1.229.223	-
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Parcelar	600.919	-
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	Parcelar	573.839	-
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Parcelar	547.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Parcelar	309.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Parcelar	296.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	Parcelar	192.000	-
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-24	Parcelar	2.046.913	-
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-25	Parcelar	1.701.292	-
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	dez-25	Parcelar	1.215.946	-
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(152.924)	(121.435)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	48.455	27.158
					9.058.985	4.806.583
					9.058.985	24.810.079

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2014	2013
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-14/out-14	-	-	988.788
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	jul-15	-	199.912	-
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-15	-	150.057	-
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-15	-	111.033	-
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	jul-15	-	99.815	-
S21 Sec Gestion	Factoring	300.000	jul-15	-	111.431	-
S21 Sec Gestion	Factoring	400.000	jul-15	-	261.674	-
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	dez-15	-	223.880	-
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	dez-15	-	179.164	-
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	dez-15	-	431.228	-
Diversas	Descobertos bancários (Nota 16)	-	-	-	196.082	10.208
Diversas	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	16.175	-
					1.980.451	998.996

Empréstimos Obrigacionistas

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.



O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no exercício de 2013, foi de 2,71%.

Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos tendo sido, em março de 2014, cedida esta linha à Sonae SGPS.

A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no exercício de 2013, foi de 4,26%.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente e autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros e a S21GES no montante de cerca de 756 mil euros com prazos, geralmente, até um ano.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Subsídios reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo tinha subsídios reembolsáveis obtidos de entidades dependentes do Governo de Navarra, CDTI e 'Ministerio de Ciencia y Tecnología'. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e apresentam o seguinte plano de reembolso:

	2014
2015	834.272
2016	866.451
2017	1.039.114
2018	1.025.130
2019 e seguintes	2.033.456
	5.798.423

Estes subsídios vencem juros a taxas compreendidas entre os 0% e os 4%.

Outros

Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espirito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento era composto por 11 *tranches* semestrais, tendo sido a primeira exigível em abril de 2014. Este empréstimo foi antecipadamente reembolsado em outubro de 2014.



Os empréstimos da S21 Sec Gestion podem ser detalhados como se segue:

2014					
Denominação	Limite	Vencimento	Banco		
Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Popular		
Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Santander		
Empréstimo bancário	573.839	jul-21	BBVA		
Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Bankinter		
Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Sabadell		
Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Popular		
Empréstimo bancário	192.000	jul-21	La Caixa		

A taxa de juro média destes empréstimos em 31 de dezembro de 2014 foi de 3,05%.

Em 31 de dezembro de 2014, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições, nomeadamente, à oneração ou constituição de garantias reais sobre os bens, elementos ou ativos do seu património das subsidiárias, à alteração das atividades principais empresas, à emissão de novas ações ou alteração dos direitos acionistas. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2014 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos classificados em médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
2014						
Outros empréstimos S21GES:						
Amortização	-	-	185.913	874.779	865.083	1.822.129
Juros	115.902	112.809	131.734	166.717	123.119	116.829
	115.902	112.809	317.647	1.041.496	988.202	1.938.958
2013						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	20.000.000	-	-	-
Juros	980.278	980.278	424.318	-	-	-
Outros empréstimos WeDo USA:						
Amortização	-	988.786	988.786	988.786	988.786	494.394
Juros	134.394	108.363	82.549	56.231	30.273	4.242
	1.114.672	2.077.427	21.495.653	1.045.017	1.019.059	498.636

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2014						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	111.033	38.967	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	150.057	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	99.815	185	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
Outras	Diversos	-	196.082	-	x	
		5.503.629	4.504.880	1.194.888		
2013						
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.438.326	5.438.326	-	x	x
Outras	Diversos	-	10.208	-	x	
		41.438.326	25.448.534	16.000.000		

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2014, incluindo a dívida relativa a locação financeira, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado tivessem a subido (descido), em média, 75bp durante o ano de 2014, os juros suportados nesse exercício seriam diminuídos (acrescidos), em aproximadamente, 1.200.000 euros.



21. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 480.274 euros e 67.937 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de dezembro de 2014 e 2013 era o seguinte:

	2014		2013	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2014	-	-	76.294	70.728
2015	322.845	285.904	41.332	38.286
2016	269.054	249.949	26.142	25.040
2017	228.987	221.858	4.682	4.612
2018	8.549	8.467	-	-
	829.435	766.178	148.450	138.665
Juros	(63.258)	-	(9.784)	-
	766.177	766.178	138.666	138.665
Parcela curto prazo (Nota 25)	-	(285.904)	-	(70.728)
	766.177	480.274	138.666	67.937

22. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a))	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Unidades descontinuadas (Notas 3.d) e 3.e))	Saldo final
2014							
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14)	3.999.525	500.020	68.383	(209.538)	(407.060)	(137.277)	3.814.053
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	3.060.986	273.266	530.090	(229.160)	(739.871)	(315.990)	2.579.321
	7.085.511	773.286	598.473	(438.698)	(1.146.931)	(453.267)	6.418.374
2013							
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14)	82.895.444	-	18.801.662	(5.504.235)	(19.030.746)	(73.162.600)	3.999.525
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	4.377.789	-	466.664	(1.995.000)	(520.824)	(2.303.629)	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	43.673.340	-	4.257.934	(5.753.550)	(3.868.767)	(35.247.971)	3.060.986
	130.946.573	-	23.526.260	(13.252.785)	(23.420.337)	(110.714.200)	7.085.511

Os valores de reforços e reduções das Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber e das Provisões para outros riscos e encargos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser detalhados como se segue:



	2014		2013	
	Reforço	Redução	Reforço	Redução
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber				
Unidades continuadas - registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções) (Nota 29)	25.972	(209.538)	1.108.347	(174.361)
Unidades descontinuadas (Nota 37)	42.411	-	17.693.315	(5.329.874)
Total reforços/(reduções) de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	68.383	(209.538)	18.801.662	(5.504.235)
Provisões para outros riscos e encargos	Reforço	Redução	Reforço	Redução
Registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 33)	395.159	(166.673)	946.897	(1.222.647)
Registado por contrapartida de 'Ativos fixos tangíveis' respeitante à provisão para desmantelamento e abandono de escritórios líquido do valor registado em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)	67.291	(4.573)	518.932	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	97.693	-	44.245	-
Registado em reservas relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	(35.005)	-	-	-
Outros aumentos e reversões - registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções) (Nota 29)	-	(57.914)	600.363	(401.094)
Total unidades continuadas	525.138	(229.160)	2.110.437	(1.623.741)
Unidades descontinuadas	4.952	-	2.147.497	(4.129.809)
Total reforços/(reduções) de provisões para outros riscos e encargos	530.090	(229.160)	4.257.934	(5.753.550)
Efeito da saída da Mainroad (reexpressão dos saldos)	-	-	(74.096)	66.887
Total registado na Demonstração de resultados na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções) (Nota 29)	25.972	(267.452)	1.634.614	(508.568)

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2014	2013
Contingências diversas	1.803.847	1.781.800
Processos judiciais em curso	131.761	199.151
Desmantelamentos	48.497	242.073
Outras responsabilidades	595.216	837.962
	2.579.321	3.060.986

A 31 de dezembro de 2014, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 - 'Provisões, Passivos e Ativos Contingentes'.

A rubrica de 'Contingências diversas' diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.



23. Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	871.397	307.870
Outros	203.812	969.434
	1.075.209	1.277.304

A rubrica 'Outros' inclui o montante de 959.922 euros em 31 de dezembro de 2013 referente à parcela de médio e longo prazo do valor a pagar relativo à aquisição da Connectiv (Nota 7).

24. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição e plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2014				
Fornecedores, conta corrente	18.735.676	18.735.676	-	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	421.218	421.218	-	-
Fornecedores, faturas em receção e conferência	2.408.795	2.408.795	-	-
	21.565.689	21.565.689	-	-
2013				
Fornecedores, conta corrente	17.159.275	17.159.275	-	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.281.412	1.281.412	-	-
Fornecedores, faturas em receção e conferência	3.327.592	3.327.592	-	-
	21.768.279	21.768.279	-	-

A 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional do grupo e de aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da atualização desses montantes não é material.

25. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 285.904 euros (70.728 euros em 2013) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 21).

26. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Estado e outros entes públicos	5.408.938	4.285.787
Outros credores	1.238.426	6.153.540
	6.647.364	10.439.327

A 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros credores' inclui o montante de cerca de 6 milhões de euros referente a valores a pagar à Optimus SA, Be Artis e Be Towering referente à cessação do contrato MTIP (Nota 34).



As dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2014				
Outros credores	1.238.426	1.238.426	-	-
2013				
Outros credores	6.153.540	6.153.540	-	-

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua atualização não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, Contribuições a pagar à Segurança Social e às retenções de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) das seguintes filiais:

	2014	2013
Sonaecom	2.261.864	1.306.526
WeDo	769.925	661.317
WeDo Brasil	569.907	404.056
S21 Sec Gestion	499.937	-
Público	402.604	389.492
Saphety	176.185	125.185
Sonaecom SP	74.718	86.568
Digitmarket	63.564	798.710
Outros	590.234	513.933
	5.408.938	4.285.787



27. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Custos a pagar:		
Custos com o pessoal	11.961.118	12.145.020
Publicidade e propaganda	780.904	474.495
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	1.263.646	284.788
Descontos de quantidade	60.459	68.810
Trabalhos especializados	571.071	211.278
Rendas e alugueres	190.711	29.933
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	106.877	16.273
Stocks	1.375.723	70.231
Outros custos a pagar	1.694.198	3.446.326
Outros fornecimentos e serviços externos	2.135.992	2.761.354
	20.140.699	19.508.508
Proveitos diferidos:		
Faturação antecipada a clientes (Nota 15)	7.442.073	7.576.081
Outros proveitos diferidos	703.990	622.871
	8.146.063	8.198.952
	28.286.762	27.707.460

28. Vendas e prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Sistemas de Informação	105.902.042	93.953.709
Multimédia e outros	15.814.624	10.812.034
	121.716.666	104.765.743

29. Outros proveitos operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Proveitos suplementares	676.992	632.433
Redução de provisões (Nota 22)	267.452	508.568
Outros	1.817.150	2.182.217
	2.761.594	3.323.218

A rubrica 'Outros' inclui o desreconhecimento do montante contingente relacionado com a aquisição da Connectiv (801.320 euros em 2014 e 376.660 euros em 2013) (Nota 7).



30. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Subcontratos	19.393.642	17.717.153
Trabalhos especializados	5.482.365	4.228.950
Deslocações e estadas	4.583.883	4.493.886
Rendas e alugueres	4.396.333	4.239.686
Publicidade e propaganda	2.860.738	3.147.205
Honorários	1.239.156	1.233.990
Comunicação	1.196.748	669.307
Comissões	591.979	393.871
Eletricidade	288.275	236.941
Conservação e reparação	182.381	51.019
Segurança	120.181	4.513
Outros	1.517.646	1.105.936
	41.853.327	37.522.457

Os compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2014	-	2.735.954
2015	3.350.003	2.417.945
2016	2.645.460	2.024.927
2017	2.233.519	1.510.981
2018	1.482.594	1.129.834
2019 e seguintes	154.742	84.334
Renováveis por 1 ano	896.394	338.280
	10.762.712	10.242.255

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidos 4.156.750 euros (3.606.535 euros em 31 de dezembro de 2013) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica 'Rendas e alugueres'.

31. Outros custos operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Outros custos operacionais' apresentava a seguinte composição:

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Impostos e taxas	132.951	135.163
Outros	187.287	141.883
	320.238	277.046



32. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	15.742.802	(490.365)
	15.742.802	(490.365)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados:		
Ganhos e perdas relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	(3.296.955)	46.636.719
Dividendos obtidos	1.321.504	-
	(1.975.451)	46.636.719
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(1.051.727)	(10.505.468)
Empréstimos bancários	(752.901)	(9.900.712)
Juros de leasing	(32.631)	(5.851)
Outros juros	(266.195)	(598.905)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(820.005)	(850.930)
Outros custos financeiros	(533.180)	(634.440)
	(2.404.912)	(11.990.838)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.958.554	7.422.162
Diferenças de câmbio favoráveis	837.162	537.553
Outros proveitos financeiros	163.308	16.484
	2.959.024	7.976.199

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria. Em 31 de dezembro de 2013 esta rubrica incluía ainda 4.674.111 euros recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Nota 8).

33. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2014	2013 (reexpresso - Nota 1)
Imposto corrente	(1.249.969)	(3.293.294)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 22)	(228.486)	275.750
Imposto diferido ativo (Nota 11)	699.695	(795.415)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	88.971	189
	(689.789)	(3.812.770)



34. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2014		
	Contas a receber (Notas 13 e 14)	Contas a pagar (Nota 24)	Outros ativos/ (passivos) (Notas 15, 23 e 27)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(181.442)	49.132	183.592
Outras partes relacionadas			
Be Artis	722.921	46.385	(2.749.104)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	398.309	119.292	(588.978)
NOS Comunicações	1.613.720	244.376	221.358
Nos SGPS	45.651	-	-
Raso Viagens	7.648	288.641	(10.894)
SC-Sociedade de Consultadoria	376.031	-	(213.731)
Sierra Portugal	380.961	928	275.419
Sonae Indústria PCDM	9.709	-	-
Sonaecenter II	1.206.884	506.906	(907.181)
Mainroad	224.098	217.844	(782)
Worten	55.166	(1.485)	-
	4.859.656	1.472.019	(3.790.301)

	Saldos em 31 de dezembro de 2013		
	Contas a receber (Notas 13 e 14)	Contas a pagar (Nota 24)	Outros ativos/ (passivos) (Notas 15, 23 e 27)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	49.924	-	(31.198)
Outras partes relacionadas			
Be Artis	1.939.686	2.963.167	(391.071)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	325.466	61.513	(292.299)
NOS Comunicações	1.264.110	3.681.010	(51.959)
Raso Viagens	20.039	322.234	(8.227)
SC-Sociedade de Consultadoria	351.089	-	(173.685)
Sierra Portugal	553.453	3.811	295.038
Sonae Indústria PCDM	142.558	-	-
Sonae Investments BV	-	-	-
Sonaecenter II	1.649.702	106.217	(697.310)
Worten	33.210	(867)	-
Nos SGPS	10.203.626	-	(1.943.340)
	16.532.863	7.137.085	(3.294.051)



	Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	1.810	49.229	1.563.161	-
Outras partes relacionadas				
Be Artis	7.769.762	1.341	-	(41)
MDS	395.689	30.018	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	916.072	305.255	-	19.418
Nos SGPS	170	(7.936)	1.329	-
Raso Viagens	179.150	1.430.082	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	1.646.715	-	-	-
Sierra Portugal	4.262.300	10.363	-	-
Sonae Indústria PCDM	709.750	-	-	-
Sonaecenter II	13.845.628	427.603	-	-
Unipress	80.435	546.417	-	135.000
Worten	246.972	710	-	-
	30.054.453	2.793.082	1.564.490	154.377

	Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013			
	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	212	48.600	685.345	-
Subsidiárias				
Infosystems	129.948	165.012	-	(266.424)
Unipress	196.192	582.202	-	57.000
Outras partes relacionadas				
Be Artis	3.728.001	290.298	-	28.800
MDS	595.298	1.122	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	835.657	347.542	-	144.948
NOS Comunicações	1.089.183	1.035.463	-	40.185
Raso Viagens	136.223	1.368.354	-	10.151
SC-Sociedade de Consultadoria	1.332.782	-	-	-
Sierra Portugal	5.370.033	16.294	-	-
Sonae Indústria PCDM	1.056.895	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	6.606	-
Sonaecenter II	8.266.354	685.977	-	-
Nos SGPS	-	(526.753)	17.520.021	-
	22.606.830	3.849.099	18.211.972	281.084

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.



Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

35. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2014	2013
We Do, WeDo Egípto e S21 Sec Gestion	Digi Tecommunications; Emirates Telecom. Corp.; Group Etisalat; Scotia Leasing Panama; Viva Bahrain; Zain Jordan; TT dotCom Snd Bhd; Empresa de Telecomunicaciones; Sociedad Estatal de Correos y Telegrafos e Asiacell Communications	Boa execução de trabalhos a realizar	1.346.265	1.101.201
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	1.435.379	5.955.731
S21 Sec Gestion, S21 Sec Labs e Lookwise	Centro para Desarrollo Tecnolo; Ministerio de Indústria e Ingenieria de sistemas para la Defensa de España, S.A.	Incentivos	1.264.330	-
We Do e Saphety	IAPMEI	Projetos QREN	334.299	392.707
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos e Autoridade Tributária e Aduaneira	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA	240.622	2.714.853
WeDo	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo bancário (Nota 20)	-	5.534.407
Várias	Outros		439.548	336.175
			5.060.443	16.035.074

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 6.540.647 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.502.945 euros e do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de dezembro de 2014, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

36. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 3.e)), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).



O segmento denominado 'Atividades de Holding' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para refletir numa quantia única na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas (Nota 37).

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Multimédia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	dez-14	dez-13	dez-14	dez-13	dez-14	dez-13	dez-14	dez-13	dez-14	dez-13	dez-14	dez-13
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	15.895.582	18.764.151	105.902.042	93.953.709	303.482	2.627.835	122.101.106	115.345.695	(384.440)	(10.579.952)	121.716.666	104.765.743
Redução de provisões	176.714	264.495	63.601	243.367	27.137	706	267.452	508.568	-	-	267.452	508.568
Outros proveitos operacionais	637.133	502.453	1.782.820	2.591.407	153.203	113.177	2.573.156	3.207.037	(79.014)	(392.387)	2.494.142	2.814.650
Total de proveitos	16.709.429	19.531.099	107.748.463	96.788.483	483.822	2.741.718	124.941.714	119.061.300	(463.454)	(10.972.339)	124.478.260	108.088.961
Amortizações e depreciações	(512.093)	(917.499)	(6.584.033)	(4.430.302)	(15.779)	(65.561)	(7.111.905)	(5.413.362)	(30.482)	(552.683)	(7.142.387)	(5.966.045)
Provisões e perdas de imparidade	(19.388)	-	(6.584)	(1.537.845)	-	(96.769)	(25.972)	(1.634.614)	-	-	(25.972)	(1.634.614)
Resultado operacional do segmento	(2.686.383)	(2.193.158)	5.080.280	8.005.874	(2.101.049)	(1.881.454)	292.848	3.931.262	47.391	(4.648.694)	340.239	(717.432)
Juros obtidos	4.009	29.877	141.604	446.773	3.206.328	24.475.792	3.351.941	24.952.442	(1.393.387)	(17.530.280)	1.958.554	7.422.162
Juros suportados	(540.130)	(458.690)	(1.315.473)	(1.091.876)	(562.201)	(10.397.251)	(2.417.804)	(11.947.817)	1.366.076	1.442.349	(1.051.728)	(10.505.468)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	(1.698)	-	(64.955)	-	15.809.455	(167.099.143)	15.742.802	(167.099.143)	-	166.608.778	15.742.802	(490.365)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	(1.975.451)	46.636.719	(1.975.451)	46.636.719	-	-	(1.975.451)	46.636.719
Outros resultados financeiros	(470)	(127.680)	(226.780)	(498.627)	1.450.287	19.609.992	1.223.037	18.983.685	(1.575.751)	(19.915.018)	(352.714)	(931.333)
Impostos sobre o rendimento	919.868	634.284	(2.041.404)	(2.946.728)	438.714	(1.508.562)	(682.821)	(3.821.006)	(6.968)	8.236	(689.789)	(3.812.770)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	(2.304.804)	(2.115.367)	1.573.272	3.915.416	16.266.084	(90.163.907)	15.534.552	(88.363.858)	(1.562.639)	125.965.371	13.971.913	37.601.513
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	-	-	6.074.196	1.147.211	-	-	6.074.196	1.147.211	7.051.470	65.017.723	13.125.666	66.164.934
Atribuível a:												
Acionistas da empresa mãe	(2.304.804)	(2.115.367)	8.485.626	5.130.163	16.787.958	(90.113.407)	22.968.780	(87.098.611)	4.989.449	190.937.090	27.958.229	103.838.479
Interesses sem controlo	-	-	(838.158)	(67.536)	-	-	(838.158)	(67.536)	(22.492)	(4.496)	(860.650)	(72.032)
Ativos:												
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	971.400	3.987.720	76.946.687	78.022.279	44.757	59.802	77.962.844	82.069.801	(20.965.413)	(31.458.027)	56.997.431	50.611.774
Inventários	316.038	441.970	761.420	150.670	-	-	1.077.458	592.640	-	(39.115)	1.077.458	553.525
Investimentos financeiros	914.645	112.954	10.320	878.981	659.753.394	648.107.486	660.678.359	649.099.421	62.467.442	61.450.312	723.145.801	710.549.733
Outros ativos não correntes	3.570	3.570	7.317.197	5.528.461	175.757.576	178.906.506	183.078.343	184.438.537	(170.739.660)	(178.316.217)	12.338.683	6.122.320
Outros ativos correntes do segmento	6.417.451	7.260.077	56.315.833	53.757.378	242.404.457	409.899.824	305.137.741	470.917.279	(2.857.444)	(11.704.481)	302.280.297	459.212.798
Passivos:												
Passivos do segmento	13.175.550	15.777.829	74.665.129	72.566.030	5.751.364	37.284.768	93.592.043	125.628.627	(21.632.084)	(35.338.009)	71.959.959	90.290.618
CAPEX	582.710	974.574	6.007.870	6.834.698	12.923.078	15.285.975	19.513.658	23.095.247	(7.057.560)	(15.237.182)	12.456.098	7.858.065

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
2014			
Multimédia	-	134.310	-
Sistemas de Informação	294	-	-
Atividades de Holding	-	40.797	303.482
Clientes externos	15.895.288	105.726.935	-
	15.895.582	105.902.042	303.482
2013 (reexpresso - Nota 1)			
Telecomunicações	46.858	4.710.974	2.077.959
Multimédia	-	48.024	105.610
Sistemas de Informação	294	-	215.928
Atividades de Holding	2.400	5.687	-
Clientes externos	18.714.599	89.189.024	72.440
	18.764.151	93.953.709	2.471.937

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as vendas e prestações de serviços dos segmentos de Multimédia e Atividades de Holding foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do réditio.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, para o segmento Sistemas de Informação, também o mercado português é preponderante, representando 40,9% do réditio (54,1% em 2013) seguido dos mercados brasileiro e americano, representando 7,6% e 5,3% do réditio (7,4% e 6,8% em 2013), respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2014 e 2013, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 3.e) e 8), podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.141.770	1.096.823
Ativos intangíveis	1.164.207	1.160.599
Impostos diferidos ativos	141.115	156.467
Outros ativos não correntes	40.872	61.143
Ativo não corrente	2.487.964	2.475.032
Clientes	331.527	276.630
Caixa e equivalentes de caixa	21.070	74.380
Outros ativos correntes	115.371	103.831
Ativo corrente	467.968	454.841
Total do ativo	2.955.931	2.929.873
Passivo		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	616.526	928.239
Provisões para outros riscos e encargos	127.221	132.972
Outros passivos não correntes	50.074	46.221
Passivos não correntes	793.821	1.107.432
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	503.508	213.431
Fornecedores	317.036	296.823
Outros passivos correntes	281.436	251.974
Passivos correntes	1.101.980	762.228
Total do passivo	1.895.801	1.869.660
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.050.311	1.050.598
Interesses sem controlo	9.818	9.615
Total do capital próprio	1.060.129	1.060.213
Total do capital próprio e do passivo	2.955.931	2.929.873

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2014	dezembro 2013 (reexpresso)
Receitas totais	1.383.934	990.259
Custos e perdas		
Custos diretos e fornecimentos e serviços externos	(595.558)	(413.817)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(339.294)	(243.070)
Outros custos operacionais	(301.681)	(254.869)
	(1.236.533)	(911.756)
Resultados financeiros	(55.142)	(50.811)
Imposto sobre o rendimento	(17.179)	(16.433)
Resultado líquido consolidado do exercício	75.080	11.259
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	369	449
Atribuível a acionistas da empresa mãe	74.711	10.810

37. Unidades descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013 (reexpresso - Nota 1)
Vendas	-	18.822.654
Prestações de serviços	11.100.105	452.293.041
Outros proveitos operacionais	136.924	6.197.740
	11.237.029	477.313.435
Custo das vendas	-	(21.479.154)
Fornecimentos e serviços externos	(6.432.024)	(236.026.089)
Custos com o pessoal	(3.604.114)	(35.391.222)
Amortizações e depreciações	(516.185)	(94.023.562)
Provisões e perdas de imparidade (Nota 22)	(42.411)	(8.926.890)
Outros custos operacionais	(4.436)	(9.729.670)
	(10.599.170)	(405.576.587)
Outros custos financeiros	(10.649)	(2.100.206)
Outros proveitos financeiros	1.391	2.698.636
Resultados correntes	628.601	72.335.278
Imposto sobre o rendimento	(118.201)	2.779.321
	510.400	75.114.599
Ganho / (perda) resultante da alienação (Notas 3.d) e 3.e))	12.615.266	(8.949.665)
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	13.125.666	66.164.934

O resultado líquido do exercício de 31 de dezembro de 2013 corresponde ao resultado líquido gerado pelas empresas associadas ao negócio das telecomunicações até à data da fusão da Optimus SGPS com a ZON no montante de 75.193.885 euros, da perda apurada com essa operação no montante de 8.949.665 euros (Nota 3.e)) e ainda ao resultado líquido negativo gerado pela Mainroad no montante de 79.286 euros (Notas 1 e 3.d)).

O resultado líquido do exercício de 31 de dezembro de 2014 corresponde ao resultado líquido gerado pela Mainroad no montante de 510.400 euros e do ganho resultante da sua alienação no montante de 12.615.266 euros (Notas 1 e 3.d)).

38. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao grupo (27.958.229 euros em 2014 e 103.838.479 euros em 2013) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, deduzidas das ações próprias (314.920.162 em 2014 e 360.941.333 em 2013).

39. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom eram os seguintes:

	Período de Diferimento			31 dezembro 2013	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	44	477.778
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	45	540.805
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	46	406.903
Ações Sonae SGPS					
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 17 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Período de Diferimento			10 março 2014	
	Cotação 20 fevereiro 2014 *	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	46	1.003.507
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	48	1.132.008
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	50	863.405

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição.

O plano 2010 foi entregue em março de 2014 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio 2014. Desta forma, os planos em aberto a 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 dezembro 2014	
	Cotação 31 dezembro 2014/ Atribuição	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2011	1,024	09-mar-12	10-mar-15	22	757.414
Plano 2012	1,024	08-mar-13	10-mar-16	24	554.543
Ações Sonae SGPS					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,024	10-mar-14	10-mar-17	190	1.652.013

O plano de 2013 inclui 166 colaboradores do Grupo Wedo, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2013:				
Ainda diferidas	135	1.425.486	6	798.591
Total	135	1.425.486	6	798.591
Movimentos no exercício:				
Atribuídas	-	-	219	1.776.375
Convertidas	(135)	(1.425.486)	135	2.923.738
Vencidas	-	-	(48)	(1.218.147)
Saída de empresas do perímetro de consolidação (Nota 3.d)	-	-	(75)	(886.277)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	-	-	3	169.530
Saldo a 31 dezembro 2014:				
Ainda diferidas	-	-	240	3.563.810
Total	-	-	240	3.563.810

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS		Total
	Plano 2011	Plano 2012	
Valor nominal	323.727	268.451	592.178
Maturidade	mar-15	mar-16	
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2		
Método de valorização	Custo atual de substituição		
Justo valor*	481.197	120.032	601.229

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2014 no apuramento do justo valor.

Em 11 de julho de 2014, a Sonaecom cessou o contrato que tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A para o Plano 2011, em que esta se obrigava a transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	29.602.457	4.310.802	279.519	34.192.778
Custos reconhecidos no exercício	167.711	761.580	10.473	939.764
Saída de empresas do perímetro de consolidação	-	(300.629)	-	(300.629)
Impacto da conversão	(1.251.767)	2.386.427	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.518.401)	(4.047.509)	-	(32.565.910)
Custos dos planos exercidos no exercício	-	(1.503.198)	-	(1.503.198)
Total de custos dos Planos	-	1.607.473	289.992	1.897.465
Responsabilidade dos Planos	-	2.208.702	289.992	2.498.694
Justo valor dos Contratos de cobertura	-	(601.229)	-	(601.229)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' (1)	-	(194.530)	(43.048)	(237.578)
Registados em 'Outros passivos correntes' (Nota 27)	-	1.100.226	163.420	1.263.646
Registados em 'Outros passivos não correntes' (Nota 23)	-	701.777	169.620	871.397
Registado em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição, em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 17 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (2.317.853 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

40. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2014 e 2013, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom a 31 de dezembro de 2014 e 2013 (19 dirigentes em 2014 e 2013), foi como segue:

	2014	2013
Benefícios de empregados de curto prazo *	1.586.101	1.716.252
Pagamentos com base em ações *	366.317	462.820
	1.952.418	2.179.072

*Em 2013, não foram incluídas as remunerações do pessoal chave da gerência que foi transferido para a NOS, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon.

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2014 e 2013 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2015 e relativo à performance de 2014 (e atribuído em 2014 relativo à performance de 2013, para o valor de 2013), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2018 e março de 2017, respetivamente. O Relatório de Governo das Sociedades inclui informação mais detalhada sobre a política de remuneração da Sonaecom.

41. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2014 e 2013, o grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2014	2013
Revisão legal de contas	115.663	110.974
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	10.000
Consultoria fiscal	-	14.747
Outra consultoria	4.738	1.250
Total	120.401	136.971

42. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 1.139 e de 912, respetivamente (excluindo as empresas incluídas nas unidades descontinuadas). A 31 de dezembro de 2014 o número de trabalhadores ascendia a 1.128.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de março de 2015.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	José Manuel Neves Adelino
Bernd Hubert Joachim Bothe	Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding,SGPS, S.A	BIG Picture 2 Films
ADD Avaliações Eng. A.e Pericias, Ltda	Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA
Adlands B.V.	Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA
Aegean Park,SA	BOM MOMENTO - Restauração, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA
Agepan Tarket Lamine Park GmbH Co. KG	Cape Technologies Limited
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA	Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda
Airone - Shopping Centre, Srl	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA
ALEXA Administration GmbH	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA
ALEXA Holding GmbH	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	CCCB Caldas da Rainha-Centro Com., SA
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
Arat Inmuebles, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban.,SA
ARP Alverca Retail Park, SA	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,SA
Aserraderos de Cuellar,SA	Cinclus Imobiliária,SA
Atelgen-Produção Energia, ACE	Citorres-Sociedade Imobiliária,SA
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,SA	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
Avenida M-40 B.V.	Colombo Towers Holding, BV
Azulino Imobiliária, S.A.	Companhia Térmica Hectare, ACE
BA Business Angels, SGPS, SA	Companhia Térmica Tagol, Lda.
BA Capital, SGPS	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
BB Food Service, SA	Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis,SA
Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA
Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA	Continente Hipermercados, S.A.
Beeskow Holzwerkstoffe	Country Club da Maia-Imobiliária,SA
Beralands BV	Craiova Mall BV
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.

<p>CTE-Central Termoeléct. do Estuário, Lda Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. Darbo SAS Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. Discovery Sports, SA Distodo Distribui e Logist,Lda Dortmund Tower GmbH Dos Mares - Shopping Centre B.V. Dos Mares-Shopping Centre, S.A. Dreamia, B.V Dreamia, Serv de Televisão, SA Ecociclo - Energia e Ambiente, SA Ecociclo II Edições Book.it, S.A. Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda. Equador & Mendes,Lda Estação Viana - Centro Comercial, S.A. Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA Euroresinas-Indústrias Químicas,SA Farmácia Seleção, SA Fashion Division Canárias, SL Fashion Division, S.A. Feneralt-Produção de Energia, ACE FINSTAR-Socied.Investim.Par SA Fozimo-Sociedade Imobiliária,SA Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA Freccia Rossa - Shopping Centre S.r.l. Fundo de Invest. Imobiliário Imosedo Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center Fundo Invest. Imobiliário Imosona e Dois Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A. Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A. GHP GmbH Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl Glunz AG Glunz Service GmbH Glunz UK Holdings Ltd</p>	<p>Glunz Uka GmbH Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA Guimarãeshopping- Centro Comercial, S.A. Harvey Dos Iberica, S.L. Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda Herco, Consultoria de Risco, S.A. HighDome PCC Limited Iberian Assets, SA Igimo-Sociedade Imobiliária,SA Iginha-Sociedade Imobiliária,SA. Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, SA IMOBEBEUTY, S.A. Imobiliária da Cabela, S.A. Imoclub-Serviços Imobiliários,SA Imoconti- Soc.Imobiliária,SA Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoestrutura-Soc.Imobiliária,SA Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA Imomuro-Sociedade Imobiliária,SA Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA Imoplamac Gestão de Imóveis,SA Imoponte-Soc.Imobiliária,SA Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoresultado-Soc.Imobiliária,SA Imosedas-Imobiliária e Serviços,SA Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA Impaper Europe GmbH Implantação - Imobiliária, S.A. Infocield-Infomática,SA Inparsi - Gestão Galeria Comercial, SA Inparvi SGPS, SA Integrum - Energia, SA Integrum ACE, SA Integrum Colombo Energia, SA Integrum Engenho Novo - Energia, S.A. INTEGRUM II - ENERGIA, S.A. INTEGRUM III - ENERGIA, S.A. Integrum Martim Longo - Energia, S.A. Integrum Vale do Caima - Energia, SA Integrum Vale do Tejo - Energia, SA Intelligent Big Data, S.L. Interlog-SGPS,SA Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ioannina Develop. of Shopping Centers SA	Modelo Hiper Imobiliária,SA
Isoroy SAS	Modelo.com-Vendas p/Correspond.,SA
La Farga - Shopping Center, SL	Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA
Land Retail B.V.	Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda
Larim Corretora de Resseguros, Ltda	MSTAR, SA
Larissa Develop. of Shopping Centers, SA	Münster Arkaden BV
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Norteshopping-Centro Comercial, S.A.
Libra Serviços, Lda.	NOS Açores Comunicações, SA
Lidergraf - Artes Gráficas, Lta	NOS Comunicações, S.A.
Lookwise, S.L.	NOS Lusomundo Audiovisuais, SA
Loop 5 - Shopping Centre, GmbH	NOS Lusomundo Cinemas, SA
Lusomundo España, SL	NOS Lusomundo TV Lda
Lusomundo Imobiliária 2, SA	NOS Madeira Comunicações, SA
Lusomundo Moçambique, Lda	NOS, SGPS, S.A.
Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld
Luz del Tajo B.V.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	Novodecor (PTY), LTD
Maiequipa-Gestão Florestal,SA	OSB Deustchland GmbH
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Pantheon Plaza BV
Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda	Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.
Marcas MC, ZRT	Pareuro, BV
Marina de Tróia S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers SA
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda	Parklake Shopping Srl
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque Atlântico Shopping - C.C., SA
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Parque Principado SL
MDS Africa SGPS, S.A.	Pátio Boavista Shopping Ltda.
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Campinas Shopping Ltda
MDS Corretor de Seguros, SA	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda
MDS Malta Holding Limited	Pátio Penha Shopping Ltda.
MDS, SGPS, SA	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Megantic BV	Pátio Sertório Shopping Ltda
Miral Administração Corretagem Seg, Ltda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, SA	PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,SA
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	Per-Mar -Sociedade de Construções,SA
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
Modelo Continente Hipermercados,SA	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
Modelo Continente International Trade,SA	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda

<p>Plaza Eboli B.V. Plaza Eboli - Centro Comercial S.A. Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A. Plaza Mayor Parque de Ócio B.V. Plaza Mayor Parque de Ocio, SA Plaza Mayor Shopping B.V. Plaza Mayor Shopping, SA Poliface North America Porturbe-Edifícios e Urbanizações, SA Powercer - Soc. de Cogeração da Vialonga, SA Praedium - Serviços, SA Praedium II-Imobiliária, SA Praedium SGPS, SA Praesidium Services Limited Predicomercial-Promoção Imobiliária, SA Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA Prédios Privados Imobiliária, SA Predisedas-Predial das Sedas, SA Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH Project 4, Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 10 BV Project Sierra 11 BV Project Sierra 12 BV Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 6 BV Project Sierra 8 BV Project Sierra Four Srl Project Sierra Spain 1 B.V. Project Sierra Spain 2 B.V. Project Sierra Spain 2-Centro Comer. SA Project Sierra Spain 3 B.V. Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA Project Sierra Two Srl Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. Público - Comunicação Social, S.A. Quorum Corretores de Seguros Ltda Racionaliz. y Manufact.Florestales, SA Raso - Viagens e Turismo, S.A. Raso, SGPS, SA</p>	<p>River Plaza BV River Plaza Mall, Srl Rochester Real Estate, Limited Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda. RSI Corretora de Seguros, Ltda S.C. Microcom Doi Srl S21 Sec Barcelona, S.L. S21 Sec Brasil, Ltda S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. S21 SEC Gestion, S.A. S21 Sec Inc. S21 Sec Information Security Labs, S.L. S21 Sec Institute, S.L. S21 Sec México, S.A. de CV S21 Sec, S.A. de CV Saphety - Transacciones Electronicas SAS Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda. Saphety Level- Trusted Services, S.A. Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, SA SC Finance BV SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda SC Mediterranean Cosmos B.V. SC, SGPS, SA SC-Consultadoria, SA SC-Eng. e promoção imobiliária, SGPS, S.A SCS Beheer, BV SDSR - Sports Division 2, S.A. SDSR - Sports Division SR, S.A. Selfa-Empreendimentos Imobiliários, SA Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária, SA Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur., SA Shopping Centre Colombo Holding, BV Shopping Centre Parque Principado B.V. SIAL Participações, Lda Sierra Asia Limited Sierra Berlin Holding BV Sierra Brazil 1 B.V.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Sierra Central S.A.S. Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments, SGPS, S.A. Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V. Sierra Germany GmbH Sierra GP Limited Sierra Greece, S.A. Sierra Investimentos Brasil Ltda Sierra Investments (Holland) 1 B.V. Sierra Investments (Holland) 2 B.V. Sierra Investments Holding B.V. Sierra Investments SGPS, S.A. Sierra Italy Holding B.V. Sierra Italy Srl Sierra Management Germany GmbH Sierra Management Italy S.r.l. Sierra Management Romania, Srl Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A. Sierra Management, SGPS, S.A. Sierra Portugal, S.A. Sierra Project Nürnberg BV Sierra Property Management Greece, SA Sierra RE Greece BV Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc Sierra Romania Sh. Centers Services Srl Sierra Services Holland 2 BV Sierra Services Holland B.V. Sierra Solingen Holding GmbH Sierra Spain 2 Services, S.A. Sierra Spain, Shop. Centers Serv.,S.A.U. Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL Sierra Zenata Project B.V. SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A. SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. SISTAVAC, S.A. SISTAVAC, SGPS, S.A. SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda SKK SRL SKK-Central de Distr.,SA SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA Sociedade de Construções do Chile, S.A. Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. Société de Tranchage Isoroy S.A.S.</p>	<p>Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A. Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A. Soconstrução BV Sodesa, S.A. Soflorin, BV Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A. Solinca - Eventos e Catering, SA Solinca - Health and Fitness, SA Solinca – Investimentos Turísticos, S.A. Solinfitness - Club Malaga, S.L. Solingen Shopping Center GmbH SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA Somit Imobiliária,SA Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA Sonae Capital Brasil, Lda Sonae Capital,SGPS, S.A. Sonae Center Serviços II, SA Sonae Center Serviços, S.A. Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A. Sonae Financial Services, S.A. Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA Sonae Indústria - Management Services,SA Sonae Indústria – SGPS, S.A. Sonae Industria (UK),Ltd Sonae Industria de Revestimentos, S.A. Sonae Investimentos, SGPS, SA Sonae Investments,BV Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA Sonae Novobord (PTY) Ltd Sonae RE, S.A. Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,SA Sonae SGPS, SA Sonae Sierra Brasil SA Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra Benelux, BV Sonae Turismo-SGPS,SA SONAECENTER SERVIÇOS, SA Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A. Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L. Sonaecom BV Sonaecom, SGPS, S.A. Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Sonaerp - Retail Properties, SA SONAESR - Serviços e logística, SA Sonaetelecom BV Sondis Imobiliária,SA Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA Sontel BV Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist Soternix-Produção de Energia, ACE Spanboard Products,Ltd SPF- Sierra Portugal Spinarq Moçambique, Lda Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA Spinveste - Promoção Imobiliária, SA Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA Sport TV Portugal, SA Sport Zone Canárias Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA Sport Zone Turquia Spred,SGPS, SA Tableros Tradema,S.L. Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL Tafibra Suisse, SA Tafisa Canadá Societé en Commandite Tafisa Développement Tafisa France, SA Tafisa Investissement Tafisa Participation Tafisa UK,Ltd Tafisa- Tableros de Fibras, SA Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL Tecmasa Reciclados de Andalucia, S.L. Tecnológica Telecomunicações LTDA. Teconologias del Medio Ambiente,SA Teliz Holding B.V. Textil do Marco,SA The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA TLANTIC B.V. Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A. Tool GmbH Torre Ocidente, Imobiliária,SA</p>	<p>Torre São Gabriel-Imobiliária,SA Troia Market-Supermercados, S.A. Troia Natura, S.A. Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA Unipress - Centro Gráfico, Lda Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Upstar Comunicações SA Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA Valecenter Srl VALORN, S.A. Via Catarina- Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA Vuelta Omega, S.L. WeDo Consulting - Sistemas de Informação, S.A. WeDo do Brasil - Soluções Informáticas, Ltda WeDo Poland Sp. Z.o.o. WeDo Technologies (UK) Limited WeDo Technologies Americas, Inc. WeDo Technologies Australia PTY Limited WeDo Technologies BV WeDo Technologies BV - Sucursal Malaysia WeDo Technologies Egypt LLC WeDo Technologies Mexico, S de R.L. Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. Worten Canárias Worten España Distribución, SL Worten-Equipamento para o Lar,SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA Zippy Turquia Zon Audiovisuais, SGPS Zon Cinemas, SGPS ZON Finance BV ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA Zon TV Cabo SGPS SA Zon TV Cabo, SA Zubiarte Inversiones Inmob,SA ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.,SA</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balances

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013
Ativo			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	38.672	52.710
Ativos intangíveis	1.b) e 3	6.085	7.092
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	52.792.142	66.580.286
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	1.424.996	-
Outros ativos não correntes	1. d), 1.n), 4, 8 e 25	170.645.171	175.735.246
Total de ativos não correntes		822.574.010	840.042.278
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	58.540.576	202.442.350
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 25	3.732.898	19.763.330
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4, 11 e 25	517.881	515.229
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 12 e 25	176.887.883	185.918.581
Total de ativos correntes		239.679.238	408.639.490
Total do ativo		1.062.253.248	1.248.681.768
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	13	230.391.627	366.246.868
Ações próprias	1.q) e 14	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1.p)	830.933.789	928.723.768
Resultado líquido do exercício		5.820.800	(90.569.383)
Total do capital próprio		1.058.704.412	1.195.959.449
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.i), 1.j), 4, 15.a) e 25	-	20.003.496
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 16	304.811	332.469
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 17	399.254	370.948
Total de passivos não correntes		704.065	20.706.913
Passivo corrente			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.i), 1.j), 4, 15.b) e 25	87.859	21.660.813
Outras dívidas a terceiros	4, 18 e 25	1.065.550	7.308.273
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 19 e 25	1.691.362	3.046.320
Total de passivos correntes		2.844.771	32.015.406
Total do passivo e capital próprio		1.062.253.248	1.248.681.768

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)	dezembro 2013	setembro a dezembro 2013 (não auditado)
Prestações de serviços	20 e 25	303.482	258.761	2.627.835	155.898
Outros proveitos operacionais	21 e 25	153.199	89.238	113.879	30.301
		456.681	347.999	2.741.714	186.199
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 22 e 25	(1.018.283)	(682.707)	(2.142.911)	(467.398)
Custos com o pessoal	1.t), 28 e 30	(1.313.559)	(1.028.437)	(2.307.890)	(467.002)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(15.779)	(12.180)	(65.561)	(13.346)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 16	-	-	(90.138)	2.416
Outros custos operacionais		(135.696)	(100.847)	(39.962)	(9.905)
		(2.483.317)	(1.824.171)	(4.646.462)	(955.235)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5 e 23	7.032.750	6.767.750	(147.101.781)	(2.858.138)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 23	(1.975.451)	(6.925.422)	46.636.719	37.489.326
Outros custos financeiros	1.c), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 15 e 23	(1.018.096)	(988.884)	(11.211.267)	(508.249)
Outros proveitos financeiros	1.r), 5 e 23	3.369.520	2.741.673	24.502.045	1.297.759
Resultados correntes		5.382.087	118.945	(89.079.032)	34.651.662
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 24	438.713	244.419	(1.490.351)	(181.033)
Resultado líquido do exercício		5.820.800	363.364	(90.569.383)	34.470.629
Resultados por ação	27				
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,02	0,00	(0,25)	0,10
Diluídos		0,02	0,00	(0,25)	0,10
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,02	0,00	(0,25)	0,10
Diluídos		0,02	0,00	(0,25)	0,10

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)	dezembro 2013	setembro a dezembro 2013 (não auditado)
Resultado líquido do exercício		5.820.800	363.364	(90.569.383)	34.470.629
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto		-	-	-	-
Rendimento integral do exercício		5.820.800	363.364	(90.569.383)	34.470.629

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Reservas							Resultado líquido	Total	
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	Reservas de ações próprias	Outras reservas			Total de reservas
2014										
Saldo em 31 de dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(90.569.383)	1.195.959.449
Aplicação do resultado líquido de 2013										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	-	-	(90.569.383)	(90.569.383)	90.569.383	-
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	5.820.800	5.820.800
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	-	-	-	-	(57.543)	-	-	(57.543)	-	(57.543)
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Nota 28)	-	-	-	-	(416.419)	-	(931.405)	(1.347.824)	-	(1.347.824)
Saldo em 31 dezembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	34.048.924	830.933.789	5.820.800	1.058.704.412

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Premios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2013										
Saldo em 31 de dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071
Aplicação do resultado líquido de 2012										
Transferência para outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	98.068.343	103.229.835	(103.229.835)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	(43.281.102)
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.569.383)	(90.569.383)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	354.213	-	-	(406.268)	(354.213)	425.568	(334.913)	-	19.300
Venda de ações próprias as subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de curto prazo	-	3.724	-	-	-	(3.724)	4.723	999	-	4.723
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	230.074	-	-	230.074	-	230.074
Cessaçãõ antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 25 e 28)	-	-	-	-	-	-	(1.314.192)	(1.314.192)	-	(1.314.192)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	(2.500.042)
Saldo em 31 dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(90.569.383)	1.195.959.449

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)	dezembro 2014	dezembro 2013
Atividades operacionais		
Pagamentos ao pessoal	(310.368)	(1.625.097)
Fluxo gerado pelas operações	(310.368)	(1.625.097)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	805.887	(1.147.572)
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	2.079.550	337.933
Fluxo das atividades operacionais (1)	2.575.069	(2.434.736)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	28.127.148	15.260.284
Ativos fixos tangíveis	-	41
Juros e proveitos similares	3.727.224	22.984.316
Empréstimos concedidos	-	428.385.000
Dividendos recebidos	8.571.504	24.700.000
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(10.203.078)	(16.940.284)
Ativos fixos tangíveis	(1.102)	(25.691)
Ativos intangíveis	(498)	-
Empréstimos concedidos	2.625.000	-
Fluxos das atividades de investimento (2)	32.846.198	474.363.666
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	-	15.356.000
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(2.905.244)	(10.276.050)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)
Empréstimos obtidos	(41.634.568)	(349.026.569)
Dividendos pagos	-	(43.281.102)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(44.539.812)	(389.727.763)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(9.118.545)	82.201.167
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	185.918.581	103.717.414
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	176.887.883	185.918.581

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	dezembro 2014	dezembro 2013
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Outras atividades empresariais		
Reembolso de partes de capital na Sonaecom BV	14.720.000	-
Reembolso de partes de capital na Sonae Com Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	10.195.000	-
Reembolso de partes de capital na Sonaetelecom BV	1.549.284	-
Reembolso de prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	988.854	1.146.146
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	674.010	7.624.773
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	-	6.489.365
	28.127.148	15.260.284
b) Outras atividades empresariais		
Compra de ações Sonae SGPS	5.522.188	-
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Público - Comunicação Social, S.A.	3.180.000	-
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	826.880	1.146.145
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	674.010	-
Aumento de capital social da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	7.624.774
Aumento de capital social do Público - Comunicação Social, S.A.	-	6.489.365
Prestações acessórias no Público - Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	850.000
Prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	-	830.000
	10.203.078	16.940.284
c) Dividendos recebidos		
ZOPT SGPS, S.A.	7.250.000	-
NOS, SGPS, S.A.*	1.321.504	24.700.000
	8.571.504	24.700.000

* Esta empresa alterou a sua denominação de ZonOptimus, SGPS, S.A. para NOS, SGPS, S.A. em junho de 2014.



	dezembro 2014	dezembro 2013
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	1.260	811
Depósitos à ordem	201.623	26.252.770
Aplicações de tesouraria	176.685.000	159.665.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(87.847)	-
Caixa e seus equivalentes	176.800.036	185.918.581
Depósitos à ordem (saldos credores)	87.847	-
Disponibilidades constantes do balanço	176.887.883	185.918.581
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	1.000.000	16.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



5.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 13).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.



1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 - 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como era o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para contabilizar interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013)	1-jul-14
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revisada em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14
As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	
Alterações ao IAS 39 (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-jan-14
Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.	
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos)	1-jan-14
Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	

(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.



A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012)	1-jul-14
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados)	1-jul-14
O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pela empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes	1-jan-18
Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutas Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas	1-jan-16
Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto)	1-jan-16
O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas)	1-jan-16
O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	



Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório)	1-jan-16
Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes)	1-jan-17
A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	1-jan-16
Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização)	1-jan-16
O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	
IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas)	1-jan-16
As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.	
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial)	1-jan-16
Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014)	1-jan-16
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5
Equipamento administrativo	4-8
Equipamento de transporte	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes



Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/liquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.



Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual

ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.



i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12-'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.



Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.1)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 16).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2014, devido à conversão dos planos existentes de ações Sonacom para ações Sonae SGPS e a atribuição do novo plano em ações Sonae SGPS, não existe qualquer montante registado na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de dezembro de 2014, a Sonacom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 26,5 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo em elementos desconhecidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2014		2013	
	31 dezembro	Média	31 dezembro	Média
Libra inglesa	1,2839	1,2407	1,1995	1,1780
Franco suíço	0,8317	0,8233	0,8146	0,8125
Coroa sueca	0,1065	0,1099	0,1129	0,1156
Dólar americano	0,8237	0,7538	0,7251	0,7533

s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que



indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de

cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Este contrato cessou durante o ano 2014. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sonaecom, converteu a totalidade dos planos Sonaecom em aberto em planos de ações Sonae SGPS.

O impacto associado a esta conversão dos planos de incentivo de médio prazo está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' (nota 28).

A 31 de dezembro de 2014, os dois planos de ações Sonae SGPS que resultam da conversão estavam cobertos por ações em carteira da empresa-mãe. O plano atribuído durante o ano não está coberto estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos



correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*'adjusting events'*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*'non adjusting events'*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- '*Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'*.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*'natural hedge'*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro e outros derivados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.



As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevaletentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2014 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados da cobertura de variações da taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2014
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	-	657.825
Adições	-	-	-	-	-	-	1.600	1.600
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(1.706)	-	-	-	-	-	-	(1.706)
Saldo final em 31 dezembro 2014	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	1.600	657.719
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	-	605.115
Depreciações do exercício	4.213	72	5.515	-	4.474	-	-	14.274
Transferências e abates	(342)	-	-	-	-	-	-	(342)
Saldo final em 31 dezembro 2014	329.809	43.715	7.813	171	237.435	104	-	619.047
Valor líquido	17.399	143	14.247	-	5.283	-	1.600	38.672
2013								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	-	171	333.756	104	-	1.103.625
Adições	-	-	22.060	-	3.669	-	-	25.729
Alienações	(373.995)	(2.827)	-	-	(94.707)	-	-	(471.529)
Saldo final em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	-	657.825
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	-	171	280.140	104	-	807.121
Depreciações do exercício	38.653	5.207	2.298	-	17.185	-	-	63.343
Alienações	(198.924)	(2.061)	-	-	(64.364)	-	-	(265.349)
Saldo final em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	-	605.115
Valor líquido	22.976	215	19.762	-	9.757	-	-	52.710



3. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2014
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Adições	-	-	498	498
Saldo final em 31 dezembro 2014	9.719	192.404	498	202.621
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Amortizações do exercício	-	1.505	-	1.505
Saldo final em 31 dezembro 2014	9.719	186.817	-	196.536
Valor líquido	-	5.587	498	6.085

				2013
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
Transferências	-	2.373	(2.373)	-
Saldo final em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Amortizações do exercício	380	1.838	-	2.218
Saldo final em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Valor líquido	-	7.092	-	7.092

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2014
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	1.424.996	-	1.424.996	-	1.424.996
Outros ativos não correntes (Nota 8)	165.651.236	-	-	165.651.236	4.993.935	170.645.171
	165.651.236	1.424.996	-	167.076.232	4.993.935	172.070.167
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	58.540.576	-	58.540.576	-	58.540.576
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	1.891.356	-	-	1.891.356	1.841.542	3.732.898
Outros ativos correntes (Nota 11)	-	-	428.812	428.812	89.069	517.881
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	176.887.883	-	-	176.887.883	-	176.887.883
	178.779.239	58.540.576	428.812	237.748.627	1.930.611	239.679.238

						2013
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Outros ativos não correntes (Nota 8)	175.735.246	-	-	175.735.246	-	175.735.246
	175.735.246	-	-	175.735.246	-	175.735.246
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	202.442.350	-	202.442.350	-	202.442.350
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	17.119.404	-	-	17.119.404	2.643.926	19.763.330
Outros ativos correntes (Nota 11)	-	-	379.145	379.145	136.084	515.229
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	185.918.581	-	-	185.918.581	-	185.918.581
	203.037.985	202.442.350	379.145	405.859.480	2.780.010	408.639.490

						2014
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	-	-	399.254	399.254	
	-	-	-	399.254	399.254	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	87.859	-	87.859	-	87.859	
Outras dívidas a terceiros (Nota 18)	-	1.040.710	1.040.710	24.840	1.065.550	
Outros passivos correntes (Nota 19)	-	575.899	575.899	1.115.463	1.691.362	
	87.859	1.616.609	1.704.468	1.140.303	2.844.771	

						2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	20.003.496	-	20.003.496	-	20.003.496	
Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	-	-	370.948	370.948	
	20.003.496	-	20.003.496	370.948	20.374.444	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	21.660.813	-	21.660.813	-	21.660.813	
Outras dívidas a terceiros (Nota 18)	-	7.199.301	7.199.301	108.972	7.308.273	
Outros passivos correntes (Nota 19)	-	2.711.843	2.711.843	334.477	3.046.320	
	21.660.813	9.911.144	31.571.957	443.449	32.015.406	



Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2014	2013
Sonaetelecom BV	73.460.618	75.009.902
Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.850.557	11.176.547
Sonaecom BV	10.300.000	25.020.000
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	10.227.595
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')*	-	5.714.245
	158.130.357	179.439.876
Perdas de imparidade (Nota 16)	(105.338.215)	(112.859.590)
Total de investimentos em empresas do grupo	52.792.142	66.580.286

* Empresa liquidada em maio de 2014.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências e abates	Saldo a 31 dezembro 2014
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	(1.549.284)	-	73.460.618
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
PCJ	11.176.547	674.010	-	-	11.850.557
Sonaecom BV	25.020.000	-	(14.720.000)	-	10.300.000
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
Miauger*	5.714.245	826.880	-	(6.541.125)	-
	179.439.876	1.500.890	(16.269.284)	(6.541.125)	158.130.357
Perdas de Imparidade (Nota 16)	(112.859.590)	(17.154)	1.986.256	5.552.273	(105.338.215)
	66.580.286	1.483.736	(14.283.028)	(988.852)	52.792.142

* Empresa liquidada em maio de 2014.



Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 dezembro 2013
Optimus SGPS	1.005.866.218	-	(1.005.866.218)	-	-
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger*	4.568.100	1.146.145	-	-	5.714.245
Público	3.738.230	6.489.365	-	-	10.227.595
PCJ	3.551.772	7.624.775	-	-	11.176.547
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	1.170.045.809	15.260.285	(1.005.866.218)	-	179.439.876
Perdas de Imparidade (Nota 16)	(97.197.713)	(15.661.877)	-	-	(112.859.590)
	1.072.848.096	(401.592)	(1.005.866.218)	-	66.580.286

* Empresa liquidada em maio de 2014.

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada **Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'**), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da **Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A ('Sonaecom')** efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS, SGPS, S.A (doravante 'NOS'), após a alteração da sua denominação em junho de 2014), tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. ('Zopt') (Nota 6). Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da NOS (Nota 7).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu o investimento na Optimus SGPS no montante de 1.006 milhões de euros e as prestações suplementares no montante de 144,6 milhões de euros (Nota 8). Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros² (Nota 6), suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 7).

Deste modo, em resultado do desreconhecimento do investimento financeiro da Optimus SGPS, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, NOS e dos suprimentos a receber da Zopt, foi gerada em 2013 uma menos valia de 167 milhões de euros (Nota 23).

No período findo em 31 de dezembro de 2014, os valores de 826.880 e 674.010 euros de aumentos na Miauger e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

² A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.



No período findo em 31 de dezembro de 2014, os valores de 1.549.284 e 14.720.000 de diminuições na SonaeTelecom BV e Sonaecom BV, correspondem a devoluções de partes de capital. A linha de 'transferências', no valor de 6.541.125, corresponde ao desreconhecimento do investimento na Miauger, empresa liquidada em maio 2014.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, os valores de 7.624.774 euros e 6.489.365 euros de aumentos na PCJ e Público, respetivamente, correspondem a aumentos de capital social e o valor de 1.146.145 euros de aumento na Miauger corresponde a um aumento de capital para cobertura de prejuízos.

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.095.839.670 euros, um passivo consolidado de 71.959.959 euros, proveitos operacionais consolidados de 124.478.260 euros e capitais próprios consolidados de 1.023.879.711 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de 27.958.229 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2014			2013		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (Nota 6)	Matosinhos	50%	2.546.265.994	62.844.160	50%	2.511.749.899	(1.153.082)
Sonae com SI	Maia	100%	83.742.146	5.215.847	100%	86.001.299	1.449.651
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	357.278	115.877	100%	14.961.401	381.558
PCJ	Maia	100%	1.504.008	264.562	100%	1.239.445	(674.010)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	46.517	(21.629)	100%	1.617.430	1.557
Miauger (b)	Maia	-	-	-	100%	221.974	(826.880)
Sonaecom SP	Maia	100%	83.993	677	100%	83.316	33.280
Público	Maia	100%	268.264	(2.588.364)	100%	169.234	(2.063.171)

(a) Demonstrações financeiras consolidadas, valores de 2013 reexpressos.

(b) Empresa liquidada em maio de 2014

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual excepto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,6%. Para este crescimento contribuiu essencialmente o grupo WeDo pela aposta em novos setores de atividade e a recente aposta no mercado de segurança que está em forte crescimento. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de 2,0%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento de 2% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (researches).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	8,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	0,0%	2,0%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi efetuada uma reavaliação da taxa de desconto utilizada tendo sido alterada para 10,5% (13% em 2013) no setor dos sistemas de informação e para 9% (12% em 2013) no setor da multimédia e para 8,2% (9% em 2013) para o setor das telecomunicações. No caso do setor dos sistemas de informação foi ainda revista a taxa de crescimento utilizada tendo sido esta alterada para uma taxa mais conservadora de 2% (3% em 2013).



A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2014	2013
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT') (Nota 5)	597.666.944	597.666.944

*Empresa constituída em dezembro de 2012.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 dezembro 2014
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos (Nota 5)	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 dezembro 2013
ZOPT	25.000	597.641.944	-	-	597.666.944

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 5), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonae SGPS de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram como segue:

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 23)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS*	202.442.350	-	(141.650.837)	(3.129.895)	-	57.661.618
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(167.060)	(246.974)	2.303.954
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(3.296.955)	(246.974)	59.965.572
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						1.424.996
Registado em ativos correntes (Nota 4)						58.540.576

* Esta empresa alterou a sua denominação de Zon Optimus, SGPS, S.A. para NOS, SGPS, S.A. em 2014.

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 23). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica "Outros custos operacionais" e "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

As diminuições do investimento em ações Sonae SGPS, correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O valor registado em "ativos não correntes" corresponde ao investimento em ações Sonae SGPS, para cobertura dos planos de incentivo de médio prazo, cujo pagamento irá ocorrer em mais de um ano.

As diminuições a 31 de dezembro de 2014 do investimento da NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 13), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.



A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	5,236	1,024
Justo valor	57.661.618	2.303.954

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2014 no apuramento do justo valor.

8. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae com SI	12.220.000	15.655.000
PCJ	4.345.000	4.610.000
Público	2.435.000	1.780.000
Sonaecom SP	420.000	-
	19.420.000	22.045.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	115.000.000
Sonae com SI	32.476.791	39.951.792
Público	5.362.405	2.182.405
PCJ	1.189.445	1.863.455
Miauger	-	988.853
	154.028.641	159.986.505
	173.448.641	182.031.505
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 16)	(7.797.405)	(6.296.259)
Outros	4.993.935	-
	170.645.171	175.735.246



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

					2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonae com SI	15,655,000	9,155,000	(12,590,000)	-	12,220,000
PCJ	4,610,000	40,000	(305,000)	-	4,345,000
Público	1,780,000	655,000	-	-	2,435,000
Sonaecom SP	-	420,000	-	-	420,000
	22,045,000	10,270,000	(12,895,000)	-	19,420,000

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonae com SI	15,815,000	3,705,000	(3,865,000)	-	15,655,000
PCJ	4,690,000	-	(80,000)	-	4,610,000
Público	-	1,780,000	-	-	1,780,000
Sonaecom BV	2,075,000	-	(2,075,000)	-	-
Optimus SGPS	312,850,000	-	(312,850,000)	-	-
Zopt	-	230,000,000	(115,000,000)	(115,000,000)	-
	335,430,000	235,485,000	(433,870,000)	(115,000,000)	22,045,000

Durante os exercícios findos em 2014 e 2013, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	-	115.000.000
Sonae com SI	39.951.791	-	(7.475.000)	-	32.476.791
Público	2.182.405	3.180.000	-	-	5.362.405
PCJ	1.863.455	-	(674.010)	-	1.189.445
Miauger	988.853	-	(988.853)	-	-
	159.986.504	3.180.000	(9.137.863)	-	154.028.641

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	-	-	-	115.000.000	115.000.000
Sonae com SI	39.951.792	-	-	-	39.951.792
Público	7.821.770	850.000	(6.489.365)	-	2.182.405
PCJ	9.488.228	-	(7.624.773)	-	1.863.455
Miauger	1.305.000	830.000	(1.146.147)	-	988.853
Optimus SGPS	144.630.000	-	(144.630.000)	-	-
	203.196.790	1.680.000	(159.890.285)	115.000.000	159.986.505

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o aumento ocorrido em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos à Zopt de 230 milhões de euros e a diminuição ocorrida na Optimus SGPS em Prestações acessórias no montante de 144,6 milhões de euros resultam da operação descrita na Nota 5. As diminuições em 2013 no montante de 115 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Zopt resultam da alienação de 50% destes suprimentos à Unitel (Notas 5 e 23) e as transferências resultam do aumento de capital efetuado na Zopt através da conversão de 115 milhões de euros de suprimentos em prestações acessórias. As diminuições no montante de 313 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Optimus SGPS corresponde à liquidação da totalidade do empréstimo.



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 5,62%. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

A rubrica 'Outros' corresponde a um valor referente ao facto de a Sonaecom SGPS, S.A. ter optado por beneficiar do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, tendo procedido, em 2013, a um pagamento no montante total de 4.993.935 euros essencialmente relativos a IVA. É convicção do Conselho de Administração que estes valores não são devidos e que não existem passivos materiais associados que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 este valor foi reclassificado de 'outras dívidas de terceiros' (nota 10) para a rubrica 'outros ativos não correntes' atendendo à sua natureza.

9. Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2014	2013
Prejuízos reportáveis	3.239.108	-
Provisões e perdas por imparidade não aceites e outros	115.185.229	120.480.657
CFEI	151	4.563
Total	118.424.488	120.485.220
Impostos diferidos ativos não registados	26.597.040	29.522.324

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2014	2013
2014	680.213	-
	680.213	-

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2014, a taxa de imposto a utilizar para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos seria de 21% para os prejuízos fiscais reportáveis e de 22,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos, devido à alteração da taxa de IRC de 23% para 21% a partir de 2015 inclusive. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2013, taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos seria de 23% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 24,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos devido à alteração da taxa de IRC de 25% para 23% em 2014. Os benefícios fiscais por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios.

Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.



A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como se segue:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	5.382.087	(89.079.032)
Imposto	(1.237.880)	22.269.758
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(13.180)	(593.204)
Provisão para impostos (Notas 16 e 24)	12.167	(168.062)
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos	1.221.227	(1.238.475)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	1.197.869	(23.947.623)
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	-	2.187.255
Outros ativos por impostos diferidos não registados	(741.490)	-
Impostos sobre o rendimento do exercício (Nota 24)	438.713	(1.490.351)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 23% (25% em 2013) por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal em 2014.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2014 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 23), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2011 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Estado e outros entes públicos	1.841.542	2.643.926
Outros devedores	1.891.356	17.119.404
	3.732.898	19.763.330

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 23 e 25).

A 31 de dezembro de 2013 inclui ainda o montante de 4.993.935 euros referente ao facto da Sonaecom SGPS, S.A. ter optado por beneficiar do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social. Este valor foi transferido para 'ativos não correntes' durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 8).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 31 de dezembro de 2014 e 2013, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento a ser recuperado.



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a antiguidade dos saldos de 'Outros devedores' pode ser detalhada como segue:

	Vencido sem imparidade					Vencido com imparidade			
	Total	Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2014									
Outros devedores	1.891.356	176.493	54.544	909	1.659.410	-	-	-	-
2013									
Outros devedores	17.119.404	1.296.375	4.685.020	3.212.670	7.925.339	-	-	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os montantes vencidos sem imparidade a mais de 90 dias dizem respeito essencialmente a valores a receber do grupo.

Por não se tratarem de ativos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objeto do detalhe acima.

11. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	415.350	201.875
Valores a debitar	7.636	26.536
Outros acréscimos de proveitos	5.827	150.734
	428.813	379.145
Custos plurianuais		
Seguros	29.571	31.601
Rendas	7.133	-
Outros custos plurianuais	52.364	104.483
	89.068	136.084
	517.881	515.229

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2014	2013
Numerário	1.260	811
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	201.623	26.252.770
Aplicações de tesouraria	176.685.000	159.665.000
	176.887.883	185.918.581
Descobertos bancários (Nota 15)	(87.847)	-
	176.800.036	185.918.581



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2014	2013
Aplicações bancárias	176.665.000	156.495.000
Sonaecom BV	20.000	-
We Do	-	1.365.000
Público	-	1.345.000
Saphety	-	285.000
Sonaecom SP	-	170.000
PCJ	-	5.000
	176.685.000	159.665.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, venceram juros a uma taxa média de 1,18% (4,46% em 2013).

13. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 e 366.246.868 ações, respetivamente, correspondentes a ações ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor unitário de 0,74 e 1 euro respetivamente. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2014		2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	52,99%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	76.679.374	20,94%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	82.152.012	22,43%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,52%
Goldman Sachs *	-	0,00%	7.780.349	2,12%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. **	-	0,00%	1.000	0,00%
	311.340.037	100,00%	366.246.868	100,00%

* A 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Group, Inc. passou a deter uma participação qualificada no capital social da Sonaecom por ter adquirido 7.780.349 ações representativas de 2,12% do capital. Em fevereiro de 2014, alienou os seus direitos de voto e por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pela Goldman Sachs Group, Inc., foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

** No período findo em 31 de dezembro de 2014, na sequência da conclusão da Oferta Pública Geral, Voluntária de Aquisição de Ações Próprias, a Efanor deixou de ter uma participação direta no capital social da Sonaecom.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.



Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 7) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 13, pelo que o montante detido à data de 31 de dezembro de 2014 é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

15. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2014	2013
'Obrigações Sonaecom SGPS 2013'	20.000.000	jun-16	Final	-	20.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	-	(58.271)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	61.767
				-	20.003.496

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2014	2013
Aplicações de tesouraria obtidas	-	-	-	-	21.654.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	12	6.813
				12	21.660.813
Descobertos bancários (Nota 12)				87.847	-
				87.859	21.660.813

Empréstimos Obrigacionistas

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.

O empréstimo acima mencionado não tinha garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo era, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no exercício de 2014, foi de 2,64% (2,71% em 2013).

Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos, sendo que em março de 2014, esta linha foi cedida à Sonae SGPS.



A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no exercício de 2013, foi de 4,26%.

O empréstimo acima mencionado não tinha garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos era exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe das 'Aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2014	2013
Sonaecom BV	-	14.720.000
Digitmarket	-	4.385.000
Sonaetelecom BV	-	1.559.000
Sonae com SI	-	800.000
Miauger	-	190.000
	-	21.654.000

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 2,77% e 3,08%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses
2013					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	20.000.000	-	-
Juros	980.278	980.278	424.318	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	980.278	980.278	20.424.318	-	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.



À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2014					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		
2013					
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	36.000.000	20.000.000	16.000.000		

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2014 e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado subirem (descerem), em média, 75 bp durante o ano de 2014, os juros suportados nesse exercício seriam diminuídos (aumentados), em aproximadamente, 1.300.000 euros.

16. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências e utilizações	Saldo Final
2014					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 23)	112.859.590	17.154	(1.986.256)	(5.552.273)	105.338.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 23)	6.296.259	2.490.000	-	(988.854)	7.797.405
Provisões para outros riscos e encargos	332.469	51	(41.115)	13.406	304.811
	119.488.318	2.507.205	(2.027.371)	(6.527.721)	113.440.431
2013					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 23)	97.197.713	15.661.877	-	-	112.859.590
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 23)	17.204.998	3.930.000	(14.838.739)	-	6.296.259
Provisões para outros riscos e encargos	74.959	258.216	(706)	-	332.469
	114.477.670	19.850.093	(14.839.445)	-	119.488.318

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 23). Em 31 de dezembro de 2014 o montante de 51 euros, registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeita à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.a)).

Em 31 de dezembro de 2013, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 168.062 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 24).



Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, montantes para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

Em 31 de dezembro de 2014, a redução das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 12.167 euros, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2014 as reduções de 'Provisões para outros riscos e encargos' incluem o montante de 1.810 euros, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros' e 'Outros custos operacionais', respeitante à anulação da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.a)).

17. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, era composta pelos valores relativos aos planos de incentivo de médio prazo, exigíveis a médio e longo prazo, nos montantes de 399.254 euros e 370.948 euros, respetivamente (Nota 28).

18. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Outros credores (Nota 25)	1.040.710	7.199.301
Estado e outros entes públicos	24.840	108.972
	1.065.550	7.308.273

A 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros credores' inclui o montante de cerca de 6 milhões de euros referente a valores a pagar à NOS Comunicações, SA, Be Artis e Be Towering referente à cessação do contrato MTIP (Nota 28).

As outras dívidas a terceiros tinham a seguinte maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2014				
Outros credores	1.040.710	1.040.710	-	-
	1.040.710	1.040.710	-	-
2013				
Outros credores	7.199.301	7.199.301	-	-
	7.199.301	7.199.301	-	-

19. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Acréscimos de custos		
Custos com pessoal	434.009	555.627
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	1.115.463	334.477
Consultoria	22.402	100.558
Outros acréscimos de custos	119.488	2.055.658
	1.691.362	3.046.320

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros acréscimos de custos' inclui o montante de cerca de 1.943.340 euros, referente a juros corridos e não vencidos de um empréstimo obrigacionista que foi cedido à NOS na sequência do processo de fusão (Nota 15).



20. Prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as Prestações de serviços correspondiam ao débito, às empresas participadas, de fees de gestão (Nota 25).

21. Outros proveitos operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Proveitos Suplementares	125.665	113.105
Outros	27.534	774
	153.199	113.879

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de 'Proveitos Suplementares' é, essencialmente, composta por proveitos associados a fianças que a Sonaecom garantiu em nome das suas subsidiárias.

22. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Trabalhos especializados	705.588	1.713.604
Deslocações e estadas	77.348	112.905
Seguros	48.482	49.852
Comunicação	38.836	39.495
Rendas e alugueres	31.101	101.607
Honorários	4.930	11.139
Outros fornecimentos e serviços externos	111.998	114.309
	1.018.283	2.142.911

Os compromissos assumidos, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com contratos de locação operacional são como seguem:

	2014	2013
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2014	-	52.997
2015	16.692	52.997
2016	6.955	43.260
2017	-	32.723
2018	-	1.255
	23.647	183.232



23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2014	2013
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 16)	(2.507.154)	(171.801.781)
Ganhos relativos a empresas do grupo	2.289.904	-
Dividendos obtidos	7.250.000	24.700.000
	7.032.750	(147.101.781)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos/(perdas) relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	(3.296.955)	46.636.719
Dividendos obtidos	1.321.504	-
	(1.975.451)	46.636.719
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(487.353)	(4.783.651)
Outros empréstimos (Nota 25)	(246.513)	(6.111.696)
Descobertos bancários e outros	-	-
	(733.866)	(10.895.347)
Outros custos financeiros	(284.230)	(315.920)
	(1.018.096)	(11.211.267)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos (Nota 25)	3.207.046	24.501.871
Diferenças de câmbio favoráveis	829	174
Outros proveitos financeiros	161.645	-
	3.369.520	24.502.045

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 16), no valor de 2.490.000 euros e no valor de 3.930.000 euros, respetivamente. Inclui também, em 2014 o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 17.154 euros (Notas 5 e 16) e em 2013, o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 823.138 euros e a menos valia gerada no processo de fusão (Nota 5), no montante de 167.048.643 de euros.

Em 31 de dezembro de 2014, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem a reversão de perdas por imparidade em investimentos em empresas do grupo, no valor de 1.986.256 euros (Nota 16) e o ganho resultante da liquidação da subsidiária Miauger, no valor de 303.649 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos dizem respeito a dividendos recebidos da Zopt SGPS, S.A. e filial Optimus SGPS, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos registados ao justo valor através de resultados dizem respeito a dividendos recebidos da NOS SGPS, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014 as perdas relativas a investimentos registados ao justo valor através de resultados corresponde à diminuição do justo valor da participação detida na NOS e Sonae SGPS (Nota 7), no valor de 3.296.955 euros.

Em 31 de dezembro de 2013, os ganhos relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados corresponde ao aumento do justo valor da participação detida na NOS (Nota 7), no montante de 46.636.719 euros.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de 'Juros obtidos' inclui o montante de 4.674.111 recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Notas 5 e 8).

24. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2014	2013
Imposto corrente	426.546	(1.322.289)
Provisão para impostos (Notas 9 e 16)	12.167	(168.062)
Saldo final	438.713	(1.490.351)

25. Entidades relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 18)	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos/ (passivos) (Notas 11 e 19)	Saldos a 31 de dezembro de 2014 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 15)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	230.575	-	183.592	-
Subsidiárias					
PCJ	218.774	-	-	20.879	4.345.000
Público	78.347	972.916	-	19.104	2.435.000
Sonae com SI	533.324	79.073	-	70.072	12.220.000
Sonaecom BV	436	357.408	20.000	282	-
Sonaetelecom BV	-	61	-	-	(11)
Sonaecom SP	34.845	84.040	-	3.910	420.000
Outras partes relacionadas					
Be Artis	(1.963)	58.460	-	-	-
NOS SGPS**	-	20.474	-	-	-
Be Towering	-	4.753	-	-	-
Digitmarket	51.158	3.473	-	(18.231)	-
Mainroad	19.742	107.511	-	-	-
NOS Comunicações*	115.344	307.259	-	(3.854)	-
Saphety	116.343	5.436	-	(61.130)	-
Wedo	2.054.971	185.986	-	-	-
Sonae Center Serviços II	-	149.305	-	-	-
Outros	160	28.485	-	(23.296)	-
	3.221.481	2.595.215	20.000	191.328	19.419.989

* Esta empresa alterou a sua denominação de Optimus - Comunicações, S.A para NOS Comunicações, S.A. em 2014.

** Esta empresa alterou a sua denominação de Zon Optimus, SGPS, S.A. Para NOS, SGPS, S.A. em 2014



					Saldos a 31 de dezembro de 2013
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 18)	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos/ (passivos) (Notas 11 e 19)	Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 15)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	850	49.000	-	(31.198)	-
Subsidiárias					
Miauger	-	60.086	-	-	(190.151)
PCJ	68.078	(100.277)	5.000	22.617	4.610.000
Público	85.696	925.581	1.345.000	7.560	1.780.000
Sonae com SI	180.605	1.401	-	70.643	14.854.257
Sonae com BV	1.910	240.841	-	-	(14.720.000)
Sonae Telecom BV	-	25.335	-	-	(1.559.000)
Sonae com SP	-	27.948	170.000	(45.021)	-
Outras partes relacionadas					
Be Artis	-	2.860.366	-	-	-
Be Towering	4.596	111.261	-	3.737	-
Digitmarket	4.784	44.434	-	-	(4.390.919)
Lugares Virtuais	-	210.390	-	-	-
Mainroad	56.125	32.451	-	167	-
NOS Comunicações *	595.075	2.716.307	-	155.410	-
Permar	-	-	-	-	-
Saphety	114.410	5.433	285.000	576	-
Sonae center II	-	82.406	-	(94.260)	-
Wedo	670.392	(190.068)	1.365.000	1.903	-
NOS SGPS **	10.203.626	-	-	(1.943.340)	-
Outros	92.264	14.121	-	85.484	-
	12.078.411	7.117.016	3.170.000	(1.765.722)	384.187

* Esta empresa alterou a sua denominação de Optimus - Comunicações, S.A para NOS Comunicações, S.A. em 2014.

** Esta empresa alterou a sua denominação de Zon Optimus, SGPS, S.A. Para NOS, SGPS, S.A. em 2014

				Transações a 31 de dezembro de 2014
	Vendas e prestações de serviços (Nota 20)	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 23)	Proveitos suplementares (Nota 21)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	49.229	1.563.161	-
Subsidiárias				
Miauger	-	-	(1.573)	-
PCJ	-	-	255.319	-
Público	-	360	278.611	5.827
Sonae com SI	-	(24.721)	781.415	-
Sonae com BV	-	-	(154.210)	-
Sonae com SP	-	302.633	13.387	-
Outras partes relacionadas				
Sonae center II	-	111.965	-	-
NOS Comunicações*	-	282.501	-	119.838
Be Artis	-	1.180	-	-
Digitmarket	48.435	1.322	(18.361)	-
Lugares Virtuais	-	-	-	-
Mainroad	35.736	(473)	6.137	-
Saphety	48.436	2.459	6.482	-
Wedo	170.875	132	24.646	-
NOS SGPS**	-	(7.936)	(5.280)	-
Outros	-	92.942	(16.737)	-
	303.482	811.593	2.732.997	125.665

* Esta empresa alterou a sua denominação de Optimus - Comunicações, S.A para NOS Comunicações, S.A. em 2014.

** Esta empresa alterou a sua denominação de Zon Optimus, SGPS, S.A. Para NOS, SGPS, S.A. em 2014



	Vendas e prestações de serviços (Nota 20)	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 23)	Transações a 31 de dezembro de 2013 Proveitos suplementares (Nota 21)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	48.600	685.345	-
Subsidiárias				
Miauger	-	-	(4.759)	-
PCJ	-	-	271.236	-
Público	119.391	(48.343)	131.074	1
Sonae com SI	4.626	-	692.980	-
Sonaecom BV	-	-	(442.398)	-
Sonaecom SP	-	78.955	(881)	-
Outras partes relacionadas				
Sonaecenter II	(9.917)	645.794	-	-
NOS Comunicações*	2.209.035	282.501	-	113.104
Be Artis	-	24.985	-	-
Digitmarket	40.904	-	(131.098)	-
Lugares Virtuais	21.423	2.400	42.884	-
Mainroad	40.417	-	33.129	-
Saphety	42.846	(104.291)	11.357	-
Wedo	123.754	3.410	68.147	-
NOS SGPS**	-	(526.753)	17.520.021	-
Outros	-	58.020	(50.448)	-
	2.592.479	465.278	18.826.589	113.105

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a empresa reconheceu o montante de 7.250.000 euros e 24.700.000 euros, respetivamente, referente a dividendos de participadas (Nota 23).

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184 euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

26. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2014	2013
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	1.435.379	5.955.731
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	2.696.853
Direção de Contribuições e Impostos	Outros	-	16.795
		1.658.001	8.669.379



Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 6.540.647 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.502.945 euros e do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de dezembro de 2014, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (5.820.800 euros em 2014 e 90.569.383 euros negativos em 2013) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 deduzidas das ações próprias (317.970.541 em 2014 e 360.941.333 em 2013).

28. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom eram os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 dezembro 2013	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	2	206.064
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	2	221.505
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	2	129.694
Ações Sonae SGPS					
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Cotação a 20 de fevereiro de 2014*	Período de Diferimento		10 março 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	2	422.647
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	2	454.317
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	2	266.008

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega do Plano 2010 foi realizada em maio de 2014.



Desta forma, os planos em aberto a 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

	Cotação 31 dezembro 2014/ Atribuição	Período de Diferimento		31 dezembro 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2011	1,024	09-mar-12	10-mar-15	2	466.679
Plano 2012	1,024	08-mar-13	10-mar-16	2	273.247
Ações Sonae SGPS					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,024	10-mar-14	10-mar-17	2	284.410

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS		
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações	
Saldo a 31 dezembro 2013:					
Ainda diferidas		6	557.263	6	798.591
Total		6	557.263	6	798.591
Movimentos no período:					
Atribuídas		-	-	2	266.008
Vencidas		-	-	(4)	(637.287)
Convertidas		(6)	(557.263)	6	1.142.972
Canceladas / extintas / corrigidas*		-	-	-	53.892
Saldo a 31 dezembro 2014:					
Ainda diferidas		-	-	10	1.624.176
Total		-	-	10	1.624.176

*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade de todos os planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos, originalmente, de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS	
	Plano 2011	Plano 2012
Valor nominal	323.727	268.451
Maturidade	mar-15	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2	
Método de valorização	Custo atual de substituição	
Justo valor*	481.197	120.032

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2014 no apuramento do justo valor.

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato e no dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o mesmo.



Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.905.435	3.376.254	399.083	6.680.772
Custos reconhecidos no período	57.543	154.790	10.472	222.805
Impacto da conversão dos Planos Sonaecom	(531.505)	1.666.165	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.431.473)	(3.112.960)	-	(5.544.433)
Custos de planos exercidos no período	-	(1.216.665)	-	(1.216.665)
	-	867.584	409.555	1.277.139
Responsabilidade dos Planos	-	1.468.813	409.555	1.878.368
Justo valor dos Contratos de cobertura ⁽¹⁾	-	(601.229)	-	(601.229)
Registados em Caixa e equivalentes de caixa ⁽²⁾	-	(194.530)	(43.048)	(237.578)
Registados em Outros passivos correntes (Nota 19)	-	906.075	209.388	1.115.463
Registados em Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	156.039	243.215	399.254
Registados em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na nota 13 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (1.347.824 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

29. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2014 e 2013, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, foi como segue:

	2014	2013
Benefícios de empregados de curto prazo	766.574	1.223.450
Pagamentos com base em ações	196.124	370.100
	962.698	1.593.550

*Em 2013, não foram incluídas as remunerações do pessoal chave da gerência que foi transferido para a Zon Optimus, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon.

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2014 e 2013 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2015 e relativo à performance de 2014 (e atribuído em 2014 relativo à performance de 2013, para o valor de 2013), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2018 e março de 2017, respetivamente.



30. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de trabalhadores ao serviço da empresa era de 3 e 4 respetivamente. A 31 de dezembro de 2014 o número de trabalhadores ascendia a 3.

31. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2014 e 2013, a empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2014	2013
Revisão legal de contas	19.156	8.000
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	10.000
Consultoria Fiscal	4.738	2.877
Total	23.894	20.877

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de março de 2015.

Anexo

A 31 de dezembro de 2014, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	José Manuel Neves Adelino
Bernd Hubert Joachim Bothe	Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonaecom	
Cape Technologies Limited	Saphety Level – Trusted Services, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L.
Intelligent Big Data, S.L.	Sonaecom – Sistemas Informação, SGPS, S.A.
ITRUST - Cyber security intelligence services, S.A.	Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A.
Lookwise, S.L.	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.
Praesidium Services Limited	Sonaecom BV
Público – Comunicação Social, S.A.	Sonaecom, SGPS, S.A.
S21 Sec Barcelona, S.L.	Sonaetelecom BV
S21 Sec Brasil, Ltda	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
S21 SEC Gestion, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
S21 Sec Inc.	WeDo Technologies (UK) Limited
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	WeDo Technologies Americas, Inc.
S21 Sec Institute, S.L.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
S21 Sec México, S.A. de CV	WeDo Technologies BV
S21 Sec, S.A. de CV	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	WeDo Technologies Egypt LLC
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

3shoppings - Holding,SGPS, S.A	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA
ADD Avaliações Eng. A.e Pericias, Ltda	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA
Adlands B.V.	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
Aegean Park,SA	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	CCCCB Caldas da Rainha-Centro Com., SA
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban.,SA
Aglom - Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA
Airone - Shopping Centre, Srl	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,SA
ALEXA Administration GmbH	Cinclus Imobiliária,SA
ALEXA Holding GmbH	Citorres-Sociedade Imobiliária,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Companhia Térmica Hectare, ACE
Arat Inmuebles, S.A.	Companhia Térmica Tagol, Lda.
ARP Alverca Retail Park, SA	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA
Aserraderos de Cuellar,SA	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA
Atelgen-Produção Energia, ACE	Continente Hipermercados, S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marit,SA	Country Club da Maia-Imobiliaria,SA
Avenida M-40 B.V.	Craiova Mall BV
Azulino Imobiliária, S.A.	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	CTE-Central Termoelect. do Estuário, Lda
BA Capital, SGPS	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
BB Food Service, SA	Darbo SAS
Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA	Discovery Sports, SA
Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA	Distodo Distribui e Logist,Lda
Beeskow Holzwerkstoffe	Dortmund Tower GmbH
Beralands BV	Dos Mares - Shopping Centre B.V.
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Dos Mares-Shopping Centre, S.A.
BIG Picture 2 Films	Dreamia, B.V
Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA	Dreamia, Serv de Televisão, SA
Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA	Ecociclo - Energia e Ambiente, SA
BOM MOMENTO - Restauração, S.A.	Ecociclo II
Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA	Edições Book.it, S.A.
Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Imoestrutura-Soc.Imobiliária,SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imomuro-Sociedade Imobiliária,SA
Equador & Mendes,Lda	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis,SA
Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA	Imoponte-Soc.Imobiliária,SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Selecção, SA	Imoresultado-Soc.Imobiliária,SA
Fashion Division Canárias, SL	Imosedas-Imobiliária e Serviços,SA
Fashion Division, S.A.	Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA
Feneralt-Produção de Energia, ACE	Impaper Europe GmbH
FINSTAR-Socied.Investim.Par SA	Implantação - Imobiliária, S.A.
Fozimo-Sociedade Imobiliária,SA	Infocfield-Informática,SA
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	Inparsi - Gestão Galeria Comercial, SA
Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.	Inparvi SGPS, SA
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Integrum ACE, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, SA
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.
Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.	INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.
Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
GHP GmbH	Integrum Vale do Caima - Energia, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Integrum Vale do Tejo - Energia, SA
Glunz AG	Interlog-SGPS,SA
Glunz Service GmbH	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
Glunz UK Holdings Ltd	Ioannina Develop. of Shopping Centers SA
Glunz Uka GmbH	Isoroy SAS
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	La Farga - Shopping Center, SL
Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.	Land Retail B.V.
Harvey Dos Iberica, S.L.	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Herco, Consultoria de Risco, S.A.	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
HighDome PCC Limited	Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl
Iberian Assets, SA	Libra Serviços, Lda.
Igimo-Sociedade Imobiliária,SA	Lidergraf - Artes Gráficas, Lta
Iginha-Sociedade Imobiliária,SA	Loop 5 - Shopping Centre, GmbH
Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA	Lusomundo España, SL
IMOBEAUTY, S.A.	Lusomundo Imobiliária 2, SA
Imobiliária da Cacela, S.A.	Lusomundo Moçambique, Lda
Imoclub-Serviços Imobiliários,SA	Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA
Imoconti- Soc.Imobiliária,SA	Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.
Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	Luz del Tajo B.V.



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	Novodecor (PTY), LTD
Maiequipa-Gestão Florestal,SA	OSB Deustchland Gmbh
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Pantheon Plaza BV
Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda	Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.
Marcas MC, ZRT	Pareuro, BV
Marina de Tróia S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers SA
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marit,Lda	Parklake Shopping Srl
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque Atlântico Shopping - C.C., SA
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Parque Principado SL
MDS Africa SGPS, S.A.	Pátio Boavista Shopping Ltda.
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Campinas Shopping Ltda
MDS Corretor de Seguros, SA	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda
MDS Malta Holding Limited	Pátio Penha Shopping Ltda.
MDS, SGPS, SA	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Megantic BV	Pátio Sertório Shopping Ltda
Miral Administração Corretagem Seg, Ltda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, SA	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,SA
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	Per-Mar-Sociedade de Construções,SA
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
Modelo Continente Hipermercados,SA	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
Modelo Continente International Trade,SA	Plaza Eboli B.V.
Modelo Hiper Imobiliária,SA	Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.
Modelo.com-Vendas p/Correspond.,SA	Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.
Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda	Plaza Mayor Parque de Ocio,SA
MSTAR, SA	Plaza Mayor Shopping B.V.
Münster Arkaden BV	Plaza Mayor Shopping, SA
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Pollface North America
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
NOS Açores Comunicações, SA	Powercer-Soc.de Cogeração da Vialonga,SA
NOS Comunicações, S.A.	Praedium - Serviços, SA
NOS Lusomundo Audiovisuais, SA	Praedium II-Imobiliária,SA
NOS Lusomundo Cinemas, SA	Praedium SGPS, SA
NOS Lusomundo TV Lda	Predicomercial-Promoção Imobiliária,SA
NOS Madeira Comunicações, SA	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
NOS, SGPS, S.A.	Prédios Privados Imobiliária,SA
NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.	Predisedas-Predial das Sedas,SA
Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld	Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA
Project 4, Srl	Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA
Project SC 1 BV	Shopping Centre Colombo Holding, BV
Project SC 2 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra 10 BV	SIAL Participações, Lda
Project Sierra 11 BV	Sierra Asia Limited
Project Sierra 12 BV	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra 2 B.V.	Sierra Brazil 1 B.V.
Project Sierra 6 BV	Sierra Central S.A.S.
Project Sierra 8 BV	Sierra Developments Holding B.V.
Project Sierra Four Srl	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Enplanta Ltda
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
Project Sierra Spain 2-Centro Comer. SA	Sierra Germany GmbH
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra GP Limited
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA	Sierra Greece, S.A.
Project Sierra Two Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Quorum Corretores de Seguros Ltda	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Investments Holding B.V.
Raso - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
Raso, SGPS, SA	Sierra Italy Holding B.V.
River Plaza BV	Sierra Italy Srl
River Plaza Mall, Srl	Sierra Management Germany GmbH
Rochester Real Estate,Limited	Sierra Management Italy S.r.l.
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Management Romania, Srl
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Management, SGPS, S.A.
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	Sierra Portugal, S.A.
SC Aegean B.V.	Sierra Project Nürnberg BV
SC Assets SGPS, SA	Sierra Property Management Greece, SA
SC Finance BV	Sierra RE Greece BV
SC For -Serv.Forme Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc
SC Mediterranean Cosmos B.V.	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
SC, SGPS, SA	Sierra Services Holland 2 BV
SC-Consultadoria,SA	Sierra Services Holland B.V.
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A	Sierra Solingen Holding GmbH
SCS Beheer,BV	Sierra Spain 2 Services, S.A.
SDSR - Sports Division 2, S.A.	Sierra Spain, Shop. Centers Serv.,S.A.U.
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL
Selfa-Empreendimentos Imobiliários,SA	Sierra Zenata Project B.V.
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,SA	SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,SA	SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

SISTAVAC, S.A.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
SISTAVAC, SGPS, S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	Sonae Turismo-SGPS, SA
SKK SRL	SONAECENTER SERVIÇOS, SA
SKK-Central de Distr.,SA	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sonaerp - Retail Properties, SA
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA	SONAESR - Serviços e logística, SA
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sondis Imobiliária,SA
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sontel BV
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sontur BV
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Sonvecap BV
Soconstrução BV	Sopair, S.A.
Sodesa, S.A.	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
Soflorin, BV	Soternix-Produção de Energia, ACE
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Spanboard Products,Ltd
Solinca - Eventos e Catering, SA	SPF - Sierra Portugal
Solinca - Health and Fitness, SA	Spinarq Moçambique, Lda
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA
Sollingen Shopping Center GmbH	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Sport TV Portugal, SA
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	Sport Zone Canárias
Somit Imobiliária,SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	Sport Zone Turquia
Sonae Capital Brasil, Lda	Spred, SGPS, SA
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tableros Tradema,S.L.
Sonae Center Serviços II, SA	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Sonae Center Serviços, S.A.	Tafibra Suisse, SA
Sonae Financial Services, S.A.	Tafisa Canadá Société en Commandite
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	Tafisa Développement
Sonae Indústria - Management Services,SA	Tafisa France, SA
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tafisa Investissement
Sonae Industria (UK),Ltd	Tafisa Participation
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Tafisa UK,Ltd
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tafisa-Tableros de Fibras, SA
Sonae Investments,BV	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Tecmasa Reciclados de Andalucía, S.L.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sonae RE, S.A.	Teliz Holding B.V.
Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,SA	Textil do Marco,SA
Sonae SGPS, SA	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonae Sierra Brasil SA	TLANTIC B.V.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Tlantic Sistemas de Informação Ltdª	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Tool Gmbh	Weierstadt Shopping BV
Torre Ocidente, Imobiliária,SA	World Trade Center Porto, S.A.
Torre São Gabriel-Imobiliária,SA	Worten Canárias
Troia Market-Supermercados, S.A.	Worten España Distribución, SL
Troia Natura, S.A.	Worten-Equipamento para o Lar,SA
Troiareort-Investimentos Turísticos, SA	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Zippy Turquia
Unipress – Centro Gráfico, Lda	Zon Audiovisuais, SGPS
Unishopping Administradora Ltda.	Zon Cinemas, SGPS
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	ZON Finance BV
Upstar Comunicações SA	ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA
Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA	ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA
Valecenter Srl	Zon TV Cabo SGPS SA
VALORN, S.A.	Zon TV Cabo, SA
Via Catarina- Centro Comercial, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmob,SA
Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA

RELATÓRIO
& CONTAS
2014

6

DECLARAÇÃO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

6. Declaração do Conselho de Administração

Nos termos do Artº 245, 1, al.c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto e do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Antonio Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

RELATÓRIO
& CONTAS
2014

7



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE
CONTAS,
E RELATÓRIO
DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2014 (que evidenciam um activo total de 1.095.839.670 Euros e 1.062.253.248 Euros, respectivamente e um capital próprio consolidado e individual de 1.023.879.711 Euros e 1.058.704.412 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 27.958.229 Euros e um resultado líquido individual de 5.820.800 Euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2014, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 17 de Março de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

RELATÓRIO
& CONTAS
2014

8

RELATÓRIO
DO CONSELHO
FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS,SA

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração e, bem assim, verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

O Conselho Fiscal no desempenho das suas atribuições realizou reuniões de periodicidade trimestral nas quais contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos administrativo e financeiro e da auditoria interna e gestão de risco e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo. Adicionalmente, participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício.

No âmbito das sua competência, o Conselho Fiscal verificou, ainda, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno. No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo-se analisado que, o mesmo, contém os elementos referidos no art. 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.



Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão, incluindo o relatório sobre o governo da sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que mereceu o seu acordo.

2 - Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidada e individual do rendimento integral, as demonstrações consolidada e individual das alterações do capital próprio e as demonstrações consolidada e individual dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- b) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3- Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art. 245º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 25 de março de 2015

O Conselho Fiscal

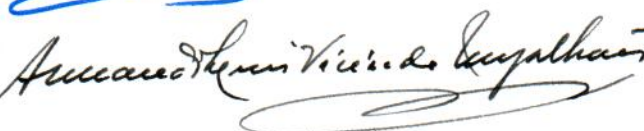
Arlindo Dias Duarte Silva



Óscar José Alçada da Quinta



Armando Luís Vieira Magalhães



A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.

Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC.LS e na Bloomberg através do símbolo SNC.PL.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos. Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível
no website da Sonaecom
www.sonae.com

Contacto para os Investidores
Carlos Alberto Silva
carlos.alberto.silva@sonae.com

Sonaecom, SGPS, S.A.
Edifício 1A
Lugar do Espido - Via Norte
4471-909 Maia